



# Revista Brasileira

---

FASE VII 🦋 JULHO-AGOSTO-SETEMBRO 2001 🦋 ANO VII 🦋 Nº 28

*Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.*

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA  
DE LETRAS 2001

DIRETORIA:

Tarcísio Padilha – *presidente*  
Alberto da Costa e Silva – *secretário-geral*  
Lygia Fagundes Telles – *primeira-secretária*  
Carlos Heitor Cony – *segundo-secretário*  
Ivan Junqueira – *tesoureiro*

MEMBROS EFETIVOS:

Affonso Arinos de Mello Franco,  
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio  
Filho, Antonio Olinto, Ariano Suassuna,  
Arnaldo Niskier, Candido Mendes de  
Almeida, Carlos Heitor Cony,  
Carlos Nejar, Celso Furtado,  
Eduardo Portella, Evandro Lins e Silva,  
Evanildo Cavalcante Bechara,  
Evaristo de Moraes Filho,  
Pe. Fernando Bastos de Ávila, Geraldo  
França de Lima, Ivan Junqueira,  
Ivo Pitanguy, João de Scantimburgo,  
João Ubaldino Ribeiro, José Sarney, Josué  
Montello, Lêdo Ivo, Dom Lucas Moreira  
Neves, Lygia Fagundes Telles, Marcos  
Almir Madeira, Marcos Vinícios Vilaça,  
Miguel Reale, Murilo Melo Filho, Nélida  
Piñon, Oscar Dias Corrêa, Rachel de  
Queiroz, Raymundo Faoro, Roberto  
Campos, Roberto Marinho, Sábato  
Magaldi, Sergio Corrêa da Costa,  
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR:

João de Scantimburgo

CONSELHO EDITORIAL:

Miguel Reale, Carlos Nejar,  
Arnaldo Niskier, Oscar Dias Corrêa

PRODUÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Nair Dametto

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS  
Av. Presidente Wilson, 203 – 4º andar  
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021  
Telefones: Geral: (0xx21) 524-8230  
Fax: (0xx21) 220.6695  
E-mail: [abl2@openlink.com.br](mailto:abl2@openlink.com.br)  
site: <http://www.academia.org.br>

As colaborações são solicitadas.

# Sumário

## Celebração

EDITORIAL	Dois centenários. . . . .	5
LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO	No centenário de Cecília Meireles . . . . .	9

## Prosa

FÁBIO LUCAS	A Lírica de Henriqueta Lisboa . . . . .	25
ARNALDO NISKIER	O papel do educador como agente de transformação . . . . .	41
JOÃO DE SCANTIMBURGO	A crise modernista e a Semana de Arte Moderna. . . . .	53
EVANDRO LINS E SILVA	Centenário de Alcântara Machado .	65
EVANILDO BECHARA	José de Alencar e a língua do Brasil. .	73
DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES	A idade da eternidade .	95
Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2001 . . . . .		103
	Discurso do Acadêmico Alberto da Costa e Silva. . . . .	104
	Discurso do Escritor Luiz Felipe de Alencastro . . . . .	108

## Poesia

ALBERTO DA COSTA E SILVA	Poemas . . . . .	115
DORA FERREIRA DA SILVA	Epidauro. . . . .	141
VERA LÚCIA DE OLIVEIRA	Poemas . . . . .	145
JOÃO GUILHERME RIPPER	Poemas . . . . .	155
GEORGE TAVARES	Poemas . . . . .	161

## Guardados da memória

ASSIS CHATEAUBRIAND	Clementino Fraga na Academia .	167
---------------------	--------------------------------	-----





*Litterarum vincitur pace*  
Vence-se pela paz das letras.

## EDITORIAL

# Dois centenários

**T**emos comemorado centenários de escritores. No último número da revista, comemoramos os centenários de Augusto Meyer, elogiado por Alceu Amoroso Lima, e na opinião de Josué Montello o maior escritor brasileiro de sua época. Comemoramos também o centenário de Paulo Carneiro, uma das maiores autoridades no pensamento de Augusto Comte, cuja correspondência e outros papéis colecionava para publicação definitiva. Paulo Carneiro foi uma das grandes autoridades em química, pois se ocupou do curare, o terrível veneno dos índios do Norte, isolando seu princípio ativo para uso médico. Com grande sucesso. Já havíamos comemorado o centenário de José Lins do Rego, um dos maiores romancistas brasileiros do século XX, não obstante não se preocupasse, como deveria, com a forma, embora ela fosse atraente e sedutora. A Academia cumpre o seu dever, não só pela comemoração, como pela fixação das figuras literárias, seus membros ou não, que mereçam a perenidade do papel impresso, a estante e a consulta pelos interessados,

ACIMA:

Medalha comemorativa da fundação da Academia.

Desenhada e moldada pelo escultor Girardet em 1897, só foi cunhada em 1940, na presidência Celso Vieira, transformando-se a data 1897 do modelo primitivo em 1897-1940.

como ocorreu e ainda ocorre com Machado de Assis, que tem faiscadores permanentes em sua obra ou à cata de produções de sua pena privilegiada.

Esta é nossa política editorial, a de conservar na revista da Casa a lembrança perpétua dos que passaram por ela e deixaram o testemunho de seu interesse e amor pela língua e a literatura nacionais, conforme o artigo primeiro dos Estatutos.

Neste número, optamos por homenagear duas grandes escritoras, tão grandes que deixaram um lugar marcado, inocupável como autoras de obras que enriqueceram a literatura brasileira. Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa são duas notáveis escritoras, que demonstraram, com seus trabalhos, de prosa e de poesia, ser a língua portuguesa uma das mais belas do mundo, desde que bem escrita, como o foi nas obras das homenageadas. Todas as línguas encerram beleza, para quem as domina e sabe lê-las com sentimento. A língua portuguesa, porém, vai além dessas simples reflexões, pois nela escreveram Machado de Assis, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, para citar apenas três nomes solares, que deixaram para a posteridade páginas de rara beleza literária. Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa filiam-se à corrente dos grandes escritores brasileiros. É esse o motivo por que as homenageamos neste número, quando estão completando cem anos, embora já tenham partido deste mundo, onde tanto brilharam. São dois centenários de ouro.

## NA PÁGINA SEGUINTE:

Cecília Meireles, na “Exposição Cecília Meireles – Estudos de Gesto e de Ritmo”, e seus desenhos expostos em abril de 1933 na Pró-Arte do Rio de Janeiro. Sobre a mesa o álbum de visitantes da exposição, contendo, entre outras, as assinaturas de Renato Almeida, Ribeiro Couto, Andrade Muricy, Tasso da Silveira, Mozart Araujo, Carlos Lacerda, Marques Rebelo, Estela Guerra Duval, Barreto Filho, José Geraldo Vieira, Antenor Nascentes, Olegário Mariano, Luiz Heitor Correa de Azevedo, Alcides Rocha Miranda, Roberto Burle Marx, Candido Portinari, Celso Antonio, Lélío Landucci, Edson Motta e Guignard. *O Malho* estampou em edição do dia 24 de abril a fotografia da mostra reproduzida a seguir, cujos direitos de imagem foram devidamente concedidos para esta edição por *Solombra Books*.





# No centenário de Cecília Meireles

LEODEGÁRIO A. DE AZEVEDO FILHO

Para as comemorações do centenário de nascimento de Cecília Meireles (Rio de Janeiro, 7 de nov. de 1901 – Rio de Janeiro, 9 de nov. de 1964), a Editora Nova Fronteira vai publicar o primeiro volume (serão cinco ao todo) das *Crônicas e ensaios sobre Educação*, conforme planejamento editorial que nos foi solicitado pela família da escritora e pelos editores. A impressão de sua vasta obra em prosa, tão importante quanto a obra poética, envolve: *Crônicas em geral* (3 volumes), com o primeiro já publicado; *Crônicas de viagem* (3 volumes), todos já editados; *Tipos humanos e personalidades* (2 volumes), a sair; *Educação e folclore* (5 volumes), com o primeiro a sair no corrente ano; *Conferências e ensaios* (3 volumes), em preparo; *A questão autoral das Cartas chilenas e Curso de Teoria e Crítica literárias* (1 volume), em preparo; e *Varia* (4 volumes), também em preparo, com a reunião de entrevistas, teses de concurso e outros textos em prosa não incluídos nos volumes anteriores.

Professor  
Emérito da  
UERJ, Titular  
da UFRJ e  
Presidente da  
Academia  
Brasileira de  
Filologia.

Em nossa longa vida universitária, estudando a corrente espiritualista do Modernismo no Rio de Janeiro, além da edição facsimilada da revista *Festa* e dos livros sobre a poesia de Tasso da Silveira e de Murilo Araújo, coube-nos publicar, pela Editora José Olympio, o volume *Língua e estilo de Cecília Meireles* (Rio de Janeiro, 1970), todo ele dedicado à obra poética da grande escritora. Por isso mesmo, aceitamos o honroso convite para reunir, em vários volumes, a considerável e importantíssima obra em prosa de quem dedicou a vida inteira ao jornalismo, à pesquisa universitária, ao magistério e à literatura.

Em estudos anteriores, em dois planos temos considerado a autora de *Viagem*: o plano do *ad extra* e o plano do *ad intra*. No primeiro, para responder à pergunta “Quem foi Cecília Meireles?”, bastaria, entre várias outras fontes, recorrer a alguns subsídios dos arquivos implacáveis de José Condé, página publicada na revista *O Cruzeiro* (Rio de Janeiro, 31-12-1955). Vejamos isso, objetivamente: após o curso primário na Escola Estácio de Sá, do Rio de Janeiro, diplomou-se pela Escola Normal do Instituto de Educação (1917); poucos anos depois casou-se com o artista português Fernando Corrêa Dias (1922). Foi mãe de três filhas: Maria Elvira, Maria Matilde e Maria Fernanda. Lecionou no Instituto de Educação e na antiga Universidade do Distrito Federal, em ambos os casos considerada excelente professora. Altura: 1,64. Peso: 59 quilos. Sapato: nº 37. Foi quase vegetariana. Não fumava, não bebia, não jogava. Não praticou nenhum esporte, mas gostava de caminhar e “seria capaz de dar a volta ao mundo a pé”. Não gostava de futebol e raras vezes ia ao cinema, mas apreciava muito o bom teatro. Respondia a todas as cartas recebidas, mas demorava um pouco em agradecer livros, pois só o fazia depois de os ler. Adorava música, especialmente canções medievais, espanholas e orientais. Eram poetas de sua preferência todos os bons poetas. Em pintura, dava certa primazia à arte flamenga. Tinha o hábito de dormir e acordar cedo. Leu *Eça de Queirós* antes

dos 13 anos. Escreveu o seu primeiro verso aos nove anos. Estudou canto, violão, violino e gostava de desenhar. Se pudesse recomeçar a vida, gostaria de ser a mesma coisa, porém, melhor.

Publicou *Espectros*, seu primeiro livro de poesia, em 1919, aos 18 anos, revelando certo gosto parnasiano. Em livros posteriores, como *Nunca mais ... e poema dos poemas* (1923) e *Baladas para el-rei* (1925), a herança simbolista impôs-se à parnasiana. Ficou viúva em 1935.

A sua fase de plena maturidade poética e criação de um estilo próprio e inconfundível tem início em 1938, com a publicação de *Via-gem*, obra premiada pela Academia Brasileira de Letras, no ano seguinte. Daí por diante o seu teclado lírico foi produzindo os mais belos poemas da literatura brasileira do seu tempo, com ampla repercussão em Portugal e vários e sucessivos livros publicados.

Casou-se, em 1940, com o professor Heitor Grillo. Seu principal defeito: “uma certa ausência do mundo”. Seu tormento: “desejar fazer o bem a pessoas que precisam de auxílio e não o aceitam”. Nunca viu assombração, “mas gostaria de ver”. Não tem medo de viajar de avião em viagens longas. Gostaria de retornar ao Oriente e chegar até à China. Também gostaria de ficar por mais tempo no Mediterrâneo. Coleccionava objetos de arte popular. A certa altura, também colecionou xícaras e colheres de café, “mas hoje o café se tornou tão ruim, que não vale a pena colecionar seus acessórios”.

Emocionou-se muito ao chegar aos Açores, terra de seus antepassados. Ficou muito feliz ao ver sua “Elegia a Gandhi” traduzida em idioma da Índia. Embora admirasse a França, não conseguia gostar de Paris. Tinha imensa admiração por São Francisco de Assis, Gandhi e Vinoba Bhave. Tinha horror em tocar em papel carbono, ver alguém comendo ostras e aspirar fumaça de ônibus. Amava crianças, objetos antigos, flores, música, cravo, praia deserta, livros, muitos livros, noite estrelada com nuvens ao mesmo tempo. Por fim, não tinha medo de morrer.

Em linhas muito gerais, sem incluir as numerosas viagens que fez, acima apresentamos o retrato de Cecília Meireles, em nível de *ad extra*.

Mas, quem foi ela, em nível de *ad intra*?

A resposta a tal indagação está em sua obra de arte literária, em prosa e verso, desafiando uma revelação que nunca terá fim, por mais que se escreva sobre ela ou que ainda se venha a escrever. Nesta mesma *Revista Brasileira*, a convite do nosso eminente amigo João de Scantimburgo, já tivemos oportunidade de tratar da obra poética, publicando longo ensaio intitulado “Cecília Meireles – poesia do momento fugaz ou poesia do eterno instante”, com pequena antologia de textos por nós selecionados. Hoje voltamos a nossa atenção, atendendo a novo convite, para sua obra em prosa, agora enfeixada em vários volumes pela Editora Nova Fronteira, conforme planejamento editorial já aqui referido. Não a obra em prosa em sua totalidade, pois a apreciação crítica das várias dimensões intelectuais daquela que escreveu com a mão de fada ocuparia numerosíssimos volumes, indo além de um artigo. Por isso mesmo, tivemos que escolher um caminho. E este caminho já está eleito, com a publicação, no ano do seu centenário, do primeiro volume de crônicas e ensaios sobre *Educação*, apenas disso tratando-se aqui.

Na “Apresentação” do volume, procuramos ressaltar, de início, a extensa e intensa publicação de textos sobre educação no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 1930 a 1933, onde Cecília manteve uma página diária com entrevistas, noticiário, artigos e uma coluna denominada “Comentário” – e só aí há centenas e centenas de colaborações, na verdade mais de 700 textos. Sendo assim, o que nos coube propor foi uma seleção preliminar de artigos, em busca das linhas mestras do pensamento de Cecília, artigos agrupados em núcleos temáticos. Ainda sobre a educação, a escritora fez conferências, participou de congressos e escreveu crônicas na coluna “Professores e estudantes” do jornal *A Manhã*, também do Rio de Janeiro, de

1941 a 1943, com extraordinária repercussão nos meios educacionais brasileiros. Em momento algum, ela poupou críticas aos poderosos, sempre em defesa da educação.

Como é evidente, tudo isso se insere no clima de uma época, que se foi formando antes mesmo da primeira metade do século XX e que se prolongou além dela, num vasto panorama, aqui apenas delineado. Já em 1925, a reforma Rocha Vaz, aliás alvo de muitas críticas, demonstrava interesse pelo ensino secundário e pelo ensino superior, criando-se então o Departamento Nacional de Ensino. Pouco depois, no Rio de Janeiro, a Câmara Municipal aprovaria a Reforma Fernando de Azevedo, exatamente no dia 23 de janeiro de 1928. Data mais ou menos dessa época a construção e inauguração, ainda no Rio de Janeiro, do belíssimo prédio do Instituto de Educação, como depois foi chamado, modelar estabelecimento de ensino normal, aí diplomando-se e já saindo empregadas as professoras de nossas escolas primárias, depois de estudarem com os maiores mestres e grandes educadores daquele momento histórico. Como ninguém ignora, o Instituto de Educação e o Colégio Pedro II, na antiga capital da República, eram mesmo as nossas duas instituições educacionais verdadeiramente exemplares, como sempre nos dizia Anísio Teixeira.

Com a Revolução de 30 – e nela Cecília Meireles de início acreditou –, criando-se o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro do mesmo ano, a instrução pública teria novo impulso, nomeando o Governo Provisório o professor Francisco Campos para dirigir o Ministério recém-criado, de sua política educacional discordando Cecília Meireles, entre muitos outros. E tivemos então duas reformas: uma voltada para a implantação do Estatuto das Universidades Brasileiras, e outra comprometida com a reestruturação do ensino secundário. A essa altura, Fernando de Azevedo iria encabeçar um movimento de

renovação pedagógica, consubstanciado no *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, publicado em 1932. Assinaram o *Manifesto*, além de Fernando de Azevedo – e isso entre muitos outros nomes ilustres, como o de Cecília Meireles – os eminentes educadores M.B. Lourenço Filho e Anísio Teixeira, ao lado de outros mestres como Roquette-Pinto, Francisco Venancio Filho, Delgado de Carvalho, Afrânio Peixoto, Pascoal Leme e Sampaio Dória, numa relação apenas exemplificativa, sem esgotar a lista de notáveis signatários. O *Manifesto*, mais tarde publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, então mantida pela Associação Brasileira de Educação, repercutiu em todos os nossos estados. Considerando, conforme o pensamento sábio de Miguel Couto, que a educação era o primeiro problema nacional, de sua solução dependendo os demais problemas, entre os quais a própria e sempre inquietante questão econômica, novos e largos horizontes foram abertos para a reflexão vertical em todos os níveis de ensino. Cecília Meireles, no verdor dos seus 30 anos, bravamente lutava, como jornalista, pelas idéias do *Manifesto*.

Em linhas muito gerais, pois escreveríamos um livro se fôssemos analisar miudamente a questão, o *Manifesto* procurava estabelecer, em bases teóricas, as diretrizes de uma política escolar centrada em novos ideais pedagógicos e sociais, planejando-se a educação para uma civilização em mudança, conforme a expressão de Kilpatrick, muito corrente na época. Procurava-se também melhorar o processo nas áreas urbana e industrial, criando-se laços de solidariedade nacional e mantendo-se o respeito à democracia. Assim, procurava-se adaptar a educação, como a vida em geral, “às transformações sociais e econômicas, operadas pelos inventos mecânicos que governam as forças naturais e revolucionaram nossos hábitos de trabalho, de recreio, de comunicação e de intercâmbio”. (A propósito, veja-se o livro *A reconstrução educacional no Brasil. Ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, com uma introdução de Fernando de Azevedo, p.

7-30. Em apêndice: “A nova política educacional”. Esboço de um programa educacional extraído do *Manifesto*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1932, p. 113-117.) O próprio Fernando de Azevedo, em seu conhecido livro *A cultura brasileira*, menciona os objetivos nucleares a serem atingidos:

A defesa do princípio de laicidade, a nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, a criação de universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica, constituíam alguns dos pontos capitais desse programa de política educacional, que visava a fortificar a obra do ensino leigo, tornar efetiva a obrigatoriedade escolar, criar ou estabelecer para as crianças o direito à educação integral, segundo suas aptidões, facilitando-lhes o acesso, sem privilégios, ao ensino secundário e superior, e alargar, pela reorganização e pelo enriquecimento do sistema escolar, a sua esfera e os seus meios de ação. (*A cultura brasileira*, tomo III da 3ª edição. São Paulo, Melhoramentos, 1958, p. 175.)

Sem dúvida, o *Manifesto* – aliás, bastante idealista – procurou analisar, em amplitude, o problema da educação no Brasil, definindo princípios e traçando várias diretrizes para um programa de ação em todo o território nacional. Mas houve, como seria de esperar em matéria tão complexa e num país com as dimensões do nosso, discussões e sérias divergências entre grupos que se opuseram radicalmente, ou como se dizia na época: “Havia um conflito entre duas mentalidades, uma que lutava porque estava morrendo e outra que lutava porque estava nascendo.” No livro acima citado, Fernando de Azevedo assim se manifesta:

Elementos de vanguarda tomavam posições na imprensa do país, especialmente no Rio de Janeiro onde, no *Diário de Notícias*, de 1930 a 1933,

*Cecília Meireles*, com suas crônicas finas e mordazes, e *Nóbrega da Cunba*, com sua atividade sutil e de grande poder de penetração, *Azevedo Amaral*, em *O Jornal*, com sua dialética persuasiva a serviço de um pensador robusto, e, mais tarde, *J.G. Frota Pessoa*, que desde 1933 fez de sua coluna no *Jornal do Brasil* uma trincheira de combate, pela sua lucidez implacável e pela segurança de seus golpes, traziam novos estímulos e acentos novos a essa campanha, cujo conteúdo não se esgotava sobre o plano cultural, e ao longo de cujo desenvolvimento vibravam com uma força sustentada em espírito moderno e em sentimento profundamente humano. (op. cit., p. 181)

Na linha de algumas conseqüências objetivas, a nova política educacional levaria Fernando de Azevedo a ser convidado pelo interventor federal general Waldomiro Lima a ocupar o cargo de diretor-geral de Instrução Pública do Estado de São Paulo, aprovando-se, em 1933, um Código de Educação, realmente oportuno. O mesmo espírito renovador, um pouco antes, com Anísio Teixeira (1932-35) no então Distrito Federal, e, novamente, em São Paulo, mas já agora com A. de Almeida Júnior (1935-36), produzia os seus visíveis efeitos. Mas aqui, evidentemente, não nos cabe analisar, em extensão e profundidade, todas as realizações da Escola Nova no Rio de Janeiro e no resto do Brasil. (Abrimos parênteses, para dizer que usamos a expressão “Escola Nova” em homenagem à memória do nosso mestre e caro amigo M.B. Lourenço Filho, que nos deu a honra de colaborar na Revista do mesmo nome, por nós dirigida em 1951.) O percurso, realmente, seria muito longo e não queremos exorbitar as proporções normais deste simples artigo, viajando pelos estados e chegando às reformas de Gustavo Capanema e à construção do edifício do Ministério da Educação e Cultura, onde se conservam magníficos painéis de Portinari. Aqui apenas ressaltamos que o próprio Fernando de Azevedo, como acima vimos, cita o nome de Cecília Meireles como de vanguarda e em primeiro lugar, ao se referir à ação de escritores e intelectuais na imprensa daquele



momento histórico. E são essas crônicas “finas e mordazes” – nós preferimos dizer *de fino espírito crítico, muita coragem e reflexão* – que agora se reúnem em livro, em ampla amostra representativa. A seleção que nos coube fazer, para melhor análise do leitor e para a inadiável recuperação dos valores de base humanística na educação brasileira, seriamente prejudicados por uma reforma profissionalizante, ou pseudoprofissionalizante, que afinal não teve condições de realizar-se, de tal forma que hoje nem se tem um ensino de base humanística, pelo qual tanto se empenhou Cecília Meireles, nem se tem um ensino verdadeiramente profissionalizante... As questões magnas do *Manifesto* eram: a laicidade e a nacionalização do ensino.

Outra conseqüência positiva, sob os impulsos esclarecidos de Armando Sales de Oliveira, foi a criação da Universidade de São Paulo pelo decreto de 25 de janeiro de 1943. A exemplo do que ocorria em São Paulo, o prefeito do então Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista, contando com o apoio de mestres da altura de M.B. Lourenço Filho e de Anísio Teixeira, no ano de 1935, criaria a Universidade do Distrito Federal, onde aliás lecionou Cecília Meireles e da qual foi primeiro reitor o escritor Afrânio Peixoto. As duas universidades reuniram um corpo docente altamente qualificado, inclusive com a participação de eminentes mestres estrangeiros. Por assim dizer, aquele foi um período áureo (e de saudosa memória!) na história da educação brasileira.

Pois bem, dentro desse vasto panorama, aqui ligeiramente esboçado, será preciso situar agora o pensamento e a ação de Cecília Meireles, sempre motivada por temas educacionais. Como linha mestra desse pensamento, tem-se que a reforma do homem é que pode concorrer para a reforma da sociedade e não o contrário. Portanto, estamos diante de outra dimensão da fascinante personalidade da grande escritora, já que momentaneamente deixamos de ter diante de nós a poetisa neo-simbolista saída do grupo da revista *Festa* ou a “pastora

de nuvens”, escrevendo poemas líricos de renúncia e alta espiritualidade; nem estamos diante da cronista voltada para a poetização do cotidiano, como não se tem aqui a viajante-autora de crônicas deslumbrantes, em contato com várias pessoas e diferentes civilizações. Também não é a Cecília que tinha o “vício de gostar de gente”, literariamente construindo uma obra em prosa orientada para a interpretação do homem, tanto os seres anônimos, como as grandes personalidades. Agora estamos diante do espírito crítico de uma jornalista combatente e preocupada com os problemas da educação do povo brasileiro, da escritora e da professora em campo de luta, defendendo valentemente as suas idéias – melhor seria dizer os seus ideais de educação – sempre com muita dignidade e reflexão crítica. Divergiu de grandes políticos e teóricos da época, pondo na defesa de suas posições todo o potencial de sua inteligente argumentação e da sua fina sensibilidade. O decreto do ensino religioso nas escolas, por exemplo, foi alvo de muitos questionamentos.

Cecília Meireles foi professora, aliás queridíssima pelos alunos, em todos os níveis e em todos os graus: primário, médio e superior. Na Escola Normal do Instituto de Educação chegou a defender tese para concorrer à cátedra de Português e Literatura, com o título de “O espírito vitorioso”, em 1929, quando tinha apenas 28 anos. Na imprensa, defendeu o que lhe parecia certo, não poupando críticas ao que lhe parecia errado. E o seu pensamento sobre educação será agora exposto em livro próprio, em textos que escreveu e publicou em diferentes fases de sua vida: a fase do *Diário de Notícias*, plena de entusiasmo, e a fase mais amadurecida de *A Manhã*.

Em síntese, na raiz do pensamento de Cecília Meireles pode-se depreender a sua convicção humanística, sempre preocupada com a formação (não apenas a informação) do educando. Escreveu maravilhosos livros de literatura infantil, em prosa e verso, visando à educação integral da criança; e escreveu vibrantes crônicas em defesa da re-

novação da escola brasileira, em todos os níveis e em todos os graus. No seu ideário pedagógico, como peças de um jogo de xadrez estruturalmente dispostas, de modo claro e inequívoco se nos deparam as linhas mestras do seu pensamento, a partir do respeito à personalidade do aluno, em todas as fases de sua formação e em todas as idades do seu crescimento e desenvolvimento. Na infância, após a idade pré-escolar ou perguntadora, os especialistas em psicologia evolutiva, genética ou das idades assinalam que, a partir dos sete anos, a criança dá início à aquisição dos quadros lógicos do adulto. Depois vem a idade adolescente, quando se vive uma fase de transição, pois já não se é criança e ainda não se é plenamente adulto. Em tudo, Cecília Meireles demonstrava largos conhecimentos de psicologia educacional e deixava evidente a necessidade, nas escolas, da criação de competente serviço de orientação ou assistência pedagógica. Sempre à luz dos modernos fundamentos da educação renovada, de que nunca abriu mão, Cecília sabia que o jovem, em busca do seu lugar no mundo, é uma complexa unidade biopsicossocial, tornando-se assim indispensável que os futuros professores adquiram, nas faculdades, sólidos conhecimentos de biologia educacional, psicologia educacional e sociologia educacional, ao lado de sua formação em didática geral e especial. A grande escritora, por isso mesmo, tinha plenas condições de discutir o assunto com os mestres da época, sendo mesmo aplaudida pelos maiores deles, como foi o caso de Fernando de Azevedo, em passagem já aqui referida, e de M.B. Lourenço Filho, que, às vezes, levava para as suas magistrais aulas de psicologia educacional – e aqui damos o nosso testemunho – crônicas de educação de Cecília Meireles, como elemento básico de motivação da aprendizagem. Naquela época, acreditava-se no poder da educação em sentido amplo, sem esquecer a educação de adultos e o ensino supletivo, em sua ação de suprir (daí o nome supletivo), na idade adulta, a ação educativa que faltou na idade própria. Foi intensa a luta dos renovadores contra o conservadorismo.

Em suma, todo o espírito renovador, em matéria de educação, perpassa pelas páginas admiráveis do livro recém-publicado, como o leitor verá. Cecília defende, em sua coluna de vanguarda, no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, que os estudantes democraticamente também fossem ouvidos sobre as reformas de ensino, não apenas os professores; que os professores deviam ser remunerados condignamente (e como é atual o pensamento dela!), levando-se em conta a importância social do seu árduo trabalho; que o professor moderno deve ter formação adequada, para educar conscientemente; que a verdadeira educação não se deve limitar a pregar a fraternidade nacional, mas também a fraternidade universal; que a literatura infantil deve ser incentivada, ela própria criando uma biblioteca infantil modelar; que a Reforma Rocha Vaz não conseguiu resolver os problemas do ensino secundário, sendo alvo de muitas críticas; que a Reforma Francisco Campos foi um retrocesso; que é preciso acreditar nos jovens e na força de renovação que trazem consigo; que a teoria e a realidade nem sempre vivem de mãos dadas, em termos de educação; que a dramatização de fatos históricos motiva o ensino, que não pode ficar limitado às simples aulas de exposição oral; em suma, nada ficou por tratar na coluna “Comentário” do *Diário de Notícias*, em centenas e centenas de textos publicados entre 1930 e 1933, em que defendeu a laicidade e a nacionalização do ensino com muito ardor. Por isso mesmo, pareceu ao organizador do volume que o melhor seria procurar apreender, em núcleos temáticos seletivos, as linhas mestras do pensamento de Cecília Meireles sobre educação, como efetivamente se fez. Até porque no mesmo volume foram ainda incluídas as crônicas, também selecionadas, da seção “Professores e estudantes”, publicadas no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, no período de 1941 a 1943.

Em conclusão, numa época movimentada por debates e polêmicas, o pensamento de Cecília Meireles, muitas vezes, valeu como um

ponto luminoso, orientando espíritos e procurando caminhos e soluções para o maior problema nacional, que foi e continua a ser o problema da educação e da cultura. Basta lembrar, a propósito de Anísio Teixeira, que houve quem confundisse as idéias do pragmatismo de John Dewey com práticas comunistas ou marxistas... Ao contrário de M.B. Lourenço Filho, o nosso grande teórico da *Escola Nova* e extraordinário professor de psicologia educacional, Anísio Teixeira, sempre preocupado com a educação de base, tinha o sentido pragmático das coisas, sentido que imprimiu aos cargos administrativos que exerceu, como foi o caso do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Naquela época, com inteira razão, dizia-se que, no mundo em que vivemos, *ou marchamos logo para a educação do povo, ou caminharemos para o caos*. A obra dos grandes educadores daquele momento histórico continua viva e atual: é preciso estabelecer as bases de uma educação comum para o povo; há necessidade urgente de uma nova política educacional, em que a escola pública seja realmente gratuita e obrigatória em todo o território nacional; urge a emancipação popular pela educação; é inadiável a busca de soluções adequadas para o problema da formação do magistério, nisso insistindo muitas vezes Cecília Meireles; e que se respeite, antes de tudo e com remuneração condigna, a dignidade do professor. Em suma, o pensamento de Fernando de Azevedo, M.B. Lourenço Filho, Anísio Teixeira, A. de Almeida Jr. e Venancio Filho, este último defendendo convictamente o ensino de base, entre tantos outros grandes mestres daquela época, deve ser retomado criticamente em nossas faculdades de Educação, em busca de metas orientadoras dos mecanismos de transmissão da cultura sistematizada nas escolas, para que a educação seja o compromisso máximo de todos nós. E só nos resta esperar que a publicação do livro em causa desperte consciências adormecidas e que todos encarem a educação do povo como o primeiro problema do Brasil.

De maneira geral, em cada núcleo temático, tão abrangente quanto possível, incluímos a seguinte matéria:

- I – Conceitos gerais de vida, educação, liberdade, beleza, cooperação e universalismo;
- II – Família, escola, infância e educação;
- III – Adolescência, juventude e educação;
- IV – Problemas gerais do magistério, métodos e técnicas de investigação pedagógica;
- V – Educação, revolução, reformas de ensino e ortografia;
- VI – Educação, política e religião;
- VII – Nova Educação, Escola Nova, Escola Normal e ensino público. Formação do magistério e qualidades do professor;
- VIII – Veículos de cultura e educação: poesia, cinema, teatro, música, exposições. Métodos auxiliares. O lúdico;
- IX – O espaço escolar: ambiente e ambiência. Prédios. Concursos;
- X – Educação e literatura infantil;
- XI – Intercâmbio escolar;
- XII – Educação, jornalismo, responsabilidade e censura da imprensa;
- XIII – Civismo na formação das crianças, dos adolescentes e dos adultos;
- XIV – Paz, desarmamento e não-violência.

No jornal *A Manhã*, de 1941 a 1943, manteve Cecília Meireles, como aqui já foi informado, uma seção intitulada “Professores e estudantes”, também de larga repercussão e influência nos meios educacionais brasileiros. A página do *Diário de Notícias*, onde publicou entrevistas, artigos, noticiário e a sua coluna intitulada “Comentário”, já era de uma década atrás, pois se estendeu de 1930 a 1933. Com pensamento naturalmente mais amadurecido, após o desencanto da primeira fase, logo na primeira colaboração, datada de 9 de agosto de 1941, declara:

Aparece este jornal num momento grave do mundo. E, sendo um jornal de idéias, não pode deixar de ter, numa das suas páginas, um canto permanentemente destinado aos assuntos de Educação.

Os temas, em sua imensa variedade, são os do momento e os de sempre: conceitos de vida, liberdade, cooperação e educação; o valor educativo das viagens; a tecnologia equivocada das máquinas; o amor à natureza; a valorização do trabalho; a boa leitura dos jornais; a cidade e o campo; história da educação no Brasil; educação ao alcance de todos; cinema e educação; homens, crianças e bichos; problemas do cronista de educação; a educação urbana e a rural; passado, presente e futuro do Brasil; elogio da culinária; crítica ao ensino memorizado e não reflexivo; teatro e educação; a construção do espírito universitário; ensino rural para adultos; educação e unificação dos países americanos; amor ao trabalho; educação e turismo; educação do pedestre; colônias de férias; atividades culturais; educação dos artistas; educação dos patrões; desenhos infantis; laicidade e nacionalização do ensino fundamental; etc. Observe-se que Cecília Meireles, em janeiro de 1933, abandonou a “Página de educação”, que mantinha no *Diário de Notícias*, por desencanto e por cansaço diante do conservadorismo sempre em oposição às idéias renovadoras. Mas retornou ao campo de combate, já agora em 9 de agosto de 1941, na coluna “Professores e estudantes”, do jornal *A Manhã*. Como é evidente, as duas fases, a do *Diário de Notícias* e a do jornal *A Manhã*, naturalmente se complementam, razão pela qual as incluímos no mesmo volume, mas dividido em vários tomos.



Ilustração do livro  
*Madrinha Lua. Poesia.*  
Niterói, Edições Hipocampo, 1952.





# A Lírica de Henriqueta Lisboa

FÁBIO LUCAS

## ~ Da tradição à autonomia

Importa investigar a obra de uma das maiores poetisas do Brasil, Henriqueta Lisboa, nascida em Lambari, Minas Gerais, a 15 de julho de 1901, e falecida a 9 de outubro de 1985. E mencionar sinais de sua passagem pelas Letras, pois, além da produção lírica, destacou-se como tradutora, já que verteu para o português, com extrema competência, desde Dante até Ungaretti e Gabriela Mistral. E ensaísta, autora que foi de quatro obras de interpretação literária. Seguem-se, adiante, algumas sugestões captadas na complexa obra da poeta mineira.

No auge da produção de Henriqueta Lisboa – início do século XX –, as correntes consagradas da Europa exportavam atitudes contestadoras da tradição sob a forma das *vanguardas*. Deste modo, a poesia de Henriqueta Lisboa pode ser lida como o estuário de duas

Doutor em Economia Política e História das Doutrinas Econômicas, Fábio Lucas se especializou em Teoria da Literatura. É professor, ensaísta e crítico literário. Tem inúmeros livros publicados, entre os quais *Temas literários e juízos críticos* (1963), *Do barroco ao moderno* e *Crepúsculo dos símbolos: reflexões sobre o livro no Brasil* (1989), e colabora em periódicos especializados.

tendências: a *simbolista* e a *modernista*. Infere-se que seu processo de formação incorpora efusiva convivência com o repertório dos “poetas malditos” da França, assim como os seus ecos no Brasil, recolhidos especialmente na obra de Alphonsus de Guimaraens, sobre quem, aliás, veio a escrever um ensaio de interpretação.

Diga-se, de passagem, que Henriqueta Lisboa percorreu um caminho paralelo ao de Cecília Meireles, ambas nascidas em 1901. Singulariza-as do mesmo modo o empenho na implantação de uma literatura direcionada às crianças. Enquanto Cecília Meireles se tornou a primeira brasileira a criar uma biblioteca para o público infantil, Henriqueta Lisboa se fez pioneira na escrita de poemas para crianças fora da tradição moralista ou de cunho meramente pedagógico. Concebeu poemas de feição lúdica, como é o caso de “O menino poeta” e outros da mesma coleção, nos quais predomina o jogo de palavras. Deste modo, a composição se estrutura em torno da própria mensagem. O processo de comunicação não se destina à circulação da mensagem do emissor para o receptor, mas enfatiza a substancialidade da mensagem, começa e se esgota nessa, como numa *função poética*, nos termos da proposta de Roman Jakobson. Assim, os poemas de *O menino poeta* iniciam uma prática de poetização em que se explora de preferência o *estrato fônico*, relegando-se a segundo plano o *estrato das representações* ou as camadas de expressão emotiva ou referencial. Os exemplos de *O menino poeta* apontam precisamente para o prazer do texto, para a manifestação sonora e lúdica de cada poema.

O leitor não deve assustar-se com o repertório precioso de Henriqueta Lisboa. Antes, precisa explorá-lo à exaustão, a fim de colher o maneirismo dramático da poeta, que associa a tradição setecentista mineira, meio barroca, meio clássica, eminentemente rococó, com a tonalidade musical do Simbolismo. Repetem-se vocábulos da têm-

pera simbolista: reposteiro, vergel, lua, orvalho, asas, lírio, arco-íris, zéfiro, elfo, nácar, luz, musa, lágrima, nardo, pomba, paz, etc. Observam-se, entretanto, algumas soluções que lhe são intransferíveis. Por exemplo, certos cortes que isolam palavras e sintagmas, rebarbarizando a expressão, tornando-a forte, original e poética. Exemplo: “Talvez. Aleluia para esse talvez. Aleluia.” (poema 4 de “Os estágios”, de *O alvo humano*). Ainda: “Na morte, não. Na vida. / Está na vida o mistério.” (poema “O mistério” de *Flor da morte*). Mais? Veja-se: “Flor. A inacessível. / Do caos, da escarpa, da salsugem, / da luxúria, dos vermes, das gavetas / do asco, do cuspo, da vergonha. / Flor. A inefável. / A companheira do anjo”, etc. (poema II, “Flor da morte”, de *Flor da morte*). Também: “Sinal da loucura, sinal dos tempos. / Sinal, apenas.” (poema “Sinal” de *Flor da morte*).

Mais outro aspecto do modo autônomo de poetar de Henriqueta Lisboa: o jogo ora feroz, ora pungente, entre o “sim” e o “não”. A dialética da representação do mundo e da vida. Já chamamos a atenção para essa característica da poeta. O número incontável de poemas iniciados pela negativa. Modo cumulativo de acentuar o contraste, ou seja, a afirmação final do conteúdo lírico, geralmente de cunho elegíaco. O eu lírico, no relato emocional, vai registrando as modalidades repelidas na enunciação, aquilo que se recusa. Depois do processo cumulativo, invertendo o seu sentido, o enunciado lírico se concentra naquilo que a poeta deseja enfatizar como efeito construído, buscado desde o início. Curiosamente, em determinado poema, Henriqueta Lisboa inicia a composição assim: “Eu ia dizer sim, disse não.” (poema “Poder obscuro” de *Azul profundo*). Dialectas da Escola de Frankfurt, especialmente Theodor W. Adorno, chamaram a atenção para a positividade da negação, núcleo do processo cognoscitivo. E alguns lingüistas trouxeram à evidência o jogo contrastivo como fundamento da linguagem. Em Henriqueta Lisboa, podemos considerar a negação como premissa de um silogismo de

## A face lívida

**N**ÃO a face dos mortos.  
Nem a face  
dos que não coram  
aos açoites  
da vida.  
Porém a face  
lívida  
dos que resistem  
pelo espanto.

Não a face da madrugada  
na exaustão  
dos soluços.  
Mas a face do lago  
sem reflexos  
quando as águas  
entranha.

Não a face da estátua  
fria de lua e zéfiro.  
Mas a face do cirio  
que se consome  
lívida  
no ardor.

epifania lírica. Veja-se o início de “A face lívida”: “Não a face dos mortos. / Nem a face / dos que não coram / aos açoites / da vida. / Porém a face / lívida / dos que resistem / pelo espanto.” Veja-se também o desdobrar de “O espelho” de *O alvo humano*: o processo é duplo. Primeiramente, temos “O julgamento sem réplica / Não diante da platéia”... etc. “Porém diante do puro / espelho.” E logo a seguir: “Não o túbio / vitral movível da consciência”, etc. Adiante: “Não este aço”, seguindo-se especificações, para acrescentar: “Nem ainda o de Lúcifer – tão belo / no seu orgulho de anjo.” E, logo a seguir: “Sim / o refletor de nenhum gesto, / lâmina sem a mínima flor / sorriso ou lágrima”. Seguem especificações do “sim” do espelho.

A busca do ser, em Henriqueta Lisboa, se confunde com a busca da verdade poética. Há, no conjunto de seus poemas, várias ocasiões em que a metalinguagem é utilizada para exprimir a essência da poesia. No poema “Arte”, de *A face lívida*, confundem-se Arte e Verdade. E o poema conclui: “Verdades se arrasam / por ti. Verdadeira.” Mais grave será o conceito que subjaz ao poema “Jóia”, de reflexão sobre algo de enormemente precioso, submetido à “coação do minuto”. Algo que se prolonga em “Contemplação”, que vincula a poesia ao objeto de experiência visual: a ânfora.

Alguém que associasse esses poemas a “Estudo” teria uma poética de alto relevo. Realizaria um estudo admirável dos disfarces em que o discurso poético se transfigura. Aprenderia o inefável na voz de uma das mais autorizadas poetisas do país. O poema “Disciplina” de *Montanha viva* é ambíguo. Sugere tanto a caprichosa mortificação de um missionário, quanto o esforço artesanal rumo à perfeição. Elogia o trabalho dirigido. Para quê? No fim, “Então, brilhai”, conclama o poema. Como se, após ingente sacrifício, fosse dado ao poeta colher o fruto da glória. Da mesma beleza, no mesmo livro, *Montanha viva*, fala “O órgão”, instrumento do êxtase artístico. E “Cigarra” satiriza o “ouvido mouco”, ou seja, a insensibilidade. Mas o poema culminante, nessa li-

nha, constitui “O ser absoluto” de *Miradouro*, algo de divinizado e ascendente, aquele ser que “toma o carro do sol”. Em contrapartida, Henriqueta Lisboa sabe desdenhar, com certa graça, o mundo das aparências em “Do supérfluo” de *Pousada do ser*.

Podemos integrar aqui a contribuição do Modernismo à poesia de Henriqueta Lisboa. Ou, de outro modo, a contribuição de Henriqueta Lisboa à poesia modernista. Tal como Emílio Moura, a poeta não embarcou na revolução literária do lado de seu aspecto mais caricato e desafiador, que foi a prática do poema prosaico ou simplesmente anedótico. O Modernismo de Henriqueta Lisboa cifra-se pela compostura. Mas o seu verso livre, ponto de honra da nova escola, é tão fluido e natural que se pode admitir-lhe seja imanente um modo peculiar de manifestar-se de modo poético.

Henriqueta Lisboa foi a personalidade feminina a quem Mário de Andrade endereçou o seu mais delicado diálogo. A correspondência entre ambos o atesta. Curiosamente, Mário de Andrade elegeu duas mineiras para expandir-se em áreas de seu variado interesse artístico. De poesia falou com Henriqueta; de música e pesquisa folclórica entendeu-se com Oneida Alvarenga, que acabou organizando a parte mais abundante de seu acervo de pesquisador.

Assim, recomendamos ao leitor interessado em investigar as várias faces da poesia de Henriqueta Lisboa que perfaça o seguinte caminho: em primeiro lugar, analise o *estrato fônico*, para apurar a herança simbolista e a extrema fusão da musicalidade à expressão poética. Poderá igualmente surpreender o seu engenho inventivo posto a serviço da poesia para crianças, dando-lhe um teor lúdico e mnemônico diferente da poesia moralista e didática que até então se oferecia aos pequenos leitores. Além do mais, alcançar-se-á em Henriqueta Lisboa um culto generalizado das palavras. Tomando a palavra como ponto de apoio, dialoga com as outras artes, cultiva a correspondência entre elas.

A seguir, explorar-se-á o *estrato morfossintático*, para se ter a visão dos cortes extremamente originais da poeta, na busca da essencialidade das palavras, da rebarbarização de vocábulos e sintagmas, a fim de devolvê-los ao nascedouro da poesia.

Após uma investigação demorada do *estrato das representações*, estudaria a temática de Henriqueta Lisboa, que se organiza, em primeira instância, em torno do eterno conflito entre a vida e a morte. Jogo tenso que leva a poeta a escalar alguns dos seus veios poéticos preferidos. Um deles, Deus, e, em segundo plano, a Religião. Ver-se-á que Deus e Religião se apresentam mais como problemas do que como solução. E o estudo de tensão conceitual se eleva à medida que a obra da autora avança no tempo. Daí se tornar tão importante um acompanhamento diacrônico da produção de Henriqueta Lisboa.

A discrepância entre a vida e a morte se acirra com a descrição do desejo e a exaltação erótica, em contraste com sentimentos de abandono e solidão. O amor constitui outro alicerce temático da poeta. Por vezes, adota o aspecto de uma prisão desejada, como em “Algemas” de *Azul profundo*. Aliás, é freqüente que o mundo se apresente a Henriqueta Lisboa como uma prisão. É o que se vê em “Jaulas” de *Flor da morte*.

O amor não correspondido, ou a versão do amado ausente, leva a poeta a extremos de solidão. Solidão sentida e, por vezes, aspirada, emblema ora de paz e renúncia, ora de inconformidade.

“Repouso”, de *Prisioneira da noite*, é sintomático, assim como na mesma obra “A mais suave”, que tece o elogio da fragilidade. Tudo isso contrasta com a dança dos desejos em “Noturno”. E a paz, tantas vezes perseguida, é negada em “Lareira”.

As pressões sociais, a solidão, a paz ameaçada tornam frágil o “eu poético”, que, por vezes, se rebela. É o caso de “Orgulho”.

A poeta se defende também com o amor idealizado. Uma espécie de sacralização do eterno em “Azul profundo”, poema da obra do

mesmo título (sintagma que, coincidentemente, integra o arsenal de Mário de Andrade). Amor que se concretiza na voz do amado (ou no silêncio) como em “Amor” de *Miradouro*: “Um nome para dizer tudo / se teus lábios o calam.”

A fragilidade em Henriqueta Lisboa se torna freqüentemente fortaleza. Ela mistura a sensação amorosa ao orgulho e, no poema “Confronto” de *Miradouro*, reporta-se à “astúcia dos tímidos”. Não é apenas o amor que a poeta defende nos seus arcanos, mas também a infância, tantas vezes referida como perda irreparável. E às vezes como fonte de sofrimento. Mas sempre uma infância evocada sem nenhum tributo à passividade.

Tudo isso sem contar a onipresença da morte na temática de Henriqueta Lisboa. Não se trata de uma visão pacífica da consciência de que somos mortais. Mas uma atitude desafiadora e inconformada. O carinho com que celebrou o destino final levou-a até a traçar os contornos do além da vida, a paisagem do morto. A tensão dramática, à beira do trágico, pode ser colhida em “Os lírios” e “Dama do rosto velado”. E “Condição”, além de trazer dados biográficos, aponta para a espera da morte. Os biografemas da poeta não olvidam jamais as cores instintivas do desejo e o obsessivo temor da morte, cujo espetáculo se nutre até mesmo do espanto, como em “Assombro” de *Pousada do ser*. Tudo isso sem mencionar que *A face lívida e flor da morte* reúnem o que há de mais substancial ao confronto da vida com a morte.

A última faceta da análise que recomendamos: a penetração no *estrato das qualidades metafísicas*. Um pouco de seu estudo está no estrato morfossintático, assim como no das representações. Aliás, em todos os estratos, pois a obra artística é polissêmica e povoa todas as camadas da percepção do leitor. O aspecto sinfônico de cada poema implica igualmente a diversidade de modos de captação da mensagem lírica. Nenhuma categoria se apresenta em estado puro. Elas são utilizadas de modo didático, a fim de se organizar o dis-



curso interpretativo e auxiliar o leitor a penetrar na grande selva dos significados.

Henriqueta Lisboa fecunda de modo especial a exploração de sua particular Ontologia. Já se disse que toda Filosofia (que, como a Religião e a Mitologia, estiveram associados inicialmente à Poesia) deve apresentar uma teoria do ser (Ontologia) e uma teoria do conhecimento (Gnoseologia). A poeta não faz um tratado de Filosofia, mas incorpora ao texto poético reflexões sucessivas sobre a natureza do ser. Seu último livro, talvez bafejado pelo clima de opinião proveniente de Heidegger, intitula-se *Pousada do ser*. Antes já havia publicado extenso poema intitulado “Celebração dos elementos – água ar fogo terra” (1977), de cunho investigativo das origens. Como quer que seja, Henriqueta Lisboa utiliza o procedimento poético para acercar-se mais e mais da verdade. De tal sorte que, por vezes, prefere contornar o mistério, fazendo aquilo que Maria José de Queiroz denomina “poética do sigilo”, pois a poeta enfrenta o enigma sem decifrá-lo (cf. “Henriqueta Lisboa: do real ao infável”, prefácio a *Miradouro e outros poemas*, Rio, Nova Fronteira / MEC, 1976). Já aludimos à prática da metalinguagem na poeta, que torna a poesia o principal canal de acesso à verdade.

Em conclusão: os múltiplos poderes da poesia de Henriqueta Lisboa haverão de alimentar a crítica em todos os tempos. Deixamos de mencionar a sua atividade de tradutora e as homenagens culturais que ela faz ao longo da obra. Dante, no entanto, recebe tributo em “Herança”, de *Montanha viva*, e o pintor flamengo está em “Vicent (van Gogh)” da mesma obra. Com o ensaio, Henriqueta Lisboa adotou outra estratégia de acercar-se da poesia. Especial relevo deve ser dado à conferência “Poesia, minha profissão de fé”, incluída na obra *Vivência poética: rara lição de encantamento e consciência crítica* diante da expressão lírica.

## ~ Interação poética com Mário de Andrade

O dia 9 de outubro encerra as duas pontas de uma duradoura amizade literária: naquela data nascia Mário de Andrade em 1893 e Henriqueta viria a falecer em 1985. O alfa e o ômega de uma intimidade no reino da poesia.

Mário de Andrade exerceu notável influência na produção lírica de Henriqueta, aconselhando-a como bom amigo e mestre exigente.

Ambos se identificam em vários momentos temáticos ou imagéticos e até mesmo lexicais. É o caso do devotamento ao vocábulo “azul”, que constitui, ao lado do vocábulo “abril”, uma das marcas recorrentes da mitologia de Mário. *Livro azul* vem a ser o título de uma de suas coleções mais importantes.

Quando Mário se entregava à feitura dos “Poemas da amiga” (1929-1930) e do *Livro azul*, passava por um período de semi-apatia, de contemplação, de desmaterialização do ser que infundia nele o desejo de escrever em tom menor, sem lances hiperbólicos, ao modo de certos poetas ingleses. A exploração do “azul” entende com aquele período de concentração psíquica e de entrega a uma emotividade neutra, reagente ao tom revolucionário e polêmico dos primeiros experimentos modernistas. E é no oitavo dos “Poemas da amiga” que encontramos, talvez, a sugestão do título que Henriqueta Lisboa adotaria para seu livro *Azul profundo* de 1950-1955:

Tua presença é uma carne de peixe,  
De resistência mansa e um branco  
Ecoando azuis profundos.

Nas *Reverberações* de Henriqueta Lisboa, de 1975, temos, no verbete “Vergel”, “o verde / refletindo o azul”, enquanto no verbete

“Heráldica” se fala da “Alta nobreza azul / do espírito”. E na sua última obra publicada, *Pousada do ser* (1976-1980), dedica um poema a “O dia azul”.

Mário de Andrade, em carta de 28 de janeiro de 1944, aponta a existência de duas pessoas em Henriqueta Lisboa: a poeta e a professora católica. Esta última, de certa forma, bloqueava o surto lírico da primeira. Introduziria a rotina do pensamento nas forças expansivas da criação: “Tem em você”, – diz ele – “na você de agora, depois que se fez e se libertou da certa impessoalidade a-volta-do-condor que ainda havia em grande parte da *Prisioneira da noite*, tem em você agora, com certa indecisão, imprecisão de divisão, duas pessoas distintas. Uma delas é o Poeta, e outra é a Professora Católica.”

Aliás, o que distingue o fazer poético do apelo publicitário, tão comum em nossos dias, é o grau de utilidade deste último, em confronto com o descompromisso quase lúdico da expressão poética. Assim, enquanto a poesia percorre a sua “finalidade sem fim”, estabelecendo com o leitor uma esfera de comunhão, o produto retórico e/ou publicitário, baseado em princípios de comunicação persuasória, dirige-se mais ao entendimento do que à emoção. Torna-se tautológico e mnemotécnico.

Na poesia prevalece o código, enquanto a mensagem discursiva transporta a propaganda, o anúncio e as emoções primárias, sensações de primeiro grau. Quase sempre, o ornato plástico ou musical constituem acessórios enganadores que alimentam hoje a ilusão da poesia, pois se põe no lugar do poético verdadeiro.

Mais um passo adiante, Mário de Andrade condena nos poemas de Henriqueta o estilo conceituoso: “São certas poesias em que no fim, com si fosse fábula com moralidade, você termina com um conceito ou coisa de alguma forma assimilável a um conceito. Enfim, com uma coisa que mais se assemelha a uma reação intelectual que a um desabafo, a um surto lírico.”

Mário acentua que a poesia “como arte que é, é sempre proposição de verdades, mas verdades anti-lógicas, para-lógicas, supra-verdades, definições intuitivas e não dedutivas”. Conclui dizendo que qualquer conceito lógico, conclusivo ou moralidade fabulística “prejudica a realidade lírica e livre da poesia.”

Pelo que se nota da correspondência de Mário de Andrade enviada a Henriqueta Lisboa, publicada sob o título de *Querida Henriqueta* (Rio, J. Olympio, 1990), edição organizada e anotada criteriosamente pelo Pe. Lauro Palú, o líder do Modernismo exercia rigorosa vigilância sobre os poemas de Henriqueta, verdadeiro magistério carregado de pontuações críticas e gestos de ternura.

Para quem estudar a evolução literária da poeta mineira, haverá de reconhecer seu caminho retilíneo em direção da essência lírica. Vale dizer: a poeta foi derrotando paulatinamente a professora católica.

A projeção dessa mudança aponta para dois aspectos curiosos da carreira da escritora: o primeiro diz respeito ao seu livro mais dramático, publicado após o falecimento de Mário de Andrade, *Flor da morte*, cujos poemas não puderam passar sob o crivo exigente do crítico; o segundo, consiste na variação de tonalidade ao defrontar-se com o tormentoso e recorrente tema do amor e da morte.

A fim de ilustrar o procedimento técnico de Henriqueta Lisboa, valemo-nos das categorias fixadas por Freud para apreender os movimentos mais secretos do inconsciente: a transferência e a condensação. O que, na arte literária, terá como correspondentes a passagem do discurso metonímico para o discurso metafórico.

Henriqueta Lisboa combina a elaboração metonímica, na linha do significante, que implica uma operação racional, com a formulação metafórica, irracional, governada por processos de condensação.

O andamento do poema em Henriqueta Lisboa revela substituições sucessivas e acréscimos intensificadores que podemos identifi-

car como deslocamentos, no sentido freudiano que isso possa ter. A tarefa do crítico consiste em tornar manifesto o que ficou disfarçado ou reprimido.

No ato de comunhão da poesia, estabelece-se na interação emissor / receptor um estado diferenciado de consciência, uma aproximação virtual de que o leitor extrai estados de espírito luminosos, aclaramentos de essência.

Henriqueta Lisboa tem a propriedade muito particular de promover uma constelação de informes estéticos em torno de núcleos genéticos do poema. Às vezes, basta uma palavra.

A totalidade da composição tende a se formar de modo esférico, como se o produto desejasse exibir um estado de perfeição.

Tome-se o poema “Sofrimento”, do livro *Flor da morte*, do qual se podem extrair inúmeras diretivas, ou meios de produção de sentido. Uma delas seria a captação existencial, quase metafísica, na medida em que se procura estabelecer o limite entre a essência e a aparência.

Outra diz respeito a uma poética, como se os símbolos arcassem com a função de constituir-se em suporte da metalinguagem. Ou seja, o ornamento significasse a casa da poesia. Eis o texto:

## Sofrimento

No oceano integra-se (bem pouco)  
uma pedra de sal.

Ficou o espírito, mais livre  
que o corpo.

A música muito além  
do instrumento.

Da alavanca,  
sua razão de ser: o impulso.

Ficou o selo, o remate  
da obra.  
A luz que sobrevive à estrela  
e é sua coroa.

O maravilhoso. O imortal.  
O que se perdeu foi pouco.  
Mas era o que eu mais amava.

Desejamos exprimir com isto que Henriqueta Lisboa, não somente no poema que tomamos por exemplo, mas variadamente, adota o duplo gesto de espalhar e recolher. Tudo, como vimos, ao redor de uma peça básica, um núcleo.

O dístico inicial domina o sistema de imagens do poema:

No oceano integra-se (bem pouco)  
uma pedra de sal.

O poema se desdobra em veios paralelísticos, como se fora uma canção cumulativa de dísticos, de ritmação irregular. Mas o que seria o refrão terminal, epílogo conclusivo, explode em três versos isolados que condensam o significado do poema.

Reunidas as dualidades de cada parêntese, a poeta retrata as tensões entre causa e efeito, fundo e forma, essência e aparência. E, do balanço da particularidade de cada sintagma, chega-se à síntese dramática: os elementos básicos se tornam ausentes, “O maravilhoso. O imortal”, como diz a poeta. Neste ponto, ela se socorre da adversativa “mas” para designar a sua opção humana, mais transitória, existencial: “Mas era o que eu mais amava.”

Uma poética? Não há dúvida. Ela se vale do poema para designar o valor discordante da aparência, materializada nos elementos derivados: o espírito, em relação ao corpo; a música, em relação ao instrumento; o impulso, em relação à alavanca; a luz, em relação à estrela.

Junto com esses derivados, enumera tudo o mais que fica: o selo, o remate da obra, o maravilhoso, o imortal. Que se perde então? Perderam-se as fontes, as origens, a causa inicial de tudo, “uma pedra de sal”, o corpo, o instrumento, a alavanca, a estrela e tudo o que se opõe ao maravilhoso e ao imortal. Tudo o que, entretanto, era o que a poeta mais amava. Enfim, a forma, a aparência.

Com este pequeno estudo desejamos ressaltar, além da técnica de constelação imagética em torno de um princípio, termos novas possibilidades de prospecção na obra de Henriqueta Lisboa. Por exemplo, o estudo da dicotomia vida / morte, que poderá recolher resíduos de uma decisão amorosa profunda, sinalizada pelo triunfo secreto da esperança ou pela sedução transitória da morte enquanto apenas ato de consolação ou talvez medida diluidora de antagonismos insolúveis.

Cessado o diálogo com seu mestre Mário de Andrade, a poeta Henriqueta Lisboa tomou luz própria e ascendeu extraordinariamente, abafando, aos poucos, a professora católica.

*Monumento à juventude,*  
de Bruno Giorgi,  
pátio do Palácio  
Gustavo Capanema  
Rio de Janeiro – RJ  
Foto: Roberto Castelo





# O papel do educador como agente de transformação – uma visão crítica

ARNALDO NISKIER

*Na maior parte da história humana, um trabalhador habilidoso aprendia o que precisava quando sua aprendizagem terminava aos 18 ou 19 anos. Isso não acontece com o moderno trabalhador-do-conhecimento.*

Peter Druker

**P**or que falta entusiasmo nos cursos de formação de professores? E por que eles são os últimos onde ocorrem mudanças fundamentais? São duas questões preliminares que devem ser logo mencionadas, para embasar o nosso raciocínio crítico.

Texto de Aula Magna proferida na UniFMU, em São Paulo. A obra de Arnaldo Niskier, professor, educador, conferencista, chega a uma centena de títulos, sobre Educação brasileira, Filosofia e História da Educação, Tecnologias de Ensino, obras didáticas e de literatura infanto-juvenil.

Em primeiro lugar, o fim das escolas normais foi um baque na educação brasileira. O primeiro sintoma dessa tragédia pedagógica foi a transformação das eficientes Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em Faculdades de Educação. Houve perda de qualidade. Depois, com a Lei nº 5.692/71, abriu-se caminho para a destruição das tradicionais Escolas Normais, trocadas por nada mais expressivo. E nessa fúria aparentemente transformadora, agora os Institutos de Educação cedem vez aos charmosos Institutos Superiores de Educação, produto da Lei nº 9.394/96, num lamentável exercício periférico de troca de nomes, sem que se alcance o âmago da questão.

Houve em cada mudança um currículo mais atraente? Os salários foram dignificados de acordo com as habilitações alcançadas? Como a resposta é negativa, isso pode explicar a falta de interesse pelos cursos, manifestada sobretudo nas grandes metrópoles. No interior, onde tudo chega mais devagar, ainda as vagas para os cursos de Pedagogia são razoavelmente preenchidas. Mas nas capitais essa passou a ser a última opção de quem deseja, a qualquer custo, um curso superior para fins empregatícios.

Onde está o magistério como sacerdócio? O estímulo à mais importante das profissões segue numa nítida tendência decrescente, sem que se sinta das autoridades oficiais qualquer esforço mais sério no sentido de estancar o processo — e revertê-lo rapidamente.

Alguém lembrará que o Conselho Nacional de Educação poderia ter sido mais ágil, na proposição de um novo esquema. Posso testemunhar, depois de quase 50 anos de magistério, que esse esforço vem de muitos anos. Quando assumi a presidência da Câmara de Ensino Superior do antigo Conselho Federal de Educação, recebi expressa recomendação do então presidente Fernando Gay da Fonseca para lidar com as licenciaturas. Foi no ano de 1990. Fiz todo o possível, durante três anos, reuni lideranças de todo o País, mas foi

impossível obter o consenso. Ninguém se entendia. Cada entidade queria levar a formação para um lado. Desisti da tarefa, até hoje inconclusa, depois de várias e inócuas tentativas.

Se o próprio sistema não apresenta uma proposta concreta e harmônica a respeito do que se espera de um curso de magistério, o que aguardar das autoridades enclausuradas em gabinetes refrigerados? E sem o menor conhecimento prático do que se deveria ou poderia fazer numa sala de aula – ou até mesmo fora dela, com o emprego hoje possível de surpreendentes tecnologias educacionais.

A esperança representada pelo Fundef (Fundo de Valorização do Magistério de Ensino Fundamental) se contrapõe às imensas fraudes ocorridas em mais de 500 prefeituras municipais, tirando um pouco da experiência positiva dessa tentativa de amparo ao professorado brasileiro.

## ~ A Escola precisa mudar

É claro que se pode esperar melhores dias para a formação e o aperfeiçoamento do magistério, com as conseqüentes e naturais repercussões em seus planos de carreira. Os salários terão de ser dignificados, de todo jeito.

O fenômeno que hoje ocorre não se restringe ao ensino público. Na discussão do fracasso escolar entra igualmente a escola particular, onde se registra também uma acentuada perda de qualidade. A pesquisa do SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), elaborada pelo MEC, no ano 2000, prova isso, concentrando-se a avaliação em Português e Matemática. Como exemplo, na 4ª série, em Português, nos últimos dois anos, houve uma diminuição de 7,1%, sacrificando a capacidade de compreensão global de pequenos textos, com frases curtas em ordem e temáticas próximas à sua realidade.

A queda da rede particular de ensino foi mais acentuada na Região Nordeste, mas ocorreu em todas as demais regiões. No caso da rede pública, onde a qualidade igualmente decresceu, a desculpa oficial afirma que ela se deve à expansão das matrículas, em virtude da crise econômica. O aluno seria mais carente e menos preparado para a relação ensino-aprendizagem. Mas como o fenômeno é geral, não distinguindo procedência, como justificar essa falácia? De 97 a 99 a rede particular perdeu quase 3 milhões de alunos para a rede pública, na educação básica.

As questões que hoje preocupam o presidente George W. Bush, que deseja ampla reforma da educação nos Estados Unidos, não são as mesmas enfrentadas pelo Brasil. Por isso, proclamar que estamos sendo vítimas de uma crise mundial é, no mínimo, buscar uma resposta fácil para um problema complexo – e que lamentavelmente refere-se muito mais à nossa incompetência para lidar com a questão do que o que poderia ser interpretado como fenômeno global.

Mas é indiscutível que o currículo desinteressante e em geral desligado da realidade pode ser uma parte ponderável da explicação necessária. Aqui e em outras partes. O Conselheiro Francisco Aparecido Cordão, com larga experiência no Senac, afirmou enfaticamente que “a escola precisa ser outra. Ela hoje compete com outros meios de informação mais interativos e interessantes para as crianças e os jovens do que as tradicionais aulas expositivas de um professor”. Aí está uma razão essencial para o desinteresse universalizado.

O professor Roberto Dornas tem pensamento bem próximo e que se identifica bastante com o nosso: “A escola tem de mudar. Se os seus diretores ainda acharem que é apenas fonte de conhecimento, ficará cada vez mais difícil disputar a atenção do aluno com outras fontes de informação, como a TV e o computador.” Surge, assim, a necessidade de dar ao professor os conhecimentos necessários para que ele trabalhe essa falta de interesse. As escolas devem tor-

nar-se muito mais atrativas para os alunos. Precisam contar com professores estimulados.

## ~ Novas leis, novos problemas

Desde 1996 temos uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Demorou quase cinco anos para que o Congresso aprovasse o Plano Nacional de Educação, prazo que naturalmente consideramos inconcebível. O que acontece com esses instrumentos legais é que eles trazem mais dúvidas do que certezas, na aplicação do seu conteúdo. Veja-se o caso da educação à distância, que era uma inovação de primeira. Na prática, pouco saiu do chão, com uma tímida e assustada política oficial. Há receio de facilitário pedagógico. As autoridades têm medo de passar à história como responsáveis pelo atraso na formação e aperfeiçoamento dos professores e especialistas brasileiros.

Vivemos uma fase, mesmo com as esperanças da chegada do novo século, em que prevalece uma clara defasagem educacional e tecnológica dos sistemas de ensino. Colocar telefone em 13 mil escolas públicas de ensino técnico é ainda pouco, se hoje dispomos de 8 milhões de alunos nesse nível. Como chegarão esses jovens ao ensino superior, que logo poderá estar com 5 milhões de estudantes? E com o compromisso de uma educação de qualidade, em virtude da competitividade universalizada.

Se não houver um forte apoio oficial, ficará difícil superar a defasagem educacional e tecnológica, de que depende a qualidade do ensino, a nosso ver a preocupação nº 1 dos que desejam modificar a atual realidade. Há uma nítida deterioração, um certo desinteresse dos professores, sobretudo nos dois últimos anos. Isso é concreto, não precisa ser gênio para perceber.

A esperança reside na capacidade de resistência dos professores, na inserção dos jovens que se estão formando, apesar das dificuldades, e na cobrança enérgica de providências oficiais. A formação e o aperfeiçoamento dos professores, com a conseqüente remuneração compatível com os padrões de dignidade humana, são providências que não podem mais tardar. Estamos trabalhando com novos alunos e velhos professores, se considerada a mentalidade vigente.

Se é necessário aperfeiçoar a formação, utilizar os recursos da educação à distância nesse processo, não menos relevante – e disso tenho enorme experiência pessoal, pelos quatro anos de comando do sistema da educação do Rio de Janeiro, no período de 79 a 83 – deve-se também conseguir uma forma adequada para facilitar a vida dos diretores de escolas. Eles sistematicamente reclamam da ausência de mínimos recursos financeiros para a assistência às necessidades mais imediatas, como a troca de lâmpadas, o conserto do sistema elétrico, ou mesmo a limpeza dos banheiros. Qual é o estudante que se sente feliz, na frequência a uma escola precária e mal cheirosa? A equação perversa hoje vivida é a seguinte: chegam mais alunos e a existência de recursos diminui. Quando se “badala” a informatização completa das escolas, diante desse quadro lamentável, não há como acreditar, sem modificações estruturais, acontecer isso, em prazo curto.

## ~ De graça é muito caro

É importante valorizar em classe o gosto pela leitura? Nem se discute. Quando uma minissérie como *Os Maias*, da Rede Globo, mostra o estilo de Eça de Queirós, com toda a riqueza vocabular em estado puro, presta-se um serviço à educação.

Para alguns especialistas, no entanto, a televisão, o cinema, os videogames e os computadores tornaram-se inimigos do hábito de

uma boa leitura. A ser verdade, não se teria como explicar o aumento na venda de livros, em países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos. Ainda não dominamos a intercomplementaridade desses elementos. A TV pode estimular, excitar, o alunado para a descoberta da importância, em termos de sedimentação cultural, do acesso aos bons livros. É outro papel de relevo do Governo, que não faz isso. Qual o jovem, mesmo da sacrificada classe média, que tem 30 reais para comprar *Os Maias* – e assim acompanhar adequadamente o que a telenovela mostra, com o esplendor do que pode, quando quer, a mídia eletrônica?

Por essas e outras, com a incompreensão dos tempos que estamos vivendo, há um certo enfado dos jovens em relação aos cursos tradicionais – os mesmos há décadas. Mesmo nas escolas oficiais gratuitas, registra-se uma evasão escolar de cerca de 30%. Os alunos deixam os cursos, mesmo quando são de graça, embora custem caro ao bolso do contribuinte. A desculpa dos apressados é de que eles precisam entrar rapidamente no mercado de trabalho, mas essa não é a verdade completa. Querem cursos mais atraentes, mais curtos, mais bem dados, com recursos tecnológicos de primeira – essa é a realidade, a que se pode agregar a vontade irrelatada de renovação. O fenômeno pode muito bem explicar o sucesso que hoje fazem, em algumas cidades brasileiras, os cursos vinculados a Institutos Politécnicos, acessíveis e rápidos, na trajetória para o mercado de trabalho.

Temos cerca de 1.000 instituições de nível superior no Brasil, nas quais se pode assinalar hoje a existência de apenas 39 cursos pioneiros (áreas de biotecnologia, informática, etc.). Não é difícil encontrar a existência em São Paulo, por exemplo, de cursos de quiropraxia, engenharia de informações, terapias alternativas, ciências aeronáuticas, tecnologia de madeira, telecomunicações, webmaster, etc. Todos com bom acesso ao emprego.

Como se tornou moda decantar os números da educação brasileira, vale o registro do que está acontecendo, deixando um pouco de

lado o nosso principal desafio, que é a qualidade. O Brasil tem 7,7% dos jovens entre 20 e 24 anos freqüentando o ensino superior. Na Argentina, o percentual é de 39% e no Chile, 27%. Nos Estados Unidos, 80%. Para chegar perto somente da Argentina, precisaríamos criar mais 6 milhões de novas vagas. Como comandar esse processo, com a prevalência da burocracia oficial? A própria autonomia universitária padece de uma política restritiva, o que sinceramente não colabora em nada para que possamos crescer – e com padrões qualitativos de Primeiro Mundo. Fazer por fazer não leva a nada.

## ~ A aposta no conhecimento

Países desenvolvidos que não se encontram felizes com os rumos da sua educação tomam providências imediatas. Foi assim nos Estados Unidos quando o Japão emergiu como principal “tigre asiático”. Agora, há de novo um clima de insatisfação, coincidindo com a posse do novo Presidente Bush. Mesmo assim, como afirmou o pensador Peter Drucker, a educação abocanha parte importante do Produto Nacional Bruto norte-americano. Os Estados Unidos gastam anualmente cerca de 1 trilhão de dólares em educação e treinamento. Seus líderes ainda acham pouco.

A preferência não será pelas escolas tradicionais, mas pela educação continuada de adultos. É aí que entra com força o chamado ensino *online*. São pessoas com mais de 40 anos que voltam a estudar, convencidas de que precisam modificar a forma de ver as coisas, além das suas competências. É assim que se compreende a verdade de que a aprendizagem deve ser por toda a vida, justificando-se os programas de *reimersão*, hoje fazendo grande sucesso.

Atualmente, nos Estados Unidos, 20% dos trabalhadores operam manualmente. Os outros 80% são trabalhadores-do-



conhecimento, daí a necessidade da educação continuada, muito pouco presente nos cursos de formação de professores do nosso país. A Internet representa uma alternativa de primeira qualidade, pois os alunos podem reunir-se em pequenos grupos, antes ou após o trabalho, para se beneficiar de um processo de aprendizagem via satélite.

A interatividade da educação *online* tem representado uma vantagem sobre a sala de aula típica, sem que se pense em substituir o que é impossível: a educação tradicional. Trata-se de um ganho de acréscimos e aperfeiçoamentos, não de substituição, como temem muitos mestres pouco avisados. Mas o setor cresce e, por isso, existem hoje 90 mil cursos nos Estados Unidos, com faculdades e universidades proporcionando alguma forma de educação à distância. É um negócio que representa uma perspectiva de bilhões de dólares, para países como os Estados Unidos e a Inglaterra. As empresas que buscam uma educação de qualidade estão dispostas a pagar por isso. Não existe ainda facilidade para a distribuição de diplomas, mas Drucker afirma que logo a sociedade sucumbirá a isso.

Enquanto se pode estimar o futuro, nas grandes nações, cada vez mais beneficiadas pela propagação da globalização, para nós não resta outra alternativa que não seja a adesão completa à prioridade educacional. A formação de professores e o seu treinamento constante gozam de absoluta prioridade, devendo entusiasmar os que se encontram sacrificados pelo desânimo. Se o futuro aponta para a Sociedade do Conhecimento, não podemos estar fora disso.

## ~ Conclusões

Com a larga experiência de magistério, sobretudo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vinculado que sempre fui à sua Faculdade de Educação, sugiro o seguinte elenco de conclusões:

1. Levar os professores a entender a sua “nova” missão de educadores com as modificações que o mundo atual obriga.
2. É preciso repensar a máxima didática ensino/aprendizagem, que acompanha a educação há longas décadas.
3. O professor precisa entender que o aluno é um ser que pensa, critica e analisa, portanto participante do processo de aprendizagem e não um mero espectador passivo.
4. É urgente a necessidade de reestruturação dos cursos de Pedagogia.
5. Institutos Superiores de Educação, como preconiza a LDB, deveriam ser instalados nas universidades públicas e particulares, para compensar, com qualidade, a necessidade de recursos humanos.
6. O professor deve ser preparado para tornar-se também um pesquisador, dando corpo à existência de uma pedagogia brasileira.
7. Deve-se dar ênfase à formação crítica de professores e especialistas.
8. Bacharelado (formação específica) e licenciatura (formação docente) são parte de um mesmo processo, integrado, que não pode ser confundido com o aligeiramento da formação docente, previsto nos Institutos Superiores de Educação.
9. Mestres produtores do conhecimento nascem nas universidades e em nenhum outro *locus*.

10. O Brasil dispõe de 1,6 milhão de professores no ensino fundamental e tem hoje necessidade de mais 600 mil, inclusive para evitar os leigos, que são numerosos. Pode-se formar e treinar essa gente com o emprego da educação à distância, como se faz em numerosos países desenvolvidos.

11. Como mercado de trabalho, é preciso abrir concursos de magistério para as universidades públicas, hoje cheias de “substitutos”.

12. Devem ser elaborados cursos específicos de apoio ao diretor da escola, como gestão participativa, planejamento, supervisão, etc.

13. O processo de avaliação da escola é fundamental, abrangendo alunos, professores e a instituição propriamente dita. Seria bom que a avaliação fosse permanente, nela envolvendo a participação da comunidade em que se encontra inserida.

*Mario de Andrade*

*PAULICEA  
DESVAIRADA*

*Paulicéia desvairada*  
Mario de Andrade, 1922.

# A crise modernista e a Semana de Arte Moderna

JOÃO DE SCANTIMBURGO

A Semana de Arte Moderna foi envolvida há anos em clima de paixão. Atraída à confusa, imprópria e eletrizada área da ideologia, acabou sendo fartamente explorada pelas correntes, genericamente classificadas como esquerdistas. De seus versos e sua prosa, uns bons, outros sofríveis, ficaram poucas amostras. Na sua origem, a Semana teve, ao que parece, uma finalidade: a de sacudir, com gargalhadas estrepitosas, piadas ferinas, versos caóticos, discursos mal escritos, o torpor provinciano da pequena elite econômica da cidade de cerca de quinhentos mil habitantes. Se ainda hoje, apesar de suas dimensões megalopolitanas, São Paulo mais se assemelha a um bazar do que a uma grande e adiantada metrópole, pode-se imaginar o que era no início da década de 20. Cuidavam das fábricas alguns industriais não assimilados, ainda, pelos paulistas de nomes portugueses, com antepassados entre os brasões do castelo de Cintra ou da

João de Scantimburgo é jornalista, ensaísta, historiador, autor de *Tratado geral do Brasil*, *Introdução à filosofia de Maurice Blondel*, *Os paulistas*, *Memórias da Pensão Humaitá* (lembranças da casa do historiador Yan de Almeida Prado), *Eça de Queiroz e a tradição*.

genealogia de Silva Leme. Fazendeiros, como os Prados, cogitavam de política e café, dois mananciais da fortuna, em país onde o Estado sempre foi todo-poderoso, e onde o café constituiu, até há poucos anos, a principal riqueza econômica da nação. Os comerciantes quase nada contavam. Proprietários urbanos, residentes na Avenida Paulista e adjacências, recebiam para chás, almoços e jantares os amigos, sempre os mesmos, segundo os memorialistas da época. As damas da sociedade participavam pouco da vida cultural, senão no estritamente mundano. Nessa época, D. Olívia Guedes Penteado abriu o seu salão, réplica provinciana dos salões franceses de Saint-Germain des Prés, do Faubourg Saint-Honoré, da Rue de Rivoli, do Boulevard Hausmann e outros lugares do parisianismo, sempre tentadoramente sedutor.

Importávamos praticamente tudo, e assim como os paulistas consumiam vinhos de Bordeaux, *foie gras* de Strasbourg, vestiam camisas do Doucet, lembravam-se do Café de la Paix, de L'Ópera, do Bois de Boulogne com nostalgia de quem ansiava por voltar para lá, e gozar as delícias dos lucros acumulados no Brasil, também importávamos cultura. Éramos, desde a Renascença, um prolongamento transatlântico da velha Europa, mais circunscritamente, no início do século XX, da França, essa formidável e atraente dama, que subjugou o mundo durante alguns séculos. Todos, na sociedade paulistana, eram francófilos. Na guerra de 1914-18, as explosões de antigermanismo foram tamanhas que parecíamos e, sob muitos aspectos, éramos, parte do império colonial francês. Basta consultar os jornais da época para se ter a medida da ascendência francesa sobre o Brasil e, no que nos interessa, sobre os paulistas.

A prosa já havia tido Machado de Assis, inovador de gênio, ático no escrever, tão parcimonioso que nunca esbanjou palavras. Outro mulato de talento, Lima Barreto, abria janelas para o romance social. Aluísio Azevedo, também mulato, lança-se no realismo tão cru

quanto o de Zola. A renovação caminhava. Mas, com a guerra, pouco se havia criado que merecesse a duradoura honra das estantes. Bilac, até o fim da vida, que coincidiu com o fim da guerra, a mais estúpida dessa imensa estupidez que é a guerra, exerceu uma espécie de chefatura intelectual. Mas esse era um poeta lecomtedelisleano, hereditário, marmóreo, que, na sua profissão de fé, prometia.

Inda, ao cair, vibrando a lança  
Em prol do Estilo!

Embora tivesse animado com o seu verbo, o seu prestígio, a Liga Nacionalista, o embrião de todos os nacionalismos que envolveram o povo brasileiro nas décadas de 20 e 30. Sob esse aspecto Bilac era, portanto, modernista, embora na arte poética ainda se conservasse fiel aos cânones do passado, de seus queridos poetas franceses, que lhe fecundaram a inspiração.

Os movimentos políticos, a filosofia hegeliana, triunfante no fim do século, o idealismo alemão, o diletantismo, o racionalismo, o positivismo, estendendo o seu manto sobre a cultura ocidental, o marx-engelianismo, rebentos da árvore hegeliana, a política burguesa da era vitoriana, a ascensão do pragmatismo de Peirce, matriz do pragmatismo de James, as reações de Bergson e Blondel, a encíclica *Pascendi*, a crise modernista, abalando as colunas da Igreja, tudo somado iria engendrar o movimento modernista, que nasceu na Itália, mas se mundializou através da França, *maître à penser* do mundo naquela época. Os modernistas não se preocupam com a religião, mas a crise modernista, no seio da Igreja, havia recebido, em 1907, condenação do papa Pio X, com a encíclica *Pascendi dominici gregis*, consagrada às doutrinas modernistas, de *modernistarum doctrinis*. Pio X declarou guerra contra os modernistas, argüidos de agnósticos, fechados, rigorosamente, acentua o pontífice, no círculo

dos fenômenos, ou das coisas que aparecem. Sem terem a faculdade, nem o direito de lhes ultrapassar os limites, para chegarem até Deus. A encíclica restringiu-se, portanto, aos modernismos teológico e filosófico.<sup>1</sup> Mas, passar das áreas teológica e filosófica para outras do pensamento foi um passo. O Modernismo não ficaria restrito aos teólogos e filósofos pouco lidos. Iria expandir-se, para abarcar o grande público, através da literatura, da pintura, da escultura, do teatro, da música. Estava em marcha há anos o impacto modernista contra o pensamento cristão: Pio IX já havia dado o *Syllabus*, anatemizando os erros modernos. Leão XIII ocupara-se das “coisas novas”, mas ficara cautelosamente na posição antimodernista. Essa era a posição da Igreja. O Modernismo vinha da influência do idealismo alemão sobre o pensamento ocidental. Temos dito e repetido que verdade e erro se entretencem, combatendo-se, não raro saindo vencedor, sobretudo com o Modernismo, o erro contra a verdade. Se em nossos dias o choque entre a verdade e o erro — e as verdades e os erros já não impressionam senão no campo político-ideológico —, no fim do século XIX e início do XX provocam inúmeras polêmicas, e no estrito campo teológico-filosófico, a intervenção corajosa e oportuna de Pio X.

Émile Bréhier ligou a agitação daquele período ao movimento romântico. “Como ele, é rico e confuso; como ele, dá origem a obras de notabilíssima beleza literária e como ele, também, se presta frequentemente à falta de sinceridade ou ao charlatanismo; cai-se facilmente no perigo de unir a filosofia aos interesses de grupo: Igreja, nação ou classe, e transformar a busca da verdade em meio de defesa ou ataque.”<sup>2</sup> Seria longo remontar às origens da crise do mundo moderno, da qual o Modernismo nas artes é um dos capítulos, não de menor importância, por ter abarcado a maior parcela de público no Ocidente europeu e, por via de repercussão, na América. Confirma-se nas origens do Modernismo e seu desenvolvimento a tese que

1. Claude Tresmontant, *La Crise moderniste*. Paris, Seuil, 1979, p. 221 e ss. Au coeur de la crise moderniste, cartas de Maurice Blondel e outros. Paris, Aubier, 1960, passim.

2. Émile Bréhier, *Historia de la filosofía*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, II, p. 852.



venho, reiteradamente, defendendo, a da implicação das idéias, umas nas outras, e a longa herança dos erros, todos concatenados, estuando no século XX com força impetuosa.

Inicialmente, o Modernismo preocupou apenas a Igreja docente. O subjetivismo gnoseológico de Kant e as derivações que se lhe seguiram, o idealismo transcendental de Fichte, Schelling e Hegel, até o irracionalismo fideístico de Jacobi, Fries e Schleiermacher, o que vemos é o antigo Realismo derivar para o individualismo exacerbado.<sup>3</sup> Quando irrompe na Alemanha o Romantismo, e também na França, pela batalha do *Hernani*, era a exaltação do eu e o narcisismo individualista que se punham em curso, para, afinal, reboarem no santuário da fé, onde foram condenados pela encíclica *Pascendi*, de 7 de setembro de 1907. Da *Aufklärung* racionalista ao subjetivismo modernista o roteiro completa-se, por desvios ou derivações. O Romantismo operou a grande transformação do século XIX, sobre os destroços da tradição, que a Revolução Francesa abalara até às profundezas. É o encadeamento das idéias acima mencionado.

Podem revestir a capa do ridículo o que digo. Fazer o Modernismo brasileiro mergulhar as suas origens na Prússia de Frederico II é exagerado, mas quem estuda a fonte das idéias e o rumo que tomaram, não deve ficar preso a situações de espaço e tempo. Temos de ir longe, poderíamos ir, mesmo, ainda mais longe,<sup>4</sup> mas fiquemos por aqui, no encontro do indivíduo consigo mesmo. Era preciso ignorar o passado, romper com as tradições, e, começando tudo de novo, emancipar o indivíduo de rançosos compromissos. O Modernismo em arte veio a ser uma das expressões da revolução que sacode o mundo, do século passado aos nossos dias, e continuará no mesmo itinerário pelo futuro afora, porquanto hoje está incorporado até a correntes espirituais de forte e densa fé na imortalidade de alma e na onipotência de Deus. Mas nas suas origens, no seu desenvolvimento, no seu apogeu, em fins do século XIX e início do século XX, o Mo-

3. Cornélio Fabro, verbete “Modernismo”, in *Enciclopédia Cattolica*. Florença, G.C. Saussoni, 1952.

4. Robert Legros, *Le jeune Hegel de la naissance de la pensée romantique*. Bruxelas, Onsia, 1980, p. 87 e ss.

modernismo constituía – e até hoje não o perdeu – um compromisso assumido com o futuro que hoje já é pós-modernismo. Rompeu com o real, desvencilhou o indivíduo de qualquer submissão à verdade absoluta; o relativismo passou a ser a regra definitiva em filosofia; a liberdade, sem os entraves naturais que lhe são opostos em todas as sociedades humanas, impôs-se como o cânone supremo na arte. Daí ao Estado forte foi um passo. Ao individualismo atomizado se opõe o totalitarismo. É o fenômeno do nosso século, como não o conheceram as idades passadas. Estamos de acordo com Maritain, quando diz que a “poesia moderna não deve ser julgada e compreendida na perspectiva da estética clássica e da mera literatura. É preciso distanciar-se,” e Maritain cita Mallarmé, precursor do Modernismo francês e mundial, quando o poeta fala de sua luta contra Deus.<sup>5</sup> Deve-se, pois, julgá-lo antes na perspectiva da subversão revolucionária que se infiltrou na civilização e na cultura do mundo moderno, ao parecer, sem paradeiro. Quando o Modernismo se espalhou, conduziu, no seu movimento, o imanentismo, sob cujo signo nasceu. Não havia mais regras a obedecer. Não havia mais padrões aos quais ficar circunscrito. O individualismo tornou-se livre de restrições e cada invenção, chamada, circunstancialmente, experiência, uma das manifestações de liberdade, ou do que era entendido como liberdade. Quando Flávio de Carvalho entrou, ostensivamente, de chapéu na cabeça numa procissão, e quase foi linchado, estava fazendo uma ‘experiência’, uma das modalidades do ateísmo modernista.

Toda esta introdução foi elaborada para chegarmos ao Modernismo brasileiro, inicialmente chamado Futurismo. Evidentemente, os modernistas paulistas não eram versados em filosofia. Não haviam mergulhado nos abismos do pensamento, de onde se volta com os pré-socráticos, Platão, Aristóteles, Plotino, Sêneca, Sto. Agostinho, Santo Tomás, Descartes, Kant, Hegel e toda a descendência filosófica desses cumes da sabedoria. Espírito irrequieto, Oswald de

5. Jacques Maritain, *Creative intuition in art and poetry*. Pantheon Books, p. 177 e ss.

Andrade, que era rico, ao menos para a época, foi a Paris, visitou Roma e outras cidades ilustres. “Regressando da Europa, em 1912, Oswald de Andrade fazia-se o primeiro importador do ‘futurismo’, de que tivera apenas notícia no Velho Mundo.” “O Manifesto Futurista, de Marinetti, anunciando o compromisso da literatura com a nova civilização técnica, pregando o combate ao academismo, guerreando as quinquilharias e os museus e exaltando o culto às ‘palavras em liberdade’ foi-lhe revelado em Paris.”<sup>6</sup> Seu manifesto era delirante, Marinetti pusera em sua redação todo o ardor peninsular. Era o Manifesto do que Chesterton chamaria de ‘lunático’. Hoje, faz rir, mas, na época, foi tomado a sério. Publicou-o em 20 de fevereiro de 1909 o jornal parisiense *Le Figaro*.

Marinetti mostrava-se impressionado com as conquistas da ciência e da tecnologia. Como bom italiano, estuante de vida, o fundador do Futurismo colocava-se, a nosso ver inconscientemente, na linha da contestação religiosa e filosófica, como procurei demonstrar antes. Vinha iconoclasta, derrubando ídolos, invectivando o passado, desafiando as tradições mais caras de sua pátria e de sua época.

Quem o lê hoje entesta uma enorme ingenuidade, uma pobreza cultural de escandalizar, mas o Manifesto seduziu o jovem, muito jovem brasileiro Oswald de Andrade, e iria ser o ponto de partida do Modernismo paulista, porquanto foi em São Paulo que, efetivamente, teve início o movimento da arte moderna. O título de Marinetti estava certo. O Futurismo foi atitude muitas vezes assumida na História.<sup>7</sup> Roma também teria de ser o lugar de seu nascimento. Dois anos antes, o papa Pio X havia condenado o modernismo teológico e filosófico. Marinetti lançou, portanto, um desafio ao catolicismo romano. A partir do Manifesto, o movimento ganha corpo. Em 21 de fevereiro de 1913, Giovanni Papini pronunciou discurso no comício futurista do Teatro Constanzi, atacando violentamente a Roma Católica. O grande escritor, que mais tarde seria católico fer-

6. Mário da Silva Brito, *História do Modernismo Brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 1958, p. 26.

7. José Ferrater Mora, *El hombre en la encrucijada*. Buenos Aires, Sudamericana, 1952, p. 80 e ss.

voroso, inseria-se, também, como os demais futuristas, no roteiro filosófico, do qual, provavelmente, não ligava o efeito à causa. A partir do regresso de Oswald de Andrade, com o Manifesto Futurista, iria germinar a Semana de Arte Moderna de 1922. Levou dez anos esse processo, período de tempo durante o qual Menotti del Picchia aderiu à idéia, tornando-se o seu maior e mais autorizado propagandista, pelas colunas do *Correio Paulistano*, na época órgão do oficialismo político perrepista. Menotti foi a alma do Futurismo.<sup>8</sup> Mário de Andrade viria a se tornar o que Menotti chamou o seu papa, já quase em 1922, e, de fato, empolgou a idéia e dominou a Semana, que se inspirou nos futuristas italianos, em Apollinaire, em Cendrars e outros escritores mais ou menos dominados na Europa pela ânsia da inovação, seduzidos que estavam pela demolição política e social do Ocidente, iniciada na guerra.

Depois da Revolução Francesa, a História registrou o bonapartismo, o surto do liberalismo burguês, os movimentos operários, o Manifesto Comunista, o *Syllabus*, as encíclicas *Rerum Novarum*, *Pascendi* e outras, a carnificina de 1914-18, o suicídio da Europa, a desintegração de impérios que pareciam sólidos, a Revolução Russa, a URSS, e a década de 20 com a seqüela de todos os males que as grandes revoluções teológicas e filosóficas engendraram no Ocidente. O Futurismo veio a se encaixar nesse drama. Rompeu com o passado. Os futuristas – como se autodenominavam – de São Paulo também romperam com o passado, zurzindo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Francisca Júlia, Vicente de Carvalho e quantos com eles se aparentassem nas letras. Louvaram o novo na pintura, escultura, música, literatura, arrasando o passado, com palavras cáusticas. A *Paulicéia desvairada*, evidente exagero ou licença poética de Mário de Andrade, fora um marco. Outros se lhe emparelham na história do Modernismo,<sup>9</sup> naqueles domínios da cultura. Não faço a história do Modernismo nem da Semana. Essa obra já

8. Mário da Silva Brito, *op. cit.*, *passim*.

9. P.M. Bardi, *O Modernismo no Brasil*, São Paulo, Sudameris, 1978, *passim*.

foi realizada pelos autores que citei; deixo-a registrada como um acontecimento paulista, um desses eventos que abalam as colunas dos templos, porquanto conquistam adeptos, graças aos quais se prolongam cronologicamente.

Mário de Andrade, no “Prefácio interessantíssimo”, recusa adesão ao Futurismo de Oswald de Andrade e se confessa passadista. Mas teve o mau gosto de escrever uma “Ode ao burguês”, sem relação alguma com o burguês já fartamente estudado. Leiamos alguns versos do poema de Mário de Andrade:

Eu insulto o burguês! O burguês níquel,  
o burguês-burguês!  
A digestão bem feita de São Paulo!  
o homem-curva! O homem-nádegas!

Quem seria o burguês de Mário de Andrade? Não houve burgueses em São Paulo. Francisco Matarazzo? Um membro das classes médias superiores, nobilitado pelo rei da Itália. Outros italianos? Todos membros das classes médias superiores. Então, que burguês era esse, cantado pelo papa do Modernismo?

Mário de Andrade, que não quis aderir de pronto às novas idéias e até elogiou Bilac, o execrado parnasiano, foi tradicionalista em religião, pois pertenceu, mesmo, a uma irmandade e usou opa.<sup>10</sup> No “Prefácio interessantíssimo” afirmou não querer discípulos. Não os teve. Granjeou multidão de amigos, admiradores, louvadores incondicionais. Cultivou-os muito. Foi o maior epistológrafo do Brasil. Ninguém escreveu tantas cartas, aos mais variados destinatários. Deixou um romance, *Macunaíma*, que merece a perenidade das estantes. É um retrato do Brasil, sobre o qual tudo o que era preciso escrever foi escrito, até com exagero. De 1922 à sua morte, Mário de Andrade

10. Mário da Silva Brito, op. cit.

foi considerado o líder do Modernismo, condição que aceitou, embora de início tenha repellido o envolvimento de Oswald de Andrade. Mais lido, mais declamado, mais famoso do que Mário de Andrade, foi Menotti del Picchia. Autor do Manifesto da Semana, procurou as influências italianas, e, embora aderindo entusiasticamente ao Modernismo, não deixou de ser d'annunziano em poesia e romance, e foi lírico no *Juca Mulato*, um dos mais famosos poemas já escritos no Brasil, tão famoso que acabou sendo nome de praça.

O Modernismo paulista foi eclético. Teve pintores, escultores, prosadores, poetas, músicos. Teve até mecenas, como D. Olívia Guedes Penteado, dama rica, flor do patriciado do planalto, afrancesada nos costumes, nos ambientes em que viveu e na sólida francofilia que nunca escondeu. A Semana de Arte Moderna foi trazida de fora. Apollinaire teve cópias, Marinetti, Papini e outros futuristas da Itália e da França passaram pelo decalque, em São Paulo. Nem poderia ser diferente. Os paulistas – e estrangeiros que participaram da Semana – estavam impregnados de influência italiana e francesa. O Modernismo foi cultivado fora de São Paulo, mas firmou-se aqui, “onde o reboiço é mais intenso e as cabeças quentes não descansam”. Na Paulicéia, Menotti empolga o Brasil com *Juca Mulato*, “título inovador e inusitado de uma rapsódia que revela e enuncia um sentido inédito de brasilidade, de permeio a uma mística até então não percebida”.<sup>11</sup> A Semana de Arte Moderna continua, oitenta anos depois, a suscitar controvérsias, polêmicas, debates. Há posições radicalizadas que nada consegue demover. Não importa reencasá-las. O que importa é a ressonância, oito décadas depois, de uma alegre, ruidosa, bulhenta promoção de moços da que, então, se chamava Paulicéia. De 1922 a 2000, quando o repertório das transformações por que passou e passa o Brasil não se esgota, neste reduzido espaço o desenvolvimento industrial mudou a fisionomia da cidade. Em 1922 eram 500 mil habitantes e uma sociedade pequena,

11. P. M. Bardi,  
op. cit.

onde todos se conheciam. Em 2000 são 16 milhões, incluindo a Grande São Paulo, com todas as características da megalópole da nomenclatura de Lewis Mumford. Resta da Semana a nostalgia de alguns, a fidelidade à memória de Mário e Oswald de Andrade – que não eram parentes; eram homônimos –, a amizade a Menotti del Picchia e nada mais.

Não julgo a Semana de Arte Moderna. Coloco-a no quadro da vasta, longa, ampla relação entre o Modernismo gerado pelo racionalismo filosófico e pelo individualismo religioso, e esgalhado nos vários ramos da cultura, na arte, nas letras, na música, nos costumes, no agnosticismo, na ruptura do real, na quebra dos cânones morais, em suma, na grande crise do mundo moderno. É um episódio da repercussão desse fenômeno, em São Paulo, que não se deu conta de ser a caixa acústica onde vieram repercutir essas ondas lançadas na Velha Europa, em longínquo passado. Concluo, sem tomar partido, lembrando que os paulistas desvendaram o roteiro do Modernismo no Brasil, constituindo-se na sua vanguarda. Não faço julgamento de valor. Somente a constatação.



*José de Alcântara Machado*  
Acervo do Arquivo da ABL.



# Centenário de Alcântara Machado

EVANDRO LINS E SILVA

Foi Alcântara Machado, ao que eu saiba, o único bacharel em Direito que se tornou professor de Medicina Legal da legendaria Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo. Embora ciência ligada ao direito penal, indispensável e de papel essencial nos crimes contra a pessoa, ela sempre foi e ainda é tradicionalmente ocupada por médicos. A Academia Brasileira de Letras teve entre seus membros um dos maiores médicos legistas do Brasil, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e romancista de grande e justa projeção na história literária do país, o autor de livros que li com deleite na juventude, como *Bugrinha* e *Fruta do mato*. Os legistas, freqüentemente, são levados a escrever sobre problemas de direito e processo penal. Afrânio Peixoto, por exemplo, além de um tratado clássico, em dois volumes, sobre a matéria de sua cadeira, deixou um belo livro – *Novos rumos da Medicina Legal*, abrangendo temas jurídicos sobre investigação de paternidade, casamento e contracepção, endocrinologia e um notável estudo sobre a psicologia do testemunho, de

Advogado, jurista e professor, especializado em Direito Penal, ministro do Supremo Tribunal Federal, Evandro Lins e Silva é autor de numerosos trabalhos de Direito Penal e Processual Penal. Foi presidente, em 1994, da Comissão de elaboração do Anteprojeto de Lei de Reforma da Parte Especial do Código Penal. Atualmente, continua exercendo a advocacia.

que os juízes e advogados sempre se valeram em suas decisões e arrazoados.

Alcântara Machado, por sua vez, tem seu nome ligado ao direito penal, pois o nosso Código de 1940, ainda em vigor, teve como ponto de partida, em sua elaboração, o projeto de sua autoria feito por designação do então ministro da Justiça, Francisco Campos, logo em seguida à instauração da ditadura implantada no país pela Carta de 1937, o chamado Estado Novo. O nosso homenageado, ex-presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado e “um dos mestres mais afamados da *alma mater* de São Paulo”, na frase de Costa e Silva, outro famoso penalista, desincumbiu-se da missão com surpreendente presteza: entregou a parte geral do anteprojeto em maio de 1938 e a parte especial em agosto do mesmo ano.

Publicado, o trabalho foi recebido pela crítica com louvores e restrições, no Brasil e no estrangeiro, como informa Nelson Hungria, em magnífico estudo sobre a “Evolução do Direito Penal Brasileiro nos últimos 25 anos”, publicado em seu livro *Novas questões jurídico-penais*, edição de 1945.

Para que conste nos Anais da Academia, transcrevo as apreciações de juristas estrangeiros sobre o projeto de Alcântara Machado. Del Pozzo, ilustre professor da Universidade de Turim, assim se manifestou:

O projeto oferece vantagens inúmeras, como sejam a regulamentação orgânica do regime de menoridade, a atenuação do dualismo entre penas e medidas de segurança, a sistemática rigorosa, a simplicidade de redação, que mostra à primeira vista não se tratar de um livro de doutrina, e sim de um Código. Não lhe faltam, porém, defeitos, como a sistematização discutível da teoria do delito e o laconismo e as lacunas da parte relativa à imputabilidade.

Jules Simon, conselheiro da Corte de Apelação de Bruxelas, não fez restrições:

O projeto de Código Penal Brasileiro é notável sob numerosos e variados aspectos. Representa mais uma prova brilhante dos progressos imensos realizados pelo direito penal e ciências criminológicas nos países da América Latina, durante estes últimos vinte anos. Os que pretendem reformar o direito penal da Bélgica andariam com acerto lendo o trabalho do prof. Machado.

Irureta Goyena, o notável professor uruguaio, teve igualmente elogios francos:

O projeto do eminente prof. Alcântara Machado nos seduziu desde o princípio pela absoluta transparência de suas fórmulas, por sua insuperável precisão, pela sensatez da palavra empregada e por sua racional sobriedade. O excesso na articulação, a extensão nas fórmulas, o preciosismo acadêmico da linguagem constituem, a meu ver, defeitos positivos que o autor conseguiu evitar com inexcusável maestria e particular acerto... Em suma, e à guisa de síntese e epílogo, cremos não cair no ditirambo, manifestando que o projeto se apresenta digno da nobre tradição jurídica do Brasil, digno da hierarquia do seu autor e digno, finalmente, de um estudo severo, de um manuseio meditado, de uma crítica de alto vôo.

De minha parte, quando estava colhendo dados para esta intervenção, encontrei no grande *Tratado de Derecho Penal*, do extraordinário criminalista espanhol Luis Jimenez de Asua, uma apreciação relativamente extensa e elogiosa do projeto Alcântara Machado, achando-o melhor que o projeto argentino (dele contemporâneo) de Euzébio Gomez e Jorge Eduardo Coll, sob o aspecto científico-político-criminal, e com a censura quanto à técnica, pois é a do Código fascista italiano de 1930.

Entre os autores nacionais, Basileu Garcia observa “a larga e precisa colaboração do professor Alcântara Machado, que ligou impecavelmente o seu nome” ao Código Penal de 1940.

Alcântara Machado jamais concordou com as alterações feitas ao seu projeto pela Comissão que o substituiu, composta por Nelson Hungria, Roberto Lyra e Marcelio de Queiroz, com influente colaboração de Costa e Silva. E expôs as suas desinteligências profundas e amargas em artigo que foi publicado no volume VIII, de 1941, na revista *Direito* (que não mais existe) com este título – “Para a História da Reforma Penal Brasileira”, onde escreveu:

Seja como for o Código aí está. É, na substância e na forma, o projeto de minha autoria, amputado de vários dispositivos, transtornado parcialmente na ordenação de certos assuntos, modificado puerilmente na redação de muitos preceitos; mas, apesar dessas e outras manobras artificiais, irrecusável e positivamente reconhecível. Tanto quanto é reconhecível no Código Civil o trabalho insigne de Clóvis Beviláqua.

Essa inconformidade de Alcântara Machado registra a contribuição substancial de seu projeto na feitura do Código Penal de 1940. Isso está nobremente reconhecido por Nelson Hungria, no artigo já citado. Mais do que isso, a “Exposição de Motivos” do Código, assinada pelo Ministro Francisco Campos, mas que é, *sabidamente*, da autoria de Nelson Hungria, não nega a influência do projeto do nosso homenageado na sua elaboração. Aponta divergência de critérios, como, por exemplo, a separação dos crimes e das contravenções, em estatutos diferentes. Nos primeiros trechos da “Exposição”, que é uma das grandes páginas do direito penal brasileiro, na forma e no conteúdo, o nome de Alcântara Machado aparece *cinco vezes*, numa delas reconhecendo:



Inscrição:  
*Se sequeres os  
meus ditames  
majestosos / Teus  
feitos serão justos  
e gloriosos.*  
Estanislau Miranda,  
Clio. Detalhe de  
pano de boca,  
1841, Museu de  
Diamantina, MG.

Não há dúvida que o projeto Alcântara Machado representava, em relação aos anteriores, um grande passo no sentido da reforma da nossa legislação penal.

Para remate deste adendo ao belo discurso de Ivan Junqueira e às intervenções dos demais confrades,<sup>1</sup> lembro a resposta que Nelson Hungria deu à estranheza de César Salgado quanto à omissão do nome de Alcântara Machado, em congresso realizado no Chile, como um dos artífices do Código. Aí, além de render “profunda admiração à memória de Alcântara”, Hungria informa:

Presentemente, estou coligindo e analisando todos os elementos que retraçam a elaboração do Código de 40: as três publicações feitas por Alcântara Machado, o texto da primitiva edição do projeto revisto, a réplica de Alcântara, a tréplica da comissão revisora e o texto do projeto definitivo. Pelo cotejo desses elementos, se verificará, sem contestação possível, que o *cerne*, o *granito* do projeto definitivo veio do projeto Alcântara.

Nelson Hungria, purista da língua, deu nome e batismo ao projeto Alcântara Machado: “cerne e granito do Código Penal de 1940”.

Direi, concluindo, que Alcântara Machado era um orador facundo e imaginoso, de estilo apurado, manejando o vernáculo com brilho e encantamento para quem o ouvia. O discurso com que aqui saudou a Levi Carneiro, em 1937, é primoroso, e dele citei pequeno trecho no meu discurso de posse na Academia. Ao fazer agora a sua releitura, fiquei outra vez seduzido por seu estro e por sua eloqüência. Por seu estilo e por sua cultura. Sem ser hiperbólico, mas por natural associação de idéias, diante do panegírico à vida e à obra do novo acadêmico, criador e primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, uma das mais prestigiosas e influentes instituições não-governamentais, presente em acontecimentos significativos do País, na defesa dos princípios constitucionais da legalidade,

I. Referência à homenagem prestada a Alcântara Machado, na sessão da Academia Brasileira de Letras de 26 de abril de 2001.

impessoalidade e moralidade da administração pública, a oração de Alcântara Machado me fez lembrar o relato de Vasco da Gama, no verso cantante de Camões:

Da boca do facundo capitão,  
Pendendo estavam todos embebidos,  
Quando deu fim à longa narração,  
Dos altos feitos, grandes e subidos.

Não há hipérbole porque muitos e muitos foram os feitos de Levi Carneiro contados no seu discurso de recepção ao novo acadêmico.

Dessa forma, adiro e subscrevo o belo discurso do nosso ilustre poeta e confrade Ivan Junqueira, na homenagem que a Academia presta a uma de suas grandes figuras: erudito, profundo conhecedor da língua portuguesa e mestre na arte do dizer.

**CARTAS**  
**SOBRE A**  
**CONFEDERAÇÃO DOS TAMOYOS**  
**POR IG.**

(Publicadas no Diário).

~~~~~

**RIO DE JANEIRO**

EMPRESA TYPOGRAPHICA NACIONAL DO—DIÁRIO.

RUA DO ROSARIO N. 14.

1856.





# José de Alencar e a língua do Brasil

EVANILDO BECHARA

**A**lencar foi um embevecido da sua terra e um crente contumaz no destino do Brasil. A fidelidade com que procurou transmitir essas crenças ao seu magistério de político e de escritor recompensou-lhe negativamente os esforços, porque, em ambas as missões, praticou a crítica honesta e construtiva e teve como troco os maus críticos, aqueles de que fala em “Bênção paterna”, nos *Sonhos d’ouro*:

Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores da Meia Idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade.

Ao meio-dia contestam o sol; à meia-noite impugnam a escuridão. Como Heráclito, choram quando o mundo ri, ou zombam com Demócrito quando a seriedade se lamenta. Dão-se ares de senado romano, com o afã

Professor de Língua Portuguesa e de Filologia Românica na UERJ, na UFF e em outras universidades nacionais e estrangeiras, orientador de dissertações de Mestrado e de teses de Doutorado na Faculdade de Letras da UFRJ, da UERJ, da UFF e da PUC-RJ, e autor de duas dezenas de livros, entre os quais a *Moderna Gramática Portuguesa*, e de artigos publicados em periódicos especializados.

de levantar uns e abaixar outros: *PARCERE SUBJECTIS ET DEBELLARE SUPERBOS*, como disse Virgílio (I, 492).<sup>1</sup>

Alencar acreditava e praticava outro tipo de crítica; nessas águas, abalçou-se a expor suas opiniões quanto aos problemas do ofício de escritor, do seu gosto literário e do posicionamento diante do romance brasileiro, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. E aí fez crítica à linguagem de Gonçalves de Magalhães:

Há no seu poema um grande abuso de hiatos, e um desalinho de frase, que muitas vezes ofende a eufonia e doçura de nossa língua; tendo encontrado nos seus versos defeitos de estilo e dicção, que um simples escritor de prosa tem todo o cuidado de evitar para não quebrar a harmonia das palavras.

Abra o poema e verá elipses repetidas, sobretudo conjunção (*sic*) **com**; o que não só denota fracos recursos de metrificação, como torna o verso pouco sonoro e cadenciado (IV, 867).

Que a crítica não era meramente impressionista, mas alicerçada em estudo, prova-o a continuação de seus argumentos:

Que Dante na sua *Divina Comédia*, criando ao mesmo tempo um poema e uma nova língua, recorresse a esses expedientes, que alguns antigos poetas portugueses, obrigados pela rima, usassem desse meio de encurtar palavras, compreende-se. Mas em verso solto, e em verso escrito em língua portuguesa tão rica, é inadmissível esse abuso: um poeta brasileiro, um verdadeiro poeta, não tem licença para estropear as palavras, e fazer delas vocábulos ininteligíveis, enfileirados em linhas de onze sílabas (IV, 867).

Além de outras impropriedades de expressão, particularmente comparações em que poderia Magalhães ter posto em evidência a exuberante natureza americana, Alencar critica a frase

– “o índio desliza a vida” – como uma inovação que não julgo bem cabida por ser contra a etimologia da palavra, e por haver na língua portu-  
gue-

I. As citações de José de Alencar são feitas segundo *Obra completa da Aguilar* Editora, quatro volumes, 1965.

sa muitas expressões apropriadas. Filinto Elísio inventou na tradução dos Mártires o seu verbo onomatopaico **ciciar** para exprimir o som do vento nas folhas dos canaviais; empregou muitos neologismos, mas não se animou a alterar completamente a significação de uma palavra consagrada pelo uso e costume (IV, 917).

Não poderia faltar a alusão ao galicismo desnecessário maculando a pureza da linguagem:

Em uma das cartas apontei como galicismo o verbo *gostar* no sentido de *beber*, o que na minha opinião é uma frase inteiramente francesa. (...) Ora haverá alguém, por pouco entendido que seja na construção da frase portuguesa, que julgue castiça e pura esta tradução de **goûter**, por *gostar* em lugar de *beber*? O latim tem, é verdade, o verbo **gustare**, donde se derivou o termo *gostar*, mas a significação da palavra tanto latina, como portuguesa não é a mesma que lhe deu o Sr. Magalhães no lugar citado (IV, 919).

A citação se mostra longa, mas é importante para fixar um ponto que, segundo me parece, não foi até aqui posto em evidência pelos estudiosos de Alencar. Os aspectos de linguagem apontados pelo autor de *Iracema*, além dos outros que o amor à síntese não me permite lembrar, como imperfeições no poema de Gonçalves Magalhães, foram os que seus críticos lhe devolveram, em geral injustamente. Assinalar falhas de gramática, de estilo e de metrificação n' *A Confederação dos Tamoios* era o mesmo que atrair para si a sanha de poderosos inimigos que o não deixariam mais em paz, à cata dos mesmos erros de gramática e de estilo.

Confessa-nos Alencar:

Tentando uma vez a árdua missão do crítico, impus-me como um dever de lealdade não fazer censura sem firmá-la com o exemplo do texto. Destarte, a contestação era possível ao autor e a seus amigos; e ela apareceu.

Quisera sofrer a pena de Talião, e ser criticado pela mesma forma por que outrora critiquei *A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS*.

Desta crítica ainda não a tive; pois eu não posso rebaixar-lhe o nome até uma coleção de impertinências que veio a lume há cerca de dois anos, à custa do erário, e nunca me dei ao trabalho de ler, tendo apenas a notícia que os officiosos nunca deixam transmitir (...).

Entendeu-se nas altas regiões que era boa política vingar no autor os crimes do deputado. (IV, 941-2)

Mesmo por entre elogios ao seu “engenho e conceber inesgotável”,<sup>2</sup> não faltavam as referências vagas ao pouco conhecimento da língua materna.

A diferença das críticas de Alencar, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, consistia em que seus críticos não eram, em geral, explícitos quanto aos erros e imperfeições de linguagem que viam nas obras do escritor cearense. É o próprio Alencar que reclama, em 1865, dessas imputações sem maiores esclarecimentos:

2. Antônio  
Henriques Leal.  
Lembre-mo-nos de  
que o poema de  
Gonçalves de  
Magalhães teve o  
agasalho do  
Imperador Pedro  
II, que chegou a  
defendê-lo  
pessoalmente das  
críticas de Alencar.  
Mas tudo em vão.  
Até Herculano,  
consultado pelo  
Imperador,  
demonstrou não  
ter gostado  
d’*A Confederação  
dos Tamoios*.

Quando saiu à estampa a *Lucíola*, no meio do silêncio profundo com que a acolheu a imprensa da corte, apareceram em uma publicação semanal algumas poucas linhas que davam a notícia do aparecimento do livro, e ao mesmo tempo a de estar ele eivado de galicismo. O crítico não apontava porém uma palavra ou frase das que tinham incorrido em sua censura clássica. Passou. Veio ano depois a *Diva*. Essa, creio que por vir pudicamente vestida, e não fraldada à antiga em simples túnica, foi acolhida em geral com certa deferência e cortesia. Da parte de um escritor distinto e amigo, o Dr. Múzio, chegou a receber finezas próprias de um cavalheiro a uma dama; entretanto não se pôde ele esquivar de lhe dizer com delicadeza que tinha ressaibos das modas parisienses. Segunda vez a censura de galicismo, e dessa vez um crítico excessivamente generoso, que, se alguma preocupação nutria, era toda em favor do autor do livro. Desejei tirar a limpo a questão, que por certo havia de interessar a todos que se ocupam das letras pá-

trias. O distinto escritor, solicitado em amizade, capitularia os pontos da censura. Se em minha consciência os achasse verdadeiros, seria pronto em corrigir meus erros; senão, produziria a defesa, e não fora condenado sem audiência. Muitas e várias razões me arredaram então daquele propósito; a atualidade da questão passou; eu correria o risco de não ser lido saindo a público para discutir a crítica antiga de uma obra talvez já submergida pela constante aluvião de fatos que ocupam o espírito público. Ao dar à estampa esta segunda edição da *Diva*, pareceu-me azado o momento para escrever as observações que aí ficam, pelas quais deseja o autor ser julgado em matéria de estilo quando publique algum outro volume. Não basta acoimarem sua frase do galicismo; será conveniente que a designem e expendam as razões e fundamentos da censura. Compromete-se o autor, em retribuição desse favor da crítica, a rejeitar de sua obra como erro toda aquela palavra ou frase que não se recomende pela utilidade ou beleza, a par da sua afinidade com a língua portuguesa e de sua correspondência com os usos e costumes da atualidade; porque são estas condições que constituem o verdadeiro *classismo*, e não o simples fato de achar-se a locução escrita em algum dos velhos autores portugueses (I, 561-2).

Este culto à língua como instrumento e veículo eficiente da obra literária era uma constante preocupação de Alencar, e essas palavras escritas em agosto de 1865 ratificam as de agosto de 1856, nas *Cartas sobre A Confederação dos Tamoios*:

Assim pois, todo o homem, orador, escritor, ou poeta, todo o homem que usa a palavra, não como um meio de comunicar as suas idéias, mas como instrumento de trabalho; todo aquele que fala ou escreve, não por uma necessidade da vida, mas sim para cumprir uma alta missão social; todo aquele que faz da linguagem não um prazer, mas uma bela e nobre profissão, deve estudar e conhecer a fundo a força e os recursos desse elemento de sua atividade. (...)

O mestre, o magistrado, o padre, o historiador, no exercício do seu respeitável sacerdócio da inteligência, da justiça, da religião e da humanidade, devem fazer da palavra uma ciência; mas o poeta e o orador devem ser artistas, e estudar no vocabulário humano todos os seus segredos mais íntimos, como o músico que estuda as mais ligeiras vibrações das cordas do seu instrumento, como o pintor que estuda todos os efeitos da luz nos claros e escuros (IV, 889-90).

Se percorrermos as críticas feitas à língua em que Alencar escreveu seus livros, notaremos que os vícios apontados nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* procuram também ser imputados ao notável cearense. Só que eles em geral aparecem sem o tratamento demorado, sem a explicação do fato e, quase sempre, desprovidos de razão. Não é este o momento próprio de fazê-lo, de rastrear os erros de língua – reais e supostos – que foram atribuídos a Alencar nas condenações de Antônio Henriques Leal (nas *Locubrações*), de José Feliciano de Castilho – o Lúcio Quinto Cincinato, e Franklin Távora – o Semprônio (nas *Questões do Dia*), pois que sobre muitos desses erros já se manifestaram, em defesa do escritor brasileiro, o próprio Alencar, Batista Caetano (nos *Rascunhos sobre a gramática da língua portuguesa* – Rio, 1881), José Oiticica (1944), Gladstone Chaves de Melo (1948), Cândido Jucá (filho) (1949), Cavalcante Proença (1959), para só citar os mais importantes estudos no tocante às questões de fatos de língua.

Esses livros apenas abrem o grande campo de pesquisa na obra alencariana, não só quanto ao aproveitamento do filão clássico português mas ainda no que diz respeito ao trabalho artesanal com que o escritor pretendeu enriquecer a língua literária em uso no Brasil de sua época.

Longe de nós o intuito de apresentar Alencar como lingüista seguro ou gramático competente; mas a verdade é que estudou os bons autores da época, penetrou-lhes o pensamento e extraiu deles uma

CURSO DE ALTOS ESTUDOS  
COLÉGIO PEDRO II  
VOL. I

# A GRAMÁTICA DE JOSÉ DE ALENCAR

CANDIDO JUCÁ (filho)  
Catedrático do Colégio Pedro II



Rio de Janeiro  
1966

série de conclusões pertinentes para as concepções sobre linguagem, língua, gramática, estilo, metrificacão e, principalmente, sobre a missão consolidadora do bom escritor, capaz de promover e acelerar a simbiose da verdadeira tradição clássica e das reais necessidades de progresso lingüístico. Nesta obra, o escritor cearense joeira com inteligência os arcaísmos, promove com bom senso os neologismos e estrangeirismos e extrai com originalidade novas expressões da anti-ga prata da casa.

Um estudo atento dos procedimentos artesanais de Alencar revelar-nos-ia que, de modo geral, suas inovações têm eco nas propostas dos escritores que, antes dele, tinham a mesma consciência do papel do literato. Muitos dos seus pretensos erros se prendem a procedimentos lingüísticos renascentistas e arcadistas, buscados por outros escritores preocupados com a riqueza do idioma, como Filinto Elísio.

Destarte, podemos afirmar que as várias vezes em que Alencar se pronunciou sobre seus conhecimentos e preocupações com o idioma, traduzem uma realidade facilmente comprovada através das páginas de sua extensa produção política e literária.

Por isso, são profundamente injustas acusações como a de Henriques Leal acerca do nosso romancista:

É pena que talento tão superior não se aplique ao estudo da língua, com mais interesse e sem prevenções. Porém, quanto a sua linguagem e estilo são descuidados e por vezes desiguais e frouxos.

Alencar, em carta aos redatores da revista *Lusa*, datada de 20 de novembro de 1874, pronuncia-se desta maneira:

Nós os brasileiros temos descurado inteiramente o máximo assunto da nacionalidade de nossa literatura; e por uma timidez censurável nos deixamos governar pela férula do pedagogismo português que pretende o mono-



pólio da ciência e polimento de nossa língua (...) Somos nós, é o Brasil quem deve fazer a lei sobre a sua língua, o seu gosto, a sua arte e a sua literatura. Essa autonomia, *que não exclui a lição dos mestres antigos e modernos*, é não só um direito, mas sim um dever.

É a tecla em que anos mais tarde bateria Machado de Assis.

Antes de mais nada, cabe aqui lembrar uma série de antecipações pelas quais Alencar procurou justificar alguns dos seus usos lingüísticos e que, posteriormente, os estudos superiores vieram confirmar como situados num caminho científico.

Assim, antes que os lingüistas viessem esclarecer a importância da entoação frasal, do ritmo, como elemento importante para a disposição dos termos oracionais – no caso de Alencar, para a posição do pronome pessoal oblíquo átono nas imediações do verbo –, o escritor cearense já tinha trazido à baila o problema no *Pós-escrito de Iracema*, em 1870, ao pronunciar-se nestes termos:

Há casos em que a eufonia pede a anteposição do pronome, como **se recolhem só** para evitar o sibilo desagradável de **se só**. Outras vezes não é a cacofonia, mas o acento tônico que determina a colocação da partícula, conforme o ritmo da frase exige o repouso antes e depois. Nesta frase, por exemplo: **Tu não me sabes querer**, o rigor da ordem gramatical exigiria **tu não sabes querer-me**; mas a frase não seria tão cadente e expressiva (III, 316-7).

Em língua portuguesa, a estreita relação entre o ritmo frasal e colocação dos termos oracionais só viria a ser pela primeira vez enunciada na obra pioneira de Said Ali, em artigos publicados na *Revista Brasileira*, em 1895 (vinte e cinco anos depois!) e, a seguir, enriquecidos, numa das mais profundas obras que já se escreveram sobre nosso idioma, *Dificuldades da língua portuguesa*. Com base em então recentes livros europeus sobre entoação frasal, mestre Said Ali con-

cluiu suas pesquisas de colocação de pronomes com essas ponderações que poderiam ser tranqüilamente assinadas por Alencar, pois que ele já as tinha intuído de maneira menos técnica, mas na mesma linha de pensamento:

A nossa maneira fantasista (como alguns lhe chamam) de colocar os pronomes, forçosamente diversa da de Portugal, não é errônea, salvo se a gramática, depois de anunciar que observa e registra fatos, depois de reconhecer que os fenômenos lingüísticos têm o seu histórico, a sua evolução, ainda se julga com o direito de atirar, ciosa e receosa da mutabilidade, por cima de nosso idioma, a túnica de Néssus das regras arbitrárias e inflexíveis.

As línguas alteram-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge e há de divergir, em muitos pontos, da linguagem lusitana. Muitas são as diferenças atuais, que passam despercebidas por não haver um estudo feito neste sentido. Não é o caso para eternamente nos julgarmos inferiores aos nossos “maiores”. De raciocínio em raciocínio chegaríamos ao absurdo de considerar extraordinário conhecedor da nossa língua, e mais profundo do que o mais culto brasileiro, o camponês analfabeto que, tendo tido a fortuna de nascer na Beira ou em Trás-os-Montes, pronuncia átonos os pronomes e, conseqüentemente, os coloca bem à portuguesa.

A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral. (5ª ed., p. 53).

Como é diferente esta maneira de ver o problema da colocação de pronomes átonos das idéias que aparecem ainda na polêmica Rui Barbosa-Carneiro Ribeiro, em 1902, e que, passando por Cândido de Figueiredo, até hoje veiculam em artigos e compêndios destinados a ensinar a nossa língua! Depois de cem anos, Alencar se nos afigura de uma atualidade que impressiona.

Outro ponto em que o escritor cearense nos espanta pela visão correta e antecipadora é no que diz respeito ao galicismo e ao estrangeirismo em geral. Nas cartas sobre *A Confederação dos Tamoios* reclamou do galicismo inútil, tradução servil do francês em detrimento do correspondente vernáculo, ainda expressivo.

Esse o galicismo a ser evitado; mas existe aquele saído do empréstimo cultural, do contato entre povos, do centro irradiador de progresso. Esse merece o agasalho do escritor e pode vir a receber o beneplácito do povo e consubstanciar-se no uso. Por isso, comenta acertadamente Alencar, em 1874, nas páginas da *Questão filológica*:

Quando Virgílio escreveu seus imortais poemas, imitou dos gregos muitas locuções elegantes, como atualmente fazemos, eu e alguns escritores brasileiros, dos escritores da França, que é nossa Ática moderna.

Entre inúmeras recordo-me das seguintes que vi anotados por **Servius**: *Navigat equor* – Eneida I, v. 71; *Terram, mare, sidera juro*, XII, v. 197; *Intonuere poli* – I, v. 94; *Tytida debuit ponere* – I, v. 101. Todas estas frases são puros gregismos, que arpejam a pele não só aos gramatistas, como aos gramáticos do tempo. Mais tarde porém, com a voga do poema, tornaram-se latinismos, e contaram-se entre as flores mais graciosas da poesia romana (IV, p. 943).

Na “Bênção paterna”, introdutória aos *Sonhos d'ouro*, em 1872, ressaltava a relação entre o cosmopolitismo da sociedade carioca emergente e os empréstimos culturais de toda sorte, ainda os lingüísticos:

Nos grandes focos, especialmente na corte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos.

A importação contínua de idéias e costumes estranhos, que dia por dia nos trazem todos os povos do mundo, devem por força de comover uma sociedade nascente, naturalmente inclinada a receber o influxo de mais adiantada civilização.

Os povos têm, na virilidade, um eu próprio, que resiste ao prurido da imitação; por isso na Europa, sem embargo da influência que sucessivamente exerceram algumas nações, destacam-se ali os caracteres bem acentuados de cada raça e de cada família.

Não assim os povos não feitos; estes tendem como a criança ao arremedo; copiam tudo, aceitam o bom e o mau, o belo e o ridículo, para formarem o amálgama indigesto, limo de que deve sair mais tarde uma individualidade robusta.

Palheta, onde o pintor deita laivos de cores diferentes, que juntas e mescladas entre si dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. Notam-se aí, através do gênio brasileiro, umas vezes embecendo-se dele, outras invadindo-o, traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglesa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a portuguesa e francesa, que todas flutuam, e a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se n'alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira (...)

Tachar estes livros (*Lucíola, Diva, A pata da gazela e Sonhos d'Ouro*) de confeição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer a fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora também alemães (I, 698-9).

Ver a importação de termos estrangeiros por esse prisma científico, por essa larga compreensão dos contatos culturais entre os povos, é, sem dúvida nenhuma, uma posição de um verdadeiro lingüista, posição que até hoje não assumem muitos dos que estudam a língua que a querem encarcerada nos angustos limites de uma pretendida pureza idiomática.

Ainda na polêmica que travou com Joaquim Nabuco, em 1875, insiste neste ponto:

Notou ainda o crítico a palavra *grog*, de origem inglesa, por mim aportuguesada em *grogue*. Podia notar outras como *tílburi*, *piquenique*, *lanche*; ou *crochete* e *champanhe*, do francês.

Desde que termos estrangeiros são introduzidos em um país pela necessidade e tornam-se indispensáveis nas relações civis, a língua, que os recebe em seu vocabulário, reage por uma lei natural sobre a composição etimológica para imprimir-lhe o seu próprio caráter morfológico.

A pronúncia e a ortografia alteram-se, em alguns casos profundamente; mas sempre conforme leis fonéticas, estudadas por Jacob Grimm e seus continuadores.

Em português nós já temos, de outros tempos, *redingote* de *ridingcoat*; *jaqueta* de *jacket* inglês ou *jaquette* francês; *pichelingue*, e *escolteto*, do flamengo *Flessing* e *chsout*, *dessér*, *trumó*, do francês *dessert* e *trumeau* e muitos outros.

As línguas estrangeiras também por sua vez corrompem ou antes sujeitam ao seu molde os nossos vocábulos brasileiros. Assim os franceses mudaram *goiaba* em *goiave*, *caju* em *acajou*, *mandioca* em *manioc*; e o mesmo acontece com os outros povos acerca de várias palavras americanas (p. 195-196, ed. de Afrânio Coutinho).

Tanto assim, que, em 1914, Said Ali escolhia para tema de conferência proferida na Biblioteca Nacional esses contatos culturais que, aparentemente, maculam o purismo. O título da conferência – *O purismo e o progresso da língua portuguesa* – reflete a identidade de conceitos entre o escritor e o lingüista.

O que se nos afigura curiosíssima é a maneira como Alencar explica a tenaz perseguição que os portugueses movem ao galicismo. Um curioso da ciência da linguagem fatalmente ligaria o ato a uma preocupação de purismo; mas o escritor cearense vê a coisa como um técnico de raríssima perspicácia, relacionando o fenômeno a questões políticas que extravasam nos domínios da língua. Assim, o escritor patricio no *Pós-escrito de Iracema*, em 1870, prendia a antipatia dos portugueses aos galicismos a um reflexo de repulsa à invasão francesa:

Há quem tache essa sobriedade no uso do artigo definido de *galicismo*, não se lembrando que o latim, donde provém nossa língua, não tinha aquela partícula, e, portanto, a omissão dela no estilo é antes um latinismo. Mas a mania do classismo, que outro nome não lhe cabe, repele a mínima afinidade entre duas línguas irmãs, saídas da mesma origem. Temos nós a culpa do ódio que semearam em Portugal os exércitos de Napoleão? (III, 315).

Assim Alencar, em 1870, antecipa as palavras do notável lingüista francês Miguel Bréal, que no seu *Essai de sémantique*, de 1897, nos ensina:

Quando se buscam as raízes dessas repulsas que os espíritos nobres nutrem pelas palavras estrangeiras, vê-se que elas são devidas a associações de idéias, a recordações históricas, a intenções políticas, com que a lingüística tem muito pouco que ver. Aos puristas alemães a presença das palavras francesas fá-los lembrar uma época de imitação que gostariam fosse esquecida de sua história. Os filólogos helênicos que proscreeveram as palavras turcas do vocabulário continuam, a seu modo, a guerra da independência. Os tchecos que levam o seu ardor ao ponto de querer traduzir os nomes próprios alemães, para não deixar rastro de uma língua que suportaram por muito tempo, associam ao seu intento de expurgo a esperança de uma próxima autonomia. O “purismo”, em casos assim, serve de etiqueta a aspirações e ressentimentos que podem ser em si legítimos, mas não nos deve permitir ilusões sobre a verdadeira razão dessa campanha lingüística.” (3ª ed., 1904, p. 265-6).

Está por se fazer um estudo sério das leituras dos livros de lingüística feitas por Alencar e do reflexo delas nas opiniões e conceitos emitidos em seus livros. A concordância entre o cearense e a lição de Bréal deveria ocupar um lugar de relevo nessa pesquisa, porquanto nenhum dos autores portugueses e brasileiros que trataram da debatidíssima questão do galicismo se referiu – que saibamos – a essa re-

pulsa lexical como contrapartida de recordações históricas ou intenções políticas.

Intimamente ligado ao problema do galicismo está o conceito de clássico e da variação lingüística através do tempo, do espaço e das classes sociais e, neste capítulo, Alencar tece considerações judiciosíssimas, e revela luminosas intuições, fazendo-nos lembrar o que dele disse, em 1883, Capistrano de Abreu no tocante aos assuntos de história:

Ninguém melhor que ele teve a intuição da vida colonial; e há páginas do *Guarani* e das *Minas de prata* que valem por longas monografias (*Centro Literário e Científico José de Alencar*, p. 6).

Pedimos ao já paciente leitor que medite nas seguintes considerações:

Língua viva imutável, língua que, chegada a um tipo de perfeição modelar, cesse de modificar-se e absorver elementos estranhos ao seu passado, é cousa que não há nem nunca houve. A linguagem é a expressão de nossa inteligência. E a inteligência humana não se petrifica; pode volver olhar saudoso para a sabedoria de alguma era remota; porém esta, com todo o seu esplendor, não lhe produz desmaio, nem a paralisa. Se tal calamidade houvesse, o intelecto se atrofiaria e da maior parte das línguas modernas já não restariam mais que ruínas.

Estas palavras são de Saïd Ali, na conferência já citada; mas poderiam ser firmadas por José de Alencar, porque não era outra sua concepção sobre o equilíbrio instável das línguas vivas. Eis o que escreve no “Pós-escrito” de *Diva*, em 1865:

O autor deste volume e do que o precedeu com o título de *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala. Entende que sendo a língua instrumento do espí-

rito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas idéias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores. (Note-se que é justamente este vocábulo aquele por que Said Ali se referiu à tradição portuguesa, no trecho lembrado!) Assim, não obstante os clamores da gente retrógrada, que a pretexto de **classismo** aparece em todos os povos, defendendo o passado contra o presente; não obstante a força incontestável dos velhos hábitos, a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução. É sem dúvida deplorável que a exageração dessa regra chegue ao ponto de eliminar as balizas tão claras das diversas línguas. Entre nós sobretudo naturaliza-se quanta palavra inútil e feia corre ao pensamento tacanho dos que ignoram o idioma vernáculo, ou têm por mais elegante exprimirem-se no jargão estrangeirado, em voga entre os peralvilhos. Esse ridículo abuso porém não deverá levar ao excesso os doutos e versados na língua. Entre os dous extremos de uma enxertia sem escolha e de uma absoluta isenção está o meio-termo, que é a lei do bom escritor e o verdadeiro classismo do estilo (I, p. 399).

### E prossegue Alencar sobre a variabilidade da linguagem:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. (...) Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer; mas sim fazendo que acompanhe o progresso das idéias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se. Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis, e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas, essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classismo. Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito de que é ela a expressão varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe



dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo. Desse modo não somente se vão substituindo aquelas dicções que por antigas e desusadas caducam, como se tornaria monótona. De resto, essa é a lei indeclinável de toda a concepção do espírito humano, seja simples idéia, arte ou ciência: progresso sob pena de aniquilar-se (I, p. 399-400).

Pelas citações que acabamos de ler, vemos claramente que Alencar estava plenamente convencido de que não se pode separar a língua dos homens que a falam, de modo que os idiomas encarnam, acompanham e refletem os destinos das nações a que servem. Assim sendo, transplantada para o Brasil, a língua portuguesa tinha de inevitavelmente diferenciar-se da língua praticada em Portugal. Mudado o ambiente físico, a serviço de novos ideais e aspirações, o português do Brasil se afastava do de Portugal em vários aspectos, sem que disso pudessem dar conta os falantes d'aquém e d'além mar. Em 1872, na “Bênção paterna” de *Sonhos d'ouro*, seguindo as pegadas da lingüística biológica do seu tempo, Alencar teve a oportunidade de ressaltar – com todo o exagero da teoria – a influência do meio sobre as transformações das línguas:

Estando provado pelas mais sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, é mui séria a questão:

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera? (I, p. 702).

Para podermos fechar o círculo dentro do qual repousavam as idéias de Alencar sobre os fatos de gramática e estilo da língua por-

tuguesa, falta-nos contemplar o seu conceito entre língua literária escrita e língua falada. Eis como a tal respeito pensava o escritor cearense:

A linguagem literária – diz-nos em 1865, no “Pós-escrito” de *Diva* – escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece (I, p. 560).

Neste trecho Alencar intuiu o que, nos dias de hoje, um lingüista universalmente conhecido, Eugenio Coseriu, distingue em *sistema* e *norma*. O *sistema* encerra o conjunto de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos livres e caminhos fechados. A *norma*, por sua vez, é um conjunto de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais e varia consoante a comunidade.

Assim, Alencar percebe uma *norma* literária (“linguagem literária”) ao lado de uma *norma* coloquial (“linguagem cediça e comum”), mas ambas pertencem ao mesmo sistema funcional (“na substância a linguagem há de ser a mesma”).<sup>3</sup>

Ainda na mesma trilha, já agora ressaltando o trabalho artesanal do artista da palavra em contribuir para a formação de uma língua literária, revela-nos Alencar, em 1872, na “Bênção paterna” de *Sonhos d’ouro*:

Sobretudo compreendem os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do

3. Eugenio Coseriu, *Teoría del lenguaje*, p. 98.

idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino. E de quanta valia não é o modesto serviço de desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com outras línguas? Ele prepara a matéria, bronze ou mármore, para os grandes escultores da palavra que erigem os monumentos literários da pátria. Nas literaturas-mães, Homero foi precedido pelos rapsodos, Ossian pelos bardos, Dante pelos trovadores. Nas literaturas derivadas, de segunda formação, Virgílio e Horácio tiveram por precursores Ênio e Lucrecio; Shakespeare e Milton vieram depois de Surrey e Thomas Moore; Corneille, Racine e Molière depois de Malherbe e Ronsard; Cervantes, Ercilla e Lope de Vega depois de Gonzalo de Berceo, Íñigo de Mendoza e outros. Assim foi por toda a parte; assim há de ser no Brasil. Vamos pois, nós, os obreiros da fancaria, desbravando o campo, embora apupados pelos literatos de rabicho. Tempo virá em que surjam os grandes escritores para imprimir em nossa poesia o cunho do gênio brasileiro, e arrancando-lhe os andrajos coloniais de que andam por aí a vestir a bela estátua americana, a mostrem ao mundo em sua majestosa nudez: *naked majesty* (I, p. 497).

Com os elementos até aqui reunidos, extratados da vasta e coerente obra do nosso romancista maior, é hora de situá-lo em relação à língua do Brasil, para nos cingirmos ao tema proposto.

Sem sombra de dúvida Alencar pretendia ser um desses obreiros da fancaria que, manipulando a matéria-prima primitiva, iriam ajudar a transformá-la na condigna roupagem da novel terra americana. Estaria o escritor cearense imbuído da missão que, no século XVI, coube a Camões: rejuvenescer a língua para o grande destino que lhe abriu o *classicismo* português.

Já mestre Mattoso Câmara havia entendido bem esta missão do escritor cearense:

O grande romancista o que na realidade pretendia era elaborar uma língua escrita literária na base da nossa fala corrente, da mesma sorte que o francês clássico, o italiano de Dante, o português de Camões se cristalizaram pela lenta elaboração do romance vulgar (...) Por isso, *O Guarani*, a *Iracema*, ou ainda *O Gaúcho*, a *Diva* e assim por diante, são prosa artística, firmemente plantada numa linguagem que quer ser língua escrita, e não oral; os elementos lingüísticos vulgares entram aí como os motivos rítmicos folclóricos da Polónia na música de Chopin ou os costumes populares num quadro de gênero de Teniers. O nativismo lingüístico em nada impede aproximarmos o estilo de Alencar do daqueles escritores que mais se destacaram pelo distanciamento da linguagem coloquial, como em francês Flaubert ou em inglês Meredith, de sorte que em espírito – embora não em execução factual – *O Guarani* ou *O Gaúcho* não deixam de ter a sua afinidade estilística com *Salambo* ou *Diana of Crossways*. (*Ensaio machadiano*, p. 93-4.)

A natureza de escritor romântico leva-o a alicerçar a pretendida língua literária brasileira na mais pura e lídima tradição clássica portuguesa, especialmente os escritores modelares a partir do século XVIII. Esse era o filão inicial a cuja contribuição se somavam as criações novas, um estudado sistema de *liberdades* e imposições (na concepção proposta por Coseriu) e a contribuição estrangeira, particularmente vinda da França, a nova Ática do seu tempo.

Daí caber muita razão a Cândido Jucá (filho) quando classifica *Iracema* como uma obra clássica.

O seu *estilo aristocrático*, como também lembrou com justeza Gladstone Chaves de Melo, estava longe de concretizar o ideal de Macedo Soares, que proclamava: “Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal.” (*Dicionário Brasileiro*, p. 3.)

Seu acentuado nativismo fê-lo defender-se com freqüentes alusões às particularidades e diferenciações da língua portuguesa do Brasil, mas a verdade é que essas referências ficaram apenas na plataforma de sua campanha.

Machado de Assis, seu contemporâneo e partícipe com ele das culminâncias da literatura nacional, tinha muita razão quando a respeito do romancista declarou:

Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das cousas. O mais francês dos trágicos franceses é Racine, que só fez falar a antigos. Schiller é sempre alemão, quando recompõe Filipe II e Joana d'Arc. (*Páginas recolhidas*, p. 129.)

Alencar, para o trabalho artesanal de enriquecimento em prol de uma língua literária brasileira, extratou o filão clássico português, da mesma forma que Mário de Andrade, um século e meio depois, iria extrair o filão popular brasileiro, com igual propósito e intenção. São, aliás, muitas as coincidências que se podem estabelecer entre os dois escritores, a começar do intento de comporem uma gramática para justificar suas escolhas, liberdades e imposições.

Muito se tem escrito sobre Alencar e pouco se tem feito em favor da riquíssima obra que nos legou. O pagamento desta dívida deveria começar por um trabalho editorial sério, filologicamente assentado, de modo que restituíssemos ao escritor cearense a fidelidade textual em que vazou suas composições.<sup>4</sup>

Nesta hora em que a nação brasileira rasga horizontes e se espraia pelo mundo nas asas promissoras da lusofonia, a lição de José de Alencar se impõe como um modelo a seguir no afã com que estudou, defendeu e ilustrou a língua portuguesa do Brasil.

4. Gladstone Chaves de Melo e Maximiano de Carvalho e Silva têm-nos dado os primeiros frutos dessa longa e impreterível jornada, com suas edições críticas e cuidadas.



# A idade da eternidade

DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES

Exmo. Senhor Embaixador Sinesio Sampaio Goes Filho,  
Exmo. Senhor Dr. António Braz Teixeira, Diretor da Imprensa Nacional – Casa da Moeda.  
Exmo. Senhor D. Fernando Mascarenhas, Marquês da Fronteira e Alorna,  
Exmo. Senhor Carlos Nejar,  
Senhoras e Senhores,  
Amigos eternos da poesia.

Disse Eduardo Portella que Carlos Nejar é poeta da poesia, mais que do verso. Porque o verso costuma ser perecível (...). E nessas horas incertas, de revezamentos ou de impugnações históricas, quem assegura a permanência do poeta é a poesia: a palavra que fala ou se cala, para além dos limites do verso. (...) O seu enredo poético de tal maneira alarga o princípio da realidade, que quase podemos falar na transparência do mistério religioso, cosmogônico, telúrico. Estas palavras foram escritas no pórtico de uma das obras notáveis de Carlos Nejar, que veio a público há três anos no Brasil, *Teatro em versos*.

Apresentação, em 27 de abril de 2001, em Lisboa, do livro *A idade da eternidade – poesia reunida*, de autoria de Carlos Nejar, editado pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, na Série Escritores dos Países da Língua Portuguesa.

A propósito deste conceito de Eduardo Portella, é importante recordar o que todos sabem, que a poesia da antiguidade clássica tinha métrica, tinha pés, mas não tinha rima. E porque encarnava profundamente, eternamente, as sensibilidades da alma humana, que ela soube tocar, dedilhar e cantar, jamais morreu, e chegou até nós mais de dois mil anos depois de concebida. Aí estão as palavras candentes, vivas como há muitos séculos, e mesmo alguns milênios, os acordes poéticos de Ovídio, Virgílio e Horácio, como de Safo, Anacreonte, Alceu, mestres da lírica, a poesia que é a expressão de pensamento e sentimentos individuais e íntimos, isto é, a expressão da emoção, da paixão e da reflexão pessoais, como tão bem explica Maria Helena Ureña Prieto em seus ensinamentos de literatura grega. A lírica era outrora acompanhada de música e usavam-se como instrumentos a lira, a cítara e a flauta.

Mas a poesia de Carlos Nejar, em que as palavras vibram no ar como os azorragues com que o Cristo varreu as moedas de cima das bancas dos vendilhões do templo, não precisa nem de flautas, nem de cítaras, nem de liras. É aquela poesia que pervaga e ocupa as polegadas do coração, mas também é aquela que reflete os rumores do mundo e vai, em universal simpatia, buscar motivos emocionais que extravasam as palpitações do coração e falam diretamente à mente, à alma, ao sangue, ao coração e a todos os humores e sensações do ser humano. A poesia de Carlos Nejar ultrapassa as idades e, diversa e unamente, revela e define o Homem, na linha do que concebeu Eça de Queirós, o grande poeta da prosa grande.

As *Memórias do porão*, ou *Memórias do esquecimento*, inseridas neste luzeiro poético que é *A idade da eternidade*, são dedicadas a Fernando Assis Pacheco, poeta que já repousa na Eternidade, de quem diz Nejar ser testemunha desse manuscrito, achado sob a pedra do paraíso. De sua parte, Assis Pacheco diz que “Deus é a madrugada que é a luz que é um território diamante” e Carlos Nejar, gaúcho tocado pelo



minuano, chega enfim aos seus arrabaldes. Ele precisa de eternidade para um verso, ao menos um que cintile e dure como pedia Rainer Maria Rilke.

Em minha opinião é muito difícil escolher na poesia de Carlos Nejar um verso que cintile e dure. Digo que é difícil escolher porque são tantos os belíssimos pensamentos poéticos de nosso poeta, aqui hoje homenageado, que a escolha se torna mais do que difícil, senão impossível. São muitíssimos os poemas de Carlos Nejar que – digo isto com toda a certeza da mente e do meu coração, de que sobre Nejar estou com o futuro e o futuro está do meu lado – vão ficar para sempre, enquanto houver palavra, mundo, civilização e cultura. E vou citar um, a que já aludi, das *Memórias do porão*, em que Nejar, com o pensamento abrigado numa frase de São Paulo aos Coríntios – “Deus escolheu as coisas humildes do mundo, e as desprezadas, e aquelas que não são, para reduzir a nada as que são” – para dar conta de suas *Memórias do porão*. E muito bem o poeta se inspirou em São Paulo, que também escreveu suas “memórias do porão”, quando o santo dos gentios disse que a “loucura de Deus é mais sábia do que os homens; e a fraqueza de Deus é mais forte do que os homens. É que Deus – prossegue o santo – escolheu as coisas loucas deste mundo para confundir as sábias e escolheu as coisas fracas deste mundo para confundir as fortes”.

Mas vejamos, como amostra da grandeza deste livro – e basta segurá-lo com uma mão e folheá-lo como se desembaralha um maço de cartas para ver que ele é grande e bom – este começo das *Memórias do porão*. O título, *Tear dos ossos*, já é um lategaço na alma. E a poesia começa assim:

Principiei a escrever no porão o tear dos ossos, a biografia do mundo.

Fui desenrolando, aos poucos, com a permissão dos anos, as teias do porão, as astúcias de um juízo pesaroso.

Parece que Tróia se deu num porão antiquíssimo, em casa de Homero sonhando.

E foi a Divina Comédia um porão entre os anjos, demônios de Dante.

A Idade Média, porão de algum celeste mosteiro.

E o pó se ocultava nas pedras, história dos homens.

Ah se eu tivesse tempo! para ler aqui as setentas páginas deste poema em que se desdobra o rolar das *Memórias do porão*, escritas com a força do verbo, que ora é espada, ora é açoite, ora é pluma, ora é mão, ora é riso, ora é vento, ora é sombra, ora é mais que idéia: é vapor que se esgarça e se evola nas primícias de luz. E prossegue Nejar com suas reflexões sobre a família dos velhos trovões – os habitantes que pertenciam a essa família dos velhos trovões, que era uma estirpe humana perdida, com a lógica de eremitas que desaprenderam a comer ou falar pela falta habitual de uso; tios ou tias de si mesmos, sobrinhos de algum casario sombrio, netos de solteiras papoulas, bisnetos do Vento Sul ou Norte, afilhados da montanha longe, ou de sonoro, arcaico rio. E prossegue o poeta: eram de uma dinastia ainda sobrevivente, como se um sonho pudesse descascar-se de outro, de outro, até a casca nuclear.

Ah se eu tivesse tempo! de ler todas as reflexões do porão sobre as leis, a hierarquia (Os sentenciados iam de porão em porão, consoante a hierarquia caminhante do crime.), a Ordem Beneditina (que também estavam no porão, com santos levitantes, visitados diariamente por um Anjo.), os templários (outra Ordem no porão: combatiam a luz e a sombra. Depois descobriram que uma nascia da outra e era preciso desvendar sua língua redonda como a lua na varanda.), a filiação botânica, as invenções (a maior invenção foi a da roda: um abraço de mulher e musical. E na invenção do aeroplano, o porão era uma pluma ruflando, uma pluma levada aos absurdos platinos.), a máquina (que era um animal pré-histórico, um animal saído



*Face*, óleo sobre tela de Iberê Camargo (1984).  
Capa do livro *A idade da aurora* (1990), edição comemorativa dos 30 anos de produção literária de Carlos Nejar.

de dentro da história, como de uma fábula de Esopo.), impostos (até o ar era cobrado no porão por uma moeda de horas. A noite era cobrada, o amanhã por obscuros pedágios.) as ventações (o porão ventaniava, ventanhava, ventarolava... e as ventações eram regidas pelo timbre das nuvens como o bronze de longos campanários. Ou pelas narinas do mar.).

Ah se eu tivesse tempo! para citar as travessuras memoriais de Carlos Nejar, sobre as vedações, a invenção da liberdade, as mitologias, a violante, a morfologia, a matemática, o nome das coisas, Cristóvão e a redondeza da Terra, os refugiados (Pátria é onde apertam os sapatos.), os regimes, a pedra filosofal, a teologia, o cego e o mendigo, o primeiro trem, etc., etc., etc., etc., e, sobretudo, os etc. que ainda faltam! Porque não há tempo de citá-los todos para todos gozarmos com as graças poéticas e incríveis cabriolas, das quais a gente sai, depois de as ler, com marcas de simpáticas bordoadas na alma, no coração e na memória. E vamos depois a São Paulo, a pensar na epígrafe que o santo, sem prever e sem saber, escreveu para Carlos Nejar utilizar dois mil anos depois. Sairíamos nós todos, com Carlos Nejar à frente, a puxar a túnica de São Paulo e perguntar a ele que negócio é este de “loucura de Deus”!

Grande é a nossa vontade de que houvesse tempo para desenhar alguns traços e falar algumas vozes sobre o *Livro de Vozes*, que é inédito, que é dedicado para Elza, sempre. Aí também – asseguro-vos com toda segurança que o que eu digo é a verdade, que a verdade está comigo! – a beleza é imensa e as travessuras com a linguagem são também belas demais; seja n’*A idade da aurora: fundação do Brasil*, que é um espetáculo e onde as palavras luzem, esplendem e se abrem multicoloridas como uma chuva de fogos de artifício; seja em *Elza dos pássaros ou a Ordem dos planetas*, que é também um chuveiro mas de meteoros candentes e cadentes; em *Aquém da infância*; em *A ferocidade das coisas*; seja em os *Mortos visíveis*; seja no *Rumor das idades* – em todos es-

nas composições deparamos conceitos deslumbrantes, como poemas infantilmente lindos, feramente bonitos ou gravemente belos.

Analisando a obra poética de Carlos Nejar, António Osório, um mestre, o chama de poeta do tempo, do amor, da esperança, dá morte e de Deus, tudo isto entretecido como fios de uma mesma urdidura, admirável e pessoalíssima. Considera sua poesia ao mesmo tempo clássica e moderna. Clássica, pelo que traduz de adesão à vida, prevalência sobre o egotismo da realidade humana, suas grandezas e tormentos, e, ainda, pelo modo de conceber como um todo orgânico a arte incrivelmente difícil dos versos; moderna, pela livre radicação no tempo e pela maestria e arrojo verbal, tudo sem ponta de retórica, de modo pungente, tenso, dramático. Para Ana Marques Gastão, uma poeta de fina água como acaba de mais uma vez demonstrar em seu recente livro *Terra sem mãe*, a busca transcendente, encontrada em muitos dos poemas de Carlos Nejar, alia-se curiosamente a preocupações de origem social, porque Nejar canta o Homem que “espera, ama e cria”, aquele que desespera da esperança mas se deslumbra com o mundo, no cerco de todas as inquietações. Chama-o um bem-aventurado poeta. Escrevia em 1997 que a poesia de Carlos Nejar merecia ser publicada em Portugal. E aqui está ela ao nosso e ao vosso alcance.

Só me cabe encerrar estas palavras dando as felicitações a Carlos Nejar e, de raspão, a São Paulo também, em cujas leituras o nosso poeta de hoje e de amanhã bebeu tanta força e tão forte inspiração.



Jan Luiken (1649-1712)

Figura alegórica carregando a tocha (*Fakkel*) que ilumina os habitantes da África e do Brasil.

Uma índia mostra a caixa dos tesouros a Mercúrio, deus do comércio.

# Prêmio Senador José Ermírio de Moraes – 2001

**R**ealizou-se no dia 16 de agosto de 2001, no Salão Nobre do Petit Trianon, sob a presidência do Acadêmico Tarcísio Padilha, a sessão solene de entrega do Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, o maior prêmio literário do Brasil, instituído pela família do saudoso membro do Senado Federal e grande industrial. Recebeu o prêmio o historiador e ensaísta Luiz Felipe de Alencastro, atualmente lecionando na Sorbonne. Saudou o premiado o Acadêmico Alberto da Costa e Silva, seguindo-se o discurso de agradecimento de Luiz Felipe de Alencastro. Por estar sob cuidados médicos o sr. José Ermírio de Moraes filho, que sempre representa a família, foi convidado a fazê-lo o Acadêmico João de Scantimburgo, que fez a entrega da importância correspondente ao prêmio. Seguem-se os dois discursos.

## Discurso do Acadêmico

### ALBERTO DA COSTA E SILVA

O Prêmio Senador José Ermírio de Moraes foi instituído em 1994, para ser outorgado anualmente a autor brasileiro, por obra de qualquer gênero que traga efetiva contribuição à cultura brasileira e tenha sido editada em português, por editora nacional, no ano anterior. Desde 1995, concedeu-se o Prêmio a Roberto Campos, por *Lanterna na popa*, a Evaldo Cabral de Mello, por *A fronda dos mazombos*, a Wilson Martins, por *A palavra escrita*, a Décio de Almeida Prado, por *Seres, coisas, lugares*, a Cícero e Laura Sandroni, por *Athayde, o século de um liberal*, e a Gofredo Telles Júnior, por *A folha dobrada*. São livros inteiramente distintos uns dos outros. Como é deles diferente este, agora premiado, de Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, que tem por subtítulo *Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*.

Não deveria faltar quem perguntasse por que a Academia Brasileira de Letras o singularizou, entre tantas obras de alto valor publicadas em 2000. E eu responderia que por ser, em primeiro lugar, um livro instigante, provocador, destes que não admitem a leitura descansada, um livro que convida, página sim, página não, ao debate e à controvérsia. Nós o lemos a polemizar com ele e conosco mesmo, com as concepções e dúvidas que tínhamos e temos sobre o passado brasileiro. Não que o livro se estruture de forma polêmica. Na sua narração serena, Luiz Felipe de Alencastro nos propõe, porém, a todo instante, novos modos de perceber a história do Brasil. O livro é, assim, estimulante e desafiador, porque novo em suas concepções e em seu desenho.

Luiz Felipe de Alencastro reclama nossos cuidados para o estarem na África muitos dos começos de enredos da história brasileira e convida a nossa atenção para o Atlântico. Como já a tinham feito, pionei-



ramente, Nina Rodrigues para a Bahia e vários outros, em nossos dias, como João José Reis, com *Rebelião escrava no Brasil*, John Thornton, com *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*, Manolo Florentino, com *Costas negras*, Joseph C. Miller, com *Way of Death*, Robert Slenes, com *Na senzala, uma flor*, e Roquinaldo Ferreira, com o seu livro ainda inédito, *Dos sertões ao Atlântico*, e nos ensaios que formam o volume *Slavery and the Rise of the Atlantic System*, organizado por Barbara L. Solow, entre os quais se inclui um do próprio Luiz Felipe de Alencastro, “The apprenticeship of colonization”, no qual se denuncia *O trato dos viventes*. Em todos e cada um desses trabalhos aponta-se ser impossível um entendimento pleno da história do Brasil e de tantos outros países americanos, assim como da história dos países da África Atlântica, entre os séculos XVII e XIX, sem se conhecer o que se passava, em cada momento, em cada uma das duas margens daquilo a que chamei o grande rio Atlântico, e das conexões e, mais do que as conexões, dos enlaces que entre elas se processavam.

A primeira grande novidade de *O trato dos viventes* é a de não conceber o Mar Oceano apenas como espaço vinculador, mas o de englobá-lo, juntamente com os territórios portugueses em Angola e aquilo que denomina de “miolo negreiro do Brasil” – de Pernambuco para o Sul –, numa única área político-econômica, tendo por espinha dorsal o comércio oceânico e por portos principais o Rio de Janeiro e Luanda. O sistema de exploração colonial português seria assim, no Atlântico Sul, unificado, compreendendo, nos dois lados do mar, como se entre eles não houvesse interrupção, de um lado, o de cá, enclaves de produção – os engenhos de açúcar, as minas de ouro, os rebanhos bovinos – fundada no trabalho escravo e, no outro, o de lá, áreas nas quais se produzia e reproduzia a mão-de-obra servil. As decisões políticas da Coroa seriam tomadas, consciente e, às vezes, inconscientemente, a partir da convicção de que sem Angola – isto é, sem o escravo negro – não seria possível manejar o Brasil e sem o

Brasil não havia razão para Angola. Não podemos nós, por isso, entender o que se passava no Brasil, sem saber como ia Angola, e vice-versa, as histórias dos dois países comendo, durante três séculos, uma só história.

Decorre dessa novidade uma outra — e seminal: a de que o tráfico negreiro conduziu a economia brasileira, pois, por meio dele, se obtiveram não só o trabalho, mas também os capitais que permitiram a exploração da terra. Era o acesso ao negro o que, em última análise, comandava as decisões dos grandes senhores, mazombos ou reinóis, do Brasil.

Dessa novidade defluiu ainda outra: a de que o Brasil se formou fora do Brasil, no Atlântico, costurado em ponto miúdo a Angola. Ou ainda, corolário natural, a de que Angola, como hoje conhecemos, se formou fora de Angola, no Atlântico, costurada em ponto miúdo ao Brasil. Antônio de Oliveira Cadornega, na sua clássica *História geral das guerras angolanas*, escrita no fim do século XVII, já sugeria isso em relação a Angola, porém estabelecendo uma espécie de dependência do Brasil. Não lhe poderia passar despercebido, agudíssimo como era, a seqüência de governadores provenientes do Brasil, ou com experiência brasileira, que se sucederam no comando do enclave português, após terem vindo do Brasil as tropas que expulsaram os holandeses de Luanda — Salvador Correia de Sá e Benevides, Rodrigo de Miranda Henriques, Luís Martins de Sousa Chichorro, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros —, nem atribuir isso a um simples jogo do acaso. A essa dependência não faltaria quem, na metade do Novecentos, atribuisse, como Ralph Delgado, na sua *História de Angola*, o atraso da colônia, na qual a Coroa só veria armazéns de depósito de escravos e portos de embarque de escravaria para o Brasil

O enfoque de Luiz Felipe de Alencastro é, porém, diferente, e as conclusões a que chega, como já se viu, também. Esta nova visão já recomendaria o seu livro como de leitura indispensável. Mas ele não

pára aí, uma vez que subjaz no seu texto a compreensão de que esse espaço unificado do Atlântico Sul fazia parte de um outro maior, o do império talássico português, e de que por ele passava o grande arco que ia de Lisboa ao Japão, com sua troca de mercadorias, de gentes e de costumes. Era como parte desse império que se reconhecia o português ou o seu descendente, o súdito da Coroa, fosse branco, mestiço, canarim e até, em alguns casos, negro. Ele sabia que tanto podia servir à Coroa em Salvador, na Bahia, quanto em Goa, tanto no Maranhão quanto nos Rios de Sena, tanto na ilha de Moçambique quanto em Benguela, Cacheu, São Tomé, Praia, Valença do Minho, Açores, Macau ou Lisboa. O livro nos incita, assim, a perseguir uma história que não fique centrada na história da Metrópole lusitana, ou na história do Brasil, ou na história da Guiné, ou na história de Angola, ou na história do Estado da Índia, mas seja a história do império, dentro da qual poderemos melhor analisar e compreender os itinerários de Salvador Correia de Sá e Benevides – e é admirável e convincente a interpretação que deste e de sua família faz Alencastro –, e de Francisco José Lacerda e Almeida, e dos mamelucos brasileiros que já viviam no reino do Congo nos meados do século XVI, e dos ameríndios que lutaram nas tropas holandesas e portuguesas em Angola, cerca de cem anos mais tarde.

Apesar das convocações de Gilberto Freyre – especialmente em *Sobrados e mocambos* e em *Aventura e rotina* – ainda está por se fazer o estudo do influxo da Índia sobre o Brasil. E da China. E do golfo Árabe. E de todas aquelas partes do mundo onde puseram fortes, feitorias, tabancas e paliçadas os portugueses. Mais de uma vez, no correr da leitura de *O trato dos viventes*, lembrei intuições gilbertianas. Pois Luiz Felipe de Alencastro não nos deixa esquecer Moçambique – e não apenas como fornecedor suplementar de escravaria e como traço-de-união entre o Brasil e Goa – e procura arrastá-lo para o Atlântico. Ao fazê-lo, instiga-nos a pensar que, se as águas do Cuan-

za, do Zaire, do Níger, do Ogun e do Gâmbia entram pelos rios brasileiros, o Índico chega às nossas praias.

Como se o grande mural não lhe bastasse, Luiz Felipe de Alencastro nele inseriu uma seqüência de pequenos quadros, de micro-ensaios com informações, leituras, interpretações e idéias inovadoras. Os parágrafos que dedicou ao papel da farinha de mandioca no comércio transatlântico, por exemplo, cheiram a tinta nova. Já aqueles em que analisou o tráfico negreiro para Buenos Aires, como acesso à prata do Peru, e os que consagrou aos búzios baianos dão matéria para um largo debate. Pois este é um livro que não deixa sossegar o leitor e desata a sua imaginação. E tanto é assim, que lhe cobramos mais. E cobramos mais a nós mesmos, ao terminar a sua última página. E cobramos a Luiz Felipe de Alencastro, que tão merecidamente recebe este Prêmio Senador José Ermírio de Moraes, que venha logo o livro que a este dará prosseguimento.

## ~ Discurso do Escritor

### LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

#### A narrativa histórica<sup>1</sup>

Refletindo sobre a teoria e a prática da disciplina histórica, Michel de Certeau, grande historiador, jesuíta e amigo do Brasil, interrogava-se: “Por onde passa a separação entre a História, a Ciência e a Ficção?” (Michel de Certeau, “L’Histoire, science et fiction”, *Le Genre humain*, p. 7-8, Paris, 1983.)

Na realidade, os historiadores devem começar por admitir que a questão essencial da narrativa histórica permanece envolta numa grande subjetividade. Tal subjetividade alimenta os debates existentes entre as diferentes escolas historiográficas, de um

<sup>1</sup> Versão modificada do texto intitulado “Conclusion générale”, publicado no livro organizado por Kátia de Queiroz Mattoso, *Littérature et Histoire. Regards croisés*, Paris, PUPS, 1996, p. 177-183.

lado, e as querelas entre historiadores e especialistas da literatura, de outro lado.

Como observou o historiador francês François Hartog, a escola dos “Annales” praticamente renunciou à reflexão sobre a narrativa histórica, sem nunca ter se interrogado sobre a matéria (F. Hartog, “L’Art du récit historique”, *Autrement – ‘Passés recomposés’*, n. 150-I, janvier 1995). Num registro similar, o ensaísta norte-americano Hayden White notou que os historiadores diferenciavam-se dos outros especialistas não literários pelo fato de que a maioria dentre eles escolhe o modo narrativo para apresentar suas pesquisas. Para White, os historiadores não compreendem as implicações dessa escolha, que marca a especificidade de sua disciplina no campo das Ciências Humanas: “muitos historiadores parecem incapazes de analisar a dimensão discursiva de seus escritos e, mais ainda, recusam a idéia de que tal dimensão possa existir” (Hayden White, “Response to Arthur Marwick”, *Journal of Contemporary History*, v. 30, n 2, 1995).

Tentarei abordar estas questões a partir do tema do meu livro, *O trato dos viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*. Juntando um verso de Fernando Pessoa, “minha língua é minha pátria”, e o título de um livro do historiador francês Emmanuel Le Roy Ladurie, *O território do historiador*, penso que o território do historiador brasileiro é o espaço intercontinental abrangido pela documentação portuguesa da Época Moderna, pela expansão ultramarina lusitana. Nessa ordem de idéias, como procurei demonstrar em meu livro, o pesquisador brasileiro perde uma parte da história do Brasil se desconsiderar os eventos desenrolando-se em Angola. Mas, ele também ficará alheio à percepção de nossa sociedade se desconhecer a historiografia e os documentos sobre o “Estado da Índia”, imensa constelação de feitorias ligando Moçambique a Macau através da capital de Goa; se não tiver lido, por exemplo, *O Soldado Prático* (1593-1610), de Diogo do

Couto, o qual, sem nunca se referir ao Brasil, apresenta-se, entretanto, como um livro fundamental para a compreensão da história luso-brasileira, na sua análise da administração colonial portuguesa e das ambições dos expatriados no ultramar.

Durante boa parte do século XX, os livros de Charles R. Boxer constituíram o ponto de encontro entre os impérios lusitanos do Oriente e do Ocidente, permitindo aos historiadores brasileiros seguir os debates e as pesquisas sobre os dois impérios efetuadas por autores de várias nacionalidades. Depois disso, as coisas evoluíram. A obra de historiadores indianos, como Kirti Chaudhuri e Sanjay Subrahmanyam, impuseram-se no estudo da Índia portuguesa, ao mesmo tempo em que pesquisadores australianos, como Michael N. Pearson e Anthony R. Disney, aprofundaram nossos conhecimentos sobre o oceano Pacífico lusitano.

Perdendo o meridiano de Londres, tão bem indicado por Boxer durante tanto tempo, este frutuoso diálogo de historiadores australianos e indianos tem poucos ecos em Lisboa e, menos ainda, no Brasil.

No Atlântico Sul, uma cilada historiográfica enfiou os eventos no escaninho das histórias territoriais e misturou as pistas: unido durante três séculos por grandes deslocamentos de homens e de mercadorias, o passado da região afigura-se, hoje em dia, fragmentado e quase impenetrável. O procedimento que consiste apenas em justapor a história de Portugal, a história de Angola e a história do Brasil não reconstitui a realidade da história transcontinental luso-afro-brasileira. A simples soma das partes não reconstitui o todo. É preciso reconstruir toda a problemática do Atlântico Sul para alcançar sua verdadeira dimensão.

Diante da fragmentação gerada pelas abordagens puramente nacionais e territoriais, nós ignoramos no Brasil as novas fronteiras políticas, econômicas e culturais que a historiografia recente, asiática, africana, americana e européia vem fixando ao ultramar lusitano. Os



*Fernão de Magalhães*  
(ca. 1480-1521)  
Navegador  
português.  
Comandou a  
expedição que  
descobriu a  
passagem do  
Atlântico para o  
Pacífico, e realizou  
a primeira viagem  
de circunavegação  
(1519-1522).

próprios historiadores portugueses, confrontados aos traumatismos da descolonização na África e às atrações da União Européia – reorientam-se cada vez mais para o estudo de seu passado continental, abandonando as pesquisas sobre o ultramar.

Desse modo – e chego agora à narrativa histórica propriamente dita – já é tempo que os historiadores brasileiros, assimilando os versos de Fernando Pessoa, passem a considerar sua língua como sua pátria. Já é tempo que eles explorem as imensas jazidas documentais formadas pela história da África e da Ásia portuguesas. Nas caixas de cartas e de relatórios, nos livros redigidos entre os séculos XVI e XIX, há partes inteiras da história da formação do Brasil, como também tesouros da língua portuguesa.

A propósito, ousou afirmar que a *Peregrinação* (1614), de Fernão Mendes Pinto, pode proporcionar a seus leitores brasileiros a mesma deleitação literária que Roland Barthes encontrava na obra de Proust: a exemplo de *À procura do tempo perdido*, os volumes da *Peregrinação* podem ser abertos e lidos em qualquer capítulo, pois o prazer do texto estará sempre presente, sempre renovado. A mesma coisa poderia ser dita da *História de Japam* (1584-1594), do grande missionário jesuíta Luís Fróis, obra fundamental para compreender a sociedade japonesa e os meandros de nossa língua materna.

A experiência multirracial e o hábito adquirido pela informalidade do português falado e escrito no Brasil darão aos historiadores brasileiros mais facilidade para captar o sentido e a riqueza da documentação do ultramar português. Frequentemente escritos por luso-africanos e luso-asiáticos estabelecidos há gerações em longínquos enclaves, esses textos contêm variações de sintaxe e de vocabulário que proporcionam à língua portuguesa do Brasil um pólo de referência distinto daquele da metrópole.

Acredito que o contato com a documentação, a transcrição do estílo e das sínteses elaboradas pelos funcionários, missionários e mo-



radores desse outro ultramar facilitarão outras narrativas, outras formas discursivas aos historiadores brasileiros. Enriquecidos por essas contribuições à escritura ultramarina, eles poderão evitar o pedantismo do estilo universitário e reduzir o fosso que separa a língua escrita e a língua falada no Brasil. Partindo para os outros territórios dos Descobrimentos, nossos pesquisadores exercitarão sua reflexão à escala mundial. A especificidade dos historiadores brasileiros com relação aos outros cientistas sociais – sua escolha do método narrativo e, talvez, sua recusa de certas limitações temáticas – encontrará assim nas próprias fontes documentais sua significação e sua razão de ser.

Fundar a originalidade da narrativa histórica na originalidade e das fontes, não é esse o sonho de todo historiador-escritor?



*Rei Davi tocando lira,*  
de Antonio Francisco  
Lisboa (Aleijadinho),  
final do séc. XVIII /  
início do séc. XIX,  
madeira policromada,  
alt. 120 cm.

# Poemas

ALBERTO DA COSTA E SILVA

## Ode a Marcel Proust

Teus olhos, no retrato,  
destilam lágrimas  
e abraçam silentes o horizonte.  
Tua face, na noite,  
é um soluço inútil.

Por entre as moças em flor,  
revejo o silêncio das ruelas  
dos teus passeios noturnos,  
assombrados de insônia,  
pelos caminhos insondáveis  
do amor e da infância.

Retiras da memória  
um mundo ignoto e novo,  
e acompanhas, nas tuas vigílias,

Poeta, ensaísta,  
diplomata pelo  
Instituto Rio Branco,  
embaixador do Brasil  
em Lagos (Nigéria) e  
Cotonu (Rep. do  
Benim) e em Lisboa,  
Bogotá e Assunção.  
É autor de *O parque e  
outros poemas*, *O tecelão*,  
*Livro de linhagem* e  
outros, que se  
encontram em *Poemas  
reunidos*, publicados  
em 2000, e de livros  
de ensaio e história  
da África.

os passos dos homens nos tapetes  
e as palavras doces que não foram pronunciadas.

A cada instante, um encontro inesperado:  
um peixe, uma gravata ou uma flor apenas entreaberta.  
Tuas mãos repelem a morte, enluvadas,  
e escrevem como se nada mais existira  
a não ser a torre da matriz de Combray.

Proust, repercute em mim  
toda a tua agonia, companheiro.  
Deixa, Marcel, que recolha tua tristeza,  
como lágrimas num lenço,  
do tumulto das páginas de teus livros,  
e  
grave na minha boca  
o sentido mais oculto de tuas palavras.

Teus olhos, no retrato,  
derramam-se na bruma.  
E colocas, agora, mansamente,  
com requintes de estranha vaidade,  
uma flor – talvez orquídea –  
na lapela.

## Aparição em Fortaleza

Ruas e sombras de Fortaleza, meninas doces,  
árvores velhas onde esqueci a infância que foi  
tão triste e tão pouca, cidade onde o amor  
está tombado a teus pés,

frágil e puro  
como uma flor.  
Onde caminho cercado pelos meus fantasmas,  
entregue aos meninos que são o que fui,  
embalado pela pureza de minhas próprias palavras,  
cansado, tão cansado, Fortaleza,  
quase perdido por vos haver perdido.

Roteiros de bicicletas pela praça do Carmo,  
ganhando as distâncias das longas alamedas,  
revendo as frágeis moças que passam  
na doçura morna das tardes,  
recompondo a imagem dos vendeiros encarapitados nos  
burricos mansos,  
a suavidade dos contornos, a brisa envolvente, os oscilantes jardins,  
os longos e inesperados encontros com o desconhecido,  
os pressentimentos de inúteis e infundáveis viagens  
do menino triste, sentado no muro, a mãozinha no queixo.

Cidade de meu pai enfermo. Minha cidade.  
Cidade onde se pode chorar sobre os muros de saudade.  
Cidade feita para as lágrimas e para adeuses,  
para as súbitas e inexplicáveis alegrias.  
Cidade onde o mar quebra  
com o impulso de velhos marinheiros náufragos  
que subitamente retornassem à pureza das praias.

## Soneto

Voltada sobre o pano, a moça borda  
a infância e seus jardins, os dias claros,

as despedidas na ponte dos poentes,  
a magia da noite, os seus cavalos.

Como evitar a morte, a mão que borda,  
ao sereno lençol que, nu, aguarda  
a forma de seu sonho, humilde, indaga,  
senão amando e se tornando amada?

O fio compõe a lenda, sobre o linho,  
do capim trescalante e o rio da tarde  
que banhava a colina e os dois amantes.

Mas, por saber no amor eternizado  
o que a morte vencer não pode mais,  
a mão desfaz os pontos já bordados.

## Soneto de Natal

Como esperar que o dia pequenino,  
com a mesa, a cama, o copo, as cousas simples,  
desate em nossas mãos os lenços cheios  
de canções e trigais e ninfas tristes?

Menino já não sou. Como de novo  
conversar com os pássaros, os peixes,  
invejar o galope dos cavalos  
e voltar a sentir os velhos êxtases?

A linguagem dos grãos, do manso pêssego,  
a bem-amada ensina e novamente  
sinto em mim o odor de esterco e leite

dos currais onde a infância tange as reses,  
sorve a manhã e permanece neste  
cantor da relva mínima e dos bois.

## Díálogo em Sobral

– Como era o odor dos rosmaninhos?

– De alimpo mato, talvez.

– Do lagar e das pipas  
de vinho e dos malhais.

– De broa e caldo grosso.

– Das tulhas para o milho.

– Ou do Minho.

– Talvez do aconchego da fuligem,  
na casa negra de luz e cerco ardente  
do frio, onde esperávamos.

– Talvez  
da cama limpa, onde fomos gente.

– Eu cavei e podei, de rosto baixo  
como o burro ou o boi, só mais faminto,  
cheio de frio chuvoso, a rastros, todo  
banhado em terra  
e em urina podre.

– O funcho, a mangerona, a erva-doce,  
que chamamos de anis, quase os esqueço,  
esses nomes e as hastes de onde vinham,  
perto da breve janela.

– Ai, não me esquece:  
abria o dia com estas mãos que vês  
tão marcadas do chão e da madeira

que lascava no eido.

– O boi, então,  
só faltava comer na nossa mesa.

– Ao borralho, as castanhas tu assavas...

– O vento, o lume ou um madrugada no ventre  
fez-me indagar (a tua mão suspensa  
sobre o vaso de água-pé), o riso em mágoa:  
“E os miúdos, se vêm?”

– E, assim, largamo-nos  
para o Porto, rumo ao mar. Velas, o medo,  
o enjôo e o galope vagaroso  
de um céu que clareava.

– “Não temas, ó Maria”  
(ou por Ana me chamavam?),  
disseste, “não te ponhas pequenina”.

– Não te falei na morte. Só pensava  
na tigela do caldo, onde boiavam  
a couve,  
o calor  
e a batata.

– Neste país sem orvalho, os nossos pés  
rasgamos ainda mais no solo quente.

– Passamos fome.

– Roubamos  
gado e terras.

– Crucificamos  
escravos,

e por isso nos lembram.



– Vi, uma vez, o talco azulado das garças.  
O arco das avoantes. O curimã nadando.

– Tonto de passarinhagem e mormaço, o menino,  
enquanto o cego de pedir, a quem guiava, a farinha  
comia à sombra, o menino  
cheio de aves nos olhos.

“Dou-lhes comida e cavalo, venham comigo!  
Venham!”

– E saímos a galope  
– como os reis antigos,  
a falconear os bezerros e as vacas prenhas,  
com poetas e jograis, a rabeca na sela  
do cego, e os jagunços de cabelos em cachos.  
– Lembro-me bem do menino  
que, rapazola, sangraram.

(Haverá talvez um neto, ou um bisneto,  
que não pense em mim a fazer rendas,  
mas a cavalo, ao peito as cartucheiras  
e o rifle na mão, com que atirava  
sem apoiá-lo ao ombro e a galope.  
Este verá, na herança da lepra,  
do rim corrompido e da tísica,  
da prisão, da viagem e do querer amoroso,  
que, atrás deste rosto corado e sem rugas,  
deste olhar azul e destes seios gordos,  
sonhei o latifúndio, o espaço, o amplo céu  
que vim também fundar no outro lado da terra,  
longe do que antes amei,

o melro, a canafistula, a tília, os casalinhos,  
o verde gaio, o Ausente.)

## Soneto rural

As mãos do pobre e a forma da lagosta  
vendo, chorei. Meu corpo, feito adeus,  
era só, machucado pé no esterco,  
pesava sobre mim toda a beleza.

Havia um cesto e nele alguém botava  
as cabeças cortadas dos borregos.  
Aprendi a cantar acompanhado  
de impaludismo, sede e fezes verdes.

Na madrugada, a fome dos bezerros.  
As mãos passava em torno das bicheiras,  
quando vi, na celagem das campinas,

erguido em dor, dourado mar barroco,  
sol e sombra lavrando um cão sarnoso  
e um porco morto com o céu por cima.

## As linhas da mão

### I

Deste canto de treva, esperas, surdo,  
enquanto o céu corrói teu corpo escasso.  
E sentes de ti mesmo o ofego gasto  
pelo escoar do dia, o jogo amargo  
de voltar das manhãs cheio de escuro.

Deste lado solar, desprezas, mudo,  
o que sabes virá porque marcado  
na morte que vais sendo, o sonho alçado  
ao espaço que passa, este amor breve,  
pois é feito de tempo e o tempo cede.

Eis tuas mãos. As suas linhas, cego,  
o solitário sol, o rio vazio,  
o saibro sob os pés, o choro inútil  
e tudo o que feriste nos descrevem,  
num rogo de beleza, sujo e puro.

Do centro crepuscular, dali tens tudo.

## 2

Vinha a tristeza.  
Como a velha, ao mormaço, lenta, vinha,  
a carregar o feixe de gravetos.  
Como o velho, o lenço sobre o rosto,  
a cobrir o cancro do nariz.  
Como usados sapatos. E os cavalos,  
na manjedoura, a sacudir as moscas.  
Como a passagem da sombra sobre a relva,  
o epitáfio do verde. Como o instante  
em que a tristeza  
vem.

Tua, a espera que flui. Longe de ti,  
o céu inseparável da viagem.  
E aqui, o estar cortado,

o deixar escorrer do corpo adeuses.

(No menino, ao portão,  
as sombras ardem  
de sol e enxaqueca.)

As árvores floriam. As avencas  
insinuavam a morte.

A tristeza

vinha de ti, da face que, estrangeira,  
trazes no rosto, tensa e adulta, alheia  
ao que fugia  
para trás, para a ausência, para os campos  
em que sonhavas o belo acompanhar,  
na madrugada, os bois ao bebedouro.

Soubesse ser, assim, a espera  
do que podia ser a vida, a trégua  
com a impaciência do céu, um lento arrasto  
das redes sobre a praia – e não terias  
da mesma forma senão os peixes mortos,  
o sentimento de estar só nas veias?  
Mas, talvez, de súbito, viesse  
não a tristeza como a velha, lenta,  
a carregar o feixe de gravetos,  
mas o acender, na tarde, dos espaços,  
como se o mar chegasse em ondas altas  
e te banhasse a carne do mais íntimo  
do negrume do assombro...

Precisavas de mim,  
que te sonhando,  
menino pouco, só,

de dor puído,  
empurro o tempo  
para junto de ti.  
Pois necessito  
de ti e do teu sono.

O sono limpa.

### 3

Mas fui feliz.  
Puseram a mão nesta mão.  
Não me apagaram o choro da orfandade,  
mas fui feliz.

Nada pedi  
– o som da bica ouço,  
o mesmo que irá comigo à morte  
e estive sempre no meu dia antigo,  
e sabe o que eu queria –  
mas fui feliz.

Fui pranto de outros olhos.  
Fui feliz.

Senti o afago  
entre o peito e a pele da camisa.  
Fui feliz.

4

E, no entanto, lá dentro, falam baixo  
os dois que me sonharam e me sofreram.  
Da humildade do amor pouco tiveram,  
o seco pão, os céus contra os seus corpos.

As mãos de minha mãe sobre a tristeza  
a se aquecerem sempre. O pai, sozinho.  
Sobre nós, a ramagem do degredo.

(Vou à janela, ler este papel  
e a luz o toma como sobre a relva  
resvala a madrugada.  
As sombras de palavras nele postas  
correm de mim, sou eu  
de volta a casa.  
Assim, como se os dias nos marcassem  
os disfarces do corpo  
com o que em nós não se esgota  
na passagem,  
a mão parada quase sobre a anca  
do burro do aguadeiro,  
a mão parada quase sobre o cinza  
dos cabelos do velho,  
a mão parada quase sobre as frutas  
espalhadas na mesa,  
assim os tenho,  
entre o jardim e o quintal,  
rosais e mamoeiros,  
os dois tão perto  
do adeus e do eterno.)

Ao menino que fui tudo foi pago,  
no infinito que nele dissolveram,  
mas, sendo a vida avara, de meus deuses  
a roupagem despiram, que me deram.

O círculo do mundo passa em mim,  
mas o centro de dor e treva é deles.

Nos confins do escuro, sou os dois.

## Fragmento de Heráclito

Todos os dias são iguais – o grego  
e o menino que fui  
sempre o souberam.

Ele o pensava; eu o vivia,  
amargo.

O sol  
cegava, nos telhados.  
Mas o menino de ontem, hoje,  
cantava.

## Sobre meu túmulo

Aqui estou enterrado. Jamais quis  
morrer longe de casa. Mas sofri  
muitos anos exílios simultâneos.  
Gastei-me em outras terras. Fui de mim  
uma sombra emigrada. Rogo um sonho.

## Soneto a Vera

Estavas sempre aqui, nesta paisagem.  
E nela permaneces, neste assombro  
do tempo que só é o que já fomos,  
um céu parado sobre o mar do instante.

Vives subitamente em despedida,  
calma de sonhos, simples visitante  
daquilo que te cerca e do que fica  
imóvel no que é breve, pouco e humano.

As regatas ao sol vêm da penumbra  
onde abria as janelas. E de então,  
vou ao campo de trevo, à tua espera.

O que passa persiste no que tenho:  
a roupa no estendal, o muro, os pombos,  
tudo é eterno quando nós o vemos.

## A um filho que fez dezoito anos

Antônio,  
os deuses pintam borboletas,  
mas nós sabemos como  
nos homens sonham  
e sangram.

Existe o rio.  
Existe o campo. Existem  
papoulas e um céu que era cedo.



Existem o não, e a páscoa, e a noite obesa,  
e o ócio furioso. O iluminado  
gosto de febre e de ferida existe.  
Existem o eterno e a sombra  
de um céu fosco e deserto  
sobre o quando o esquecemos.

Existem  
veleiros e sonâmbulos, o dia,  
as escamas do peixe, a alegria.  
Existem a solidão – mergulho e assombro –  
e o sonhares contigo.  
A dor existe.

...

Antônio,  
ensina-me a não ter medo  
de caminhar acordado,  
e a receber o açoite do êxtase.

Devolve-me o espanto  
diante da iniquidade  
e do rugir da fera.

Repõe em mim a força  
de resistir à fadiga  
de tanto céu e abismo.

Perdoa-me a tristeza,  
como se fosses meu pai,

e não meu filho.

*Usciamo*

*a riveder le stelle.*

...

Como um parceiro, Antônio, num segredo,  
assim o corpo se vai vestindo de amor.  
Assim o corpo se deita na tristeza.  
Assim o tempo recolhe as flores, às braçadas.

Tudo é silêncio, pelo avesso. A vida  
é uma velha cansada. A vida encobre  
o sol.

Sempre foi pobre  
a mão que traça este risco no dia,  
este risco no escuro,  
incompreensível e inútil  
como levar um boi para pastar na praia.

(Mas os dedos da velha movem os bilros,  
e a luz voa.)

### Soneto a Vermeer

De luto, a minha avó costura à máquina,  
e gira um cata-vento em plena sala.  
Vejo seu rosto, sombra que a janela  
corrompe contra um pátio amarelado

de sol e de mosaicos. Sobre a mesa,  
a tesoura, um esquadro, alguns retalhos  
e a imóvel solidão. A minha avó,  
com seus olhos azuis, o tempo acalma.

A minha avó é jovem, mansa e apenas  
a limpidez de tudo. Sonho vê-la  
no seu vestido negro, a gola branca,  
contra o corpo de cão, negro, da máquina:

a roda, de perfil, parece imóvel  
e a vida não se exila na beleza.

## Elegia de Lagos

Aqui  
os velhos navios  
vinham limpar os cascos,  
não das ondas, nem dos ventos, nem do que sonha a distância,  
mas do que tende à terra e à pedra, ao caramujo, ao sapo e ao lagarto,  
ao que é feio e se aferra  
à superfície do mundo  
e é inércia e espera.

Desço  
a rua de minha infância, na direção da praia,  
e venho dar neste porto de escravos.  
Aqui,  
nos alagados,  
os meninos  
vendem mangas e galinhas,

galinhas amarradas juntas pelas pernas,  
como um ramo de flores, as cabeças aflitas  
a fugir do mergulho,  
os pescoços em u,  
as línguas pontiagudas  
a surgirem, pistilos, dos bicos semi-abertos.

Passa um rapaz  
a equilibrar  
um cacho de bananas à cabeça,  
com a mesma displicência com que Deus  
traça em si próprio a curva do universo.  
E um outro  
canta,  
e tamborila,  
na tábua apodrecida  
pela chuva, esta tristeza  
das pirogas de pesca com as redes lançadas  
sobre as águas do canal e todas as ausências.

Há muito tempo atrás, meu corpo sobre a praia  
podia ser um barco a enxugar-se.  
Ainda havia  
o convite salino do futuro. A vida  
não nos negara às marés, aos tufões e às febres,  
ao abismo e às pragas.  
A vida não deitara  
o menino,  
com o livro iluminado,  
na cadeira de lona, a repousar de haver sido  
um sonho e alguns versos

em que o amor está em todas as vogais, envelhecido  
de jardim e de sol.

Cresce o mamoeiro no quintal de minha casa.  
Mas não sei mais tirar do seu talo a simples flauta  
e o débil assobio.

Desaprendi  
a lançar o pião  
e a correr sobre os muros,  
embora viva  
na abundância das flores amarelas,  
do calor e das garças.

Este jumento manso,  
perseguido pelas moscas,  
é certa manhã, depois da chuva, entre os grajaus  
de pombos.

Caminha lento,  
tal a luz úmida,  
por um quintal já findo.

Ali,  
senti que a morte de alguém a mim passava,  
quando o cesteiro, com o cabo  
da faca comprimido contra o ventre,  
ia entrançando o vime, e a faca  
abria apenas o espaço para o enlace  
das hastes; não feria, só cortava  
o remate das varas – como a noite  
só fecha os olhos  
do exato fim  
da tarde.

Chega o burrico junto ao muro em que me sento,  
a despir-me da vida.

A morte  
debulha-se  
como uma fava: caem  
de dentro dela os dias,  
até o mais antigo,  
em que ouvimos o seu nome pela vez primeira.  
Ela nos põe o focinho, sendo um cão, nos joelhos  
e está cheia de sarna, de infância e de medo.

Abandona-me o que vejo  
e fica em mim represo.

Fui  
o que não pensei ter sido. Sei que os dias  
se abraçam comigo.

Por isso,  
agora,  
passo a mão humildemente sobre o pêlo do cachorro,  
quase a pedir  
ao escorraçado,  
ao esquecido,  
que se aconchegue aos meus pés  
e aqui  
fique.

## Escrito a lápis, sob um epitáfio romano

Q ARTVLVS  
ANORUM IIII SI

(Quintus Artulus.  
Tinha quatro anos de idade,  
e puseram sobre ele  
esta pedra.)

## Natal

Bruno,  
agora que vieste, é bom que saibas:  
a vida canta baixinho  
e, quando grita,  
desatam-se de nós o sonho e o êxtase.

As braçadas de rosas que as meninas  
repõem no roseiral  
invertem o rio,  
fazem de mim a tua sombra antiga.

Procura o branco.  
Ainda que o suje o ouro, é branco. Branco  
o lençol, a roupa junto ao corpo,  
o céu ceifado de nuvens, se amanhece,  
e igual, colhido o feno ao sol,  
se entardece.

O verde é alegre,  
mesmo se a lagarta  
recorta o galho e a folha de ferrugem,  
se sobre a grama há papéis e latas,  
pois vivemos no azul, que se respira  
e que se vê  
nos olhos de quem nasce.

O fruto cai, amarelo.  
Calma. Espera.  
É lento este jardim. Lentos, os peixes  
com as flores que há no cinza. O cinza é belo.  
Como é belo o vermelho. Vê, não correm  
no deserto da tarde a cabra e o asno  
e sopram sobre a areia com seus cascos  
na relva ressequida? Vem do barro  
a água da moringa.

A beleza caminha à tua frente.  
Despreza o tigre que há nela, mas  
não afasta o afago da urtiga.  
O que parece vão e sem mistério,  
como as rosas nos braços das meninas,  
não pára de nascer  
e faz-se eterno.



## Murmúrio

Meu pai,  
a tua essência  
superou  
o tempo  
e a sorte:

deixaste  
atrás de ti  
alguém  
que ficou  
a morrer.

## 5 de setembro

Quando nos criaram,  
as mãos do deus já estavam  
cansadas.

Por isso,  
somos frágeis e mortais. E amamos,  
para resgatar o que no deus  
foi sonho.

## De manhãzinha, para Miguel

Repara, Miguilim, nos passarinhos,  
que são de um céu contrário ao das estrelas,  
a jogar o pião, a pular cercas,  
a correr com o arco e, sem certezas,

a ir de chão em chão, enquanto elas  
não abrem em rosa os seus botões e, presas  
nas gaiolas do sempre, rodam eternas.

Repara, Miguilim, nos pequeninos  
grãos na ponta da grama, vê os grilos  
como pandorgas contra as brisas verdes,  
o ouro velho no ventre das abelhas,  
e ouve o que te digo: o que é menino  
não chega a velho jamais, não adocece  
de seriedade, não se pui, não passa,  
não usa paletó, nem põe gravata.

Repara, Miguilim, que não se aparta  
da viagem o barco que na praia  
se limpa dos mariscos, que traz d'água  
aquele instante em que o sono acaba  
e nos devolve a casa e o que é concreto  
num ramalhete de mistura ao sonho.  
Por isso te direi: repara, o incerto  
vôo do inseto, sendo breve, o longo  
lançar de ponte sobre o vão do eterno  
imita, Miguilim, e o feio é belo.

## ○ amor aos sessenta

Isto que é o amor (como se o amor não fosse  
esperar o relâmpago clarear o degredo):  
ir-se por tempo abaixo como grama em colina,  
preso a cada torrão de minuto e desejo.

Ser contigo, não sendo como as fases da lua,  
como os ciclos de chuva ou a alternância dos ventos,  
mas como numa rosa as pétalas fechadas,  
como os olhos e as pálpebras ou a sombra dos remos  
contra o casco do barco que se vai, sem avanço  
e sem pressa de ausência, entre o mito e o beijo.  
Ser assim quase eterno como o sonho e a roda  
que se fecha no espaço deste sol às estrelas

e amar-te, sabendo que a velhice descobre  
a mais bela beleza no teu rosto de jovem.

### Aviso, em voz baixa

Cuidado! Não é tua  
esta morte.  
Cuidado! Ela vem disfarçada  
de irmã e reparte  
moscas e formigas  
como se fossem frutas  
maduras e espigas.  
Cuidado! que vem vestida  
de infância  
e de vida.

*Teatro de Epidauro, cidade da Argólida,  
banhada pelo mar Egeu.*

Seu templo dedicado a Asclépio, deus da medicina,  
era visitado pelos enfermos de toda a Grécia,  
que ali iam consultar o oráculo.



# Epidauro

DORA FERREIRA DA SILVA

O ensinamento básico de Thoreau  
era o de carregar nada ou pouca coisa  
ao abandonar a própria casa em chamas.  
És um americano pobre, Henry Miller,  
não estranharás minhas sapatilhas  
meu cabelo preso e o rosto limpo.  
Serei a solidão a teu lado.  
Katsímbalis mal notará uma mulher  
a caminho de Epidauro. Sabes, és o único  
hóspede de sua pátria e coração.  
Grega nas mais antigas ramagens do sangue,  
acaso depare comigo, pensará que sou  
uma pequena coluna, ou um perfil apagado de hídria  
e não me dará atenção.  
Teu gosto de ser só, Miller, não o perturbarei,  
também o conhecimento e a paisagem conspira:  
poucos arbustos, pedras e o pó.  
O carro alugado avança com as hesitações

Poema inspirado  
no livro de Henry  
Miller (*O Colosso  
de Marússia*).  
Refizemos juntos a  
viagem a Epidauro,  
Henry Miller e eu,  
com o poeta grego  
Katsímbalis, que se  
manteve silencioso,  
mas não  
descontente.

Dora Ferreira da  
Silva, poeta,  
ensaísta, publicou  
*Andanças* (1970),  
*Uma via de ver as  
coisas* (1973),  
*Jardins/esconderijos*  
(1979) *Menina sem  
mundo* e traduções.  
Sua obra está em  
*Poesia reunida*  
(Topbooks, 1999).

de um inseto. O tempo voa no espaço.  
Dessa máquina sacolejante encaramos  
a mesma paz de um mundo quieto e parado.  
Que luz etérea! Epidauro anuncia o céu?  
Há mais Mozart aqui do que em qualquer outro lugar.  
Estamos a caminho da Criação, basta ouvir  
o sussurro de princípios misteriosos,  
se falarmos seremos melódiosos:  
nada a esconder, capturar ou preservar,  
ruíram muros que aprisionavam o espírito,  
instalou-se a paisagem nos campos  
do coração. Não passamos pela natureza – digamos –  
somos a debandada das forças da ambição, maledicência,  
inveja, egoísmo, despeito, intolerância, orgulho, arrogância,  
mesquinharia, duplicidade *and so on*.

É a manhã do primeiro dia da grande paz,  
a paz do coração, porque nos rendemos.  
Isto não é o oposto da guerra,  
porque a morte também não é o oposto da vida.  
A linguagem, que pobreza! Pobreza da imaginação  
do homem, de sua vida interior com seus trastes inúteis.  
A paz que encontramos em Epidauro  
ultrapassa a compreensão da maioria: um cessar  
de hostilidades, uma pausa negativa.  
A paz do coração que encontramos – Miller e eu –  
(Katsímbalis a possuía) é positiva, invencível,  
nada requer, nem pede proteção. *É. Só.*  
Vitória? Se o for, muito especial, baseada numa rendição  
especificamente voluntária. Ah, grande centro terapêutico  
do mundo antigo – EPIDAURO! –

Aqui, o próprio curandeiro se curava –  
início de uma arte, não médica, mas religiosa.  
A Natureza – ensinam os grandes curandeiros –  
é a maior das curandeiras. Mas é preciso, Dora (diz Miller)  
que o homem reconheça seu lugar no mundo e este  
não é a Natureza (domínio do animal)  
mas o reino humano, ligação entre o animal e o divino.

Epidauro? Pura charlatanice, dizem os cientistas.  
Progredimos assustadoramente. Nossos progressos  
conduzem à mesa de operação, aos manicômios, às trincheiras.  
O culto médico funciona mais ou menos como o Ministério  
da Guerra – os triunfos escondem morte e desastre.  
A alegria de viver vêm através da paz, que não é estática,  
mas dinâmica. Não há alegria sem paz e sem alegria  
não há vida, mesmo que você tenha uma dúzia de carros,  
seis mordomos, um castelo, uma capela particular  
e um abrigo anti-aéreo. Ao que quer que nos apeguemos  
– seja esperança ou fé – eis a doença à espreita!  
Rendição absoluta, é isso. Quem agarrar-se à mínima migalha  
estará nutrindo o germe prestes a devorá-lo.  
Quanto a agarrar-se a Deus, Ele nos abandonou há tempos  
para descobrirmos a alegria de alcançar o Bem.  
Todo esse barulho, toda essa súplica pela paz  
crescerá à medida em que dor e miséria crescerem  
e a nada levará. Onde encontrar a paz? Imaginas  
que ela é algo a ser estocado como trigo ou milho?  
Algo para ser preso e devorado, carcaça entre lobos famintos?  
Os que falam de paz têm semblantes carregados de raiva,  
ódio, desprezo, orgulho, arrogância. Enquanto o assassinato  
não for arrancado da mente e do coração não haverá paz.

O assassinato é o cume da pirâmide, cuja base mais larga  
é o Ser. O que está de pé ruirá. Tudo aquilo pelo que o homem  
lutou, deve ser posto de lado, se quiser viver humanamente.  
Até agora não passou de uma besta sanguinária  
e mesmo suas divindades não prestam. Mestre de muitos mundos  
é um escravo no seu mundo. O que comanda o universo  
não é a mente, é o coração.  
Em Epidauro, na quietude que sobre nós três baixou  
ouvimos bater o coração do mundo.  
Então sabemos qual é a cura: *desistir, renunciar,*  
*render-se para que nossos pequenos corações batam em uníssono*  
*com o grande coração do mundo.*



# Poemas

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA

## Estiletos

a nitidez cortante das pupilas  
    fincadas  
        no sangue:  
não no veemente  
    carregado  
    de coices

cão ali no escuro a vigiar  
bebendo o físico quando se decompõe  
enfiando lentes  
estiletos nos poros

o dente que bate foices sempre  
    menos

o esfacelamento do pudor

Nasceu em  
Cândido Mota  
(SP). Formada em  
Letras pela  
Universidade  
Estadual Paulista.  
Desde 1991 mora  
na Itália. Estudou  
Língua e Literatura  
Estrangeira  
Moderna na  
Universidade de  
Perúgia. Doutora  
em Língua e  
Literatura Ibérica e  
Iberoamericana.  
Publicou os livros  
de poesia *A porta  
range no fim do  
corredor*, *Geografia da  
sombra*, *Pedaços e  
Tempo de doer*, e  
poemas em várias  
antologias.

com que regamos  
de movimentos  
    os dedos  
        as mãos

essa vontade de olhar dentro da morte  
essa ânsia que não chega não chega  
não chega  
a tocar nem mesmo as coisas que se  
    fragmentam

### A outra

espremer  
espetar a tarde  
plantar poros veias  
onde o sangue vai e vem  
plantar nas palavras da tarde a única  
a inominada  
a que inventa a morte por não se conceber

espremer o furo  
a seiva  
há de inundar a vida  
há de inundar as horas  
e as sílabas  
que nos cortam  
modelam  
cerceiam

mas a seiva

há de inventar-nos?  
há de inventar a tarde  
em que a luz pungente  
urge?  
há de inventar o furo que fazemos  
na palavra vida  
querendo a outra  
sem começo nem fim?

## Paredes

almofadas torturam cadeiras  
partem paredes  
vidros quebram som de passos  
tesouras engessadas  
engendram tapetes  
partidas de carne em vãos do  
tijolo

## Vasos dentro de casa

o outono corta folhas d'alma  
a casa sabe o que perder  
suas folhas de flor íntima  
flor de cama  
flor de alma recolhida  
para adormecer

os vasos dentro  
quadruplicam talhos em derivações  
de sono

o tempo é pisado por outras sementes  
(não cronológicas)

## Luz do quarto

a luz do quarto se esquarteja  
em sombras  
seu fio se reproduz  
na penumbra

a luz no teto tem uma fragilidade de  
flor contínua  
flor que de tão constante  
esgarça espantos  
desgasta estudos

na noite a luz minguada extirpa  
mutilações diurnas  
de leve aguça o sono  
de manca se dispersa na ferrugem  
da insônia  
(enquanto funciona como olho adulterado)

## O olho

quem está oculto  
para o olho?  
o que mais caminha  
fustiga  
o que mais espera  
e urde

emboscada  
é o olho  
corda da nossa alma  
prego da nossa porta

tudo já entra  
rasgado

o olho cobiça fendas  
sabe o barulhinho  
que faz a luz quando  
derrete a pupila

## O inquilino novo

o inquilino novo do apartamento ao lado  
martela o rosto do inquilino  
velho

paredes deslocadas pregos  
em resto de ser  
em sombras de outro pesar de ser  
vaivém de passos  
no trincado do espaço  
perna fatigada carregando imagem morta

as salas se despovoam  
prontas para outra essência

o inquilino novo tece sua casca

## Viro tarde

viro tarde na tarde parca  
sol desalheando vigores  
panela no fogo  
cozinhando alma de  
galinhazinha picada

brisa estrepitando segura  
estiola gritos de meninos  
que brincam de furto à bala  
corpo e alma  
do mundo

## Criaturas de sombra

olho você  
seu peso  
nesta noite estou e a sombra da minha mão  
forma na luz  
objetos cavalos

seu olho  
não existe

levanto-me áspera  
derramo cavalos xícaras  
espalho no quintal minhas criaturas que somem  
na escuridão  
abrupta do ser

fecho a porta  
tapo janelas fissuras nas portas  
espigas intrujadas proliferam  
fragmentos explodem de martelos serras  
britadeiras que esqueceram de desativar  
lá fora  
    compulsórias  
    roendo  
o farfalhar esquivo do seu olho na noite  
enquanto no quarto as criaturas no escuro  
são geradas mortas

## Como um guincho

frio intenso  
caminho rígida  
opressa pelas coisas que carrego

o escuro chegou cedo  
derramou-se na casa  
o escuro chegou antes do carteiro

minha mãe escancarou as portas  
tem medo de sufocar  
de não ver a palavra do sol  
ao tempo ofego

o dia duro depreda minhas asas  
a ausência de alicerces  
é fragilidade  
atávica

como um guincho pelas ruas  
caminho  
arrasto coisas pessoas  
toco tudo o que adormece morre  
manuseio espaços que me fazem pesar toneladas

## O indizível

dentro de mim  
o oculto  
amor

não te dou senão  
o que vou tecendo  
de perda em perda

o que dou já se destrói  
o que dou perverte  
o que dou

## Os arabescos

as formigas zelosas vão roendo  
as metamorfoses  
do outono

quase não se notarão na manhã  
entre a profusão  
de folhas  
os arabescos que as tesouras  
vivas  
fabricaram  
no escuro



## Crônica milanesa

na catedral de Milão  
às três da tarde sexta-feira santa  
um Cristo estendido expira (de novo)  
enquanto uma turista austríaca explica as técnicas da edificação  
[gótica das catedrais da idade média  
a um bando sonolento de turistas  
um pombo passeia pela nave e pousa no vitral incendiado pela luz  
[horizontal da tarde  
e o padre se exalta e amaldiçoa (de novo)  
Júlio César Pôncio Pilatos Herodes e todos os soldados (romanos  
[e austríacos)  
amém.

## O ateliê

para Vermeer  
a vida está no interior do ovo  
de uma casa  
um quarto de ovo  
ou menos  
  
no mesmo  
sempre outro  
rostro  
igual  
de menina com turbante  
de mulher na sua faina  
íntima  
de costurar

rendas e  
    corpos  
e o menino fixo  
no infinito  
instante  
de um risco

## Árvores

copas verdes  
se movem  
    sob o céu virado  
    à chuva  
brincam  
que são elas que pintam  
os relâmpagos e seus roncoss

# Poemas

JOÃO GUILHERME RIPPER

## Ícaros

Porque somos ávidos  
fizemo-nos aves  
fomos bem rápidos  
em usar as chaves  
para arrancar as pétalas  
abrir as naves  
esperando lúgubres  
a última onda entrar

Pois assim somos: líricos  
vítimas das próprias asas  
tribos de novos ícaros  
cadentes sobre as partes rasas  
que divisamos pálidos  
nas pias de nossas casas

João Guilherme Ripper, compositor, regente e poeta, Diretor da Escola de Música da UFRJ, onde também ensina Composição, Harmonia e Análise Musical. Autor de obras musicais em diversos gêneros apresentadas nas principais salas de concerto do Brasil e exterior. A maior parte de suas composições para voz têm textos de sua autoria, como a ópera *Domitila, a Marquesa de Santos*, recentemente estreada.

espelho onde, inválidos,  
insistimos em nos desenhar

Então, tornaremos-nos oníricos  
pousados em nossas casas  
imaginando alibis  
dissimulando dramas  
para permanecermos lógicos  
até o tempo acender as chamas  
e consumir-nos estáticos

Porque não aprendemos a voar

## Inez

Inez tinha uma tarefa abstrata  
recolhia conversas e rezas  
atrás do sofá  
manhãs esquecidas sobre os móveis

Levava para o quarto aos pedaços  
esses escombros de poesia  
acumulava depois  
para remontar com seus pincéis

Um dia foi para o Rio de Janeiro  
estudar com Cândido Portinari

Desconstruiu figuras atônitas  
de rostos vazios e mãos inadequadas

O quarto prenhou de brasilidade  
os seres nítidos e suados

Arrastou sua arte na terra  
lavou-a na beira do rio

Estendeu um meio-dia  
nos varais das casas brancas  
(Nossos olhos festejados de sol)

Onde morou Jesus Cristo  
descansando da cruz



Uma tarde a bailarina  
que dançava em seus lápis  
sentou  
distraindo a eternidade

Deu o mundo por santificado  
e foi embora

Ficou no quarto vazio  
o cheiro de sua paz

## Inverno

com o poema em pedaços  
quantifico a solidão das árvores

o homem que passa  
tem o olhar trágico sobre a noite  
borrada de branco

dois acordes  
soam mais perto da verdade  
ruído algum  
neve escorrendo em mim  
para além da rua  
uma estrela desfalece  
em meu livro uma suspeita  
“é necessário que alguém reescreva o amor”

a tua ausência

## Casa transfigurada

Depois de morto  
e liberto de toda a sintaxe  
foi sentar-se no banco  
que ficava ao fundo do jardim

Mil anos de espera  
pela cambalhota dos anjos  
voltou um rosto súbito  
à casa transfigurada

Noites costuradas nas janelas  
(ou seriam seus olhos?)  
a porta aberta a ventos  
deixava entrever

madrugadas esquecidas  
pela distração dos galos

Café fervendo no bule  
cotidiano de ontem  
enfumaçava a sala coberta  
odor ancestral  
guardado na cristaleira  
em meio a conversas e sudores  
de tardes quentes

Manhãs-crianças  
crescendo em cortinas brancas  
consoantes com o vento  
soavam como antes  
como a vida ida  
desse lugar

Só não restara  
(e nunca houvera)  
poesia alguma  
no relógio inerte  
pendurado sobre a mesa

Quanto ao amor  
e o destino de cada lágrima  
carecia de qualquer  
evidência fluida  
com exceção da cama ainda desfeita  
e a frase PARA SEMPRE TE AMEI  
engastada a unha

num canto esquecido da parede  
Enternecido  
ele voltou para o banco  
e ali deixou-se  
mudo e metafísico  
por mais uma eternidade

Dez. /1995.



# Poemas

GEORGE TAVARES

## O adeus do homem ao poeta morto

(Ao tomar conhecimento da morte de Pablo Neruda)

Teus olhos varreram o cume das Cordilheiras  
onde o vento se aninha para a eternidade.  
Teu rastro colorido pousa sobre os canteiros  
em que o crepúsculo incendeia e o amanhecer doura.

Tuas mãos teceram as roupagens dos céus  
na esperança de um dia agasalhar todos os homens.  
Os braços erguidos do velho e da criança  
com o calor de teu brado vão chegar à terra cansada  
enternecendo contigo as paixões do mundo.

No desgaste sombrio do vento polar  
pairou o tempo e a antevisão sulina:  
em teu corpo para sempre se conservará

George Tavares  
é advogado,  
professor de  
Direito Penal da  
UERJ, Natural  
do Rio de  
Janeiro, poeta  
bissexto, é autor  
de *Telhado de zinco*  
(1956),  
prefaciado por  
Álvaro Moreyra.

o grito angustiado de paz e amor  
e de quando em quando te diluirás na corrente alegre  
que vai para o oceano  
ou em cada ramalhete nas mãos de uma mulher...

Na epopéia de teu canto soubeste mostrar  
a fumaça das fábricas a movimentar a História  
a conquista do homem a transformar a natureza.  
Pássaro de asa partida em meio a borrasca  
estarás presente na dor e no luto de teu povo.

Onde houver um sorriso a embalar o amor  
ou uma festa suave enfeitada de ternura  
ou uma vontade ferrenha de construir o novo  
encontraremos sempre espalhados  
um pouco de tuas lágrimas de poeta  
um bocado de teu sonho de poeta  
um pedaço de tua paixão de poeta.

Em tudo transmudaste a tua qualidade de ser e de sentir  
na quantidade de resistência da própria Humanidade.

1973.

## A um idealista assassinado

(Ao ler a notícia da morte de Carlos Marighela)

A porta da igreja era pesada.  
A porta da igreja era fechada  
aos nossos soluços e aos nossos ais.  
A porta da igreja era sombria.  
A porta da igreja só encobria  
a santidade em imagens caricaturais.

Ele surgiu numa avalanche  
de conceitos  
e preconceitos  
e vulnerou o carvalho da porta da igreja.

Foi um raio do céu.  
Foi a queda de uma estrela.  
Foi a labareda incandescente  
saída inclemente  
das profundezas.

A rua sossegada convidava ao amor  
e os seus olhos raivosos encantavam-se com os casais  
vendo em cada canteiro uma perdida flor.  
A porta de um convertido escancarou-se para a dor  
e ele caiu morto para viver muito mais.

Rio, 8/II/1969.

## Anunciação

Havia uma velha esperando o tempo  
e a criança acreditando no amanhã.  
Um pássaro espalhava penas pelo ar  
pousado no galho sem folhas e longe de seu ninho.

Havia pólen e sêmen por todo canto  
e uma rosa ao sol  
gotejava orvalho, irrigando a terra.

Havia um olho descortinando o mundo  
e água solta a inundar saudades.  
A face voltada escondia a tristeza  
enquanto a mulher se deitava na relva  
à espera de tudo.

Havia o amplexo de renovação  
numa procura desesperada:  
a natureza abriu-se em todos os recônditos  
na soberba anunciação de um novo amor.

Em 20/9/1973.

## Uma lembrança

Olhos de madressilvas selvagens  
em noites de desamor:  
soluços em represa de lágrimas contidas.  
Braços que se erguem na cruz do desalento

e a madrugada que não vem  
e o orvalho que não cai.

Meu sorriso estendeu-se nos longes de nossos caminhos  
e na porta houve um adeus alvoroçado  
nas prematuras despedidas  
deixando no ar um sabor de primícias de saudade  
e uma promessa de retorno  
que se sabe não será cumprida.

Quando soprar o amanhecer  
a minha janela recolherá um canto de primavera  
e permanecerá fechada para o mundo.

Tu, então, sorrirás, onde estiveres,  
na meiguice de teus anos que jamais passarão.

Olharei teus pés pequeninos caminharem  
pelas mesmas calçadas  
e um vento conhecido beijará  
a tua cabeleira loura  
que eu não verei desbotar.

Ainda poderei murmurar como naqueles dias  
os meus sonhos de amor  
que suportaram todas as intempéries.

Rio, 8/8/1970.



*Clementino Fraga*  
no dia de sua posse na ABL,  
10.06.1939.  
Acervo do Arquivo da ABL.

## Clementino Fraga na Academia

ASSIS CHATEAUBRIAND

A Academia acolheu sábado último um imortal, o qual revelou, pelo discurso de posse, que possuía o metro acadêmico de Nabuco. Deu o sr. Clementino Fraga a justa medida da sua aptidão para se incorporar ao cortejo da seleta companhia. Fez uma oração sóbria, distinta e elegante. Ao contrário, o velho dramaturgo que o recebeu descarrilou do metro acadêmico.

O contraste foi violento. Ouvir um acadêmico, que já foi presidente da Casa, dizer em um discurso oficial, dentro da própria companhia, que outrem foi “de carona”, significa que o homem de punhos rendados decidiu ele mesmo quebrar a nobreza do estilo doméstico. O mais severo golpe que se possa infligir à boa linguagem é o próprio guarda dessa pureza se permitir com ela a liberdade que censuramos no indivíduo que se serve da gíria. Em nenhum país do mundo onde existem academias, que são colunas naturais de defesa do bom gosto, encontraremos acadêmicos falando em calão ou forçando a nota cômica, para escorregar no ridículo. Em certas passa-

Artigo publicado em 14 de junho de 1939, nos Diários Associados, dias após a posse de Clementino Fraga na Cadeira 36 da ABL. Além de jornalista, Assis Chateaubriand foi cronista, ensaísta, diplomata, embaixador do Brasil em Londres, organizador do MASP. Ocupou a Cadeira 37 da ABL.

gens do seu discurso, o ilustre sr. Cláudio de Sousa logrou fazer aquilo que Macauley, nos *Ensaio de crítica e de história*, denominou *ridiculous old bigot*. Cada um de nós preferíamos que, manejando a ironia ou mesmo o sarcasmo, o orador, ainda quando não quisesse ser indulgente, conservasse a nobreza do estilo na arte de escrever. Mas a quanta puerilidade não deu ele “carona” através do deserto desse discurso soporífero!

Escapou o sr. Clementino Fraga à bufoneria do seu colega, traçando de Afonso Celso um perfil digno do charme e da erudição desse homem de elite. Tendo sido toda a existência um médico, um professor de clínica, um homem de ciência, o sr. Clementino Fraga revelou, contudo, finas faculdades de escritor e de paisagista dos quadros do passado, que teve de nos pintar. O mundo político do fim do Segundo Reinado não constituiu, para a imaginação desse catedrático de clínica médica, as abstrações que tínhamos o direito de esperar de um espírito que, pelo menos aos olhos dos que não o conhecem de perto, não parecia enfronhado nos fastos da vida pública do País. Seu estudo acerca do segundo Afonso Celso é de um forte poder evocativo, de uma rara beleza e de uma lúcida penetração. Ele tem o vivo sentimento do papel desempenhado pelo jovem homem político nos acontecimentos do fim do Império e da ação republicana.

Afonso Celso nasceu fidalgo. Há nobres de sangue que são plebeus, que são almas vulgares, de nascença. Não havia necessidade alguma de o Santo Padre haver distribuído a Afonso Celso II o título de Conde. Ele não carecia desse pergaminho para ser fidalgo. Sua nobreza era a do espírito e do caráter. Serviu a pátria e a inteligência como os dois apostolados da vida. Não conheceu, desde 1889, mais triunfos na carreira política. Condenando-se a um voluntário ostracismo, concentrou toda a força do engenho e da alma no serviço pessoal da Nação, e foi um modelo de patriota.



Conheci-o quando vim defender no Rio a cadeira de professor, que ganhara em concurso. Ele me falou durante meia hora, no seu escritório na Equitativa. Rematou nossa conversa, dizendo-me:

– Diga, por favor, ao sr. Assis Chateaubriand que me procure. Devo conhecê-lo. O João Alfredo disse-me que é primo de sua mãe, e já me pediu um parecer sobre o caso dele na Faculdade. O Tomé Gibson, de Pernambuco, me telefonou. Faço empenho em ser-lhe útil. Que ele não demore a visita que tem de me fazer.

– Conde, respondi-lhe, sou o próprio.

– Não é possível. É então o senhor, com essa cara de menino, que é o professor classificado no concurso da Escola de Direito de Pernambuco? Não acredito!

Ficamos desses amigos, que não se visitam nunca, mas que conservam à distância uma doce amizade. Ao me ser entregue a chefia da redação do *Jornal do Brasil* ele era colaborador do diário. Felicitou-me pela minha ascensão àquele posto com uma alma azul, isenta de inveja, capaz de saudar a vitória de um moço, com entusiasmo e sinceridade.

## ERRATA

No artigo “Thomas Mann em biografia reveladora”, publicado no número 27 da *Revista Brasileira*, página 163, ocorreu lamentável engano: em lugar de “*Die Betrogene* não corresponde a ‘Os impostores’, mas sim a ‘A impostora’ (p. 576)”, deve constar: “*Die Betrogene* não corresponde a ‘Os impostores’, mas sim a ‘A enganada’ (p. 576)”.

**PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS  
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS**

(Fundada em 20 de julho de 1897)

*As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n. 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.*

| CADEIRA | PATRONOS                        | FUNDADORES             | MEMBROS EFETIVOS              |
|---------|---------------------------------|------------------------|-------------------------------|
| 01      | Adelino Fontoura                | Luís Murat             | Evandro Lins e Silva          |
| 02      | Álvares de Azevedo              | Coelho Neto            | Tarcísio Padilha              |
| 03      | Artur de Oliveira               | Filinto de Almeida     | Carlos Heitor Cony            |
| 04      | Basílio da Gama                 | Aluísio Azevedo        | Carlos Nejar                  |
| 05      | Bernardo Guimarães              | Raimundo Correia       | Rachel de Queiroz             |
| 06      | Casimiro de Abreu               | Teixeira de Melo       | Raymundo Faoro                |
| 07      | Castro Alves                    | Valentim Magalhães     | Sergio Corrêa da Costa        |
| 08      | Cláudio Manuel da Costa         | Alberto de Oliveira    | Antonio Olinto                |
| 09      | Domingos Gonçalves de Magalhães | Magalhães de Azeredo   | Alberto da Costa e Silva      |
| 10      | Evaristo da Veiga               | Rui Barbosa            | Lêdo Ivo                      |
| 11      | Fagundes Varela                 | Lúcio de Mendonça      | Celso Furtado                 |
| 12      | França Júnior                   | Urbano Duarte          | Dom Lucas Moreira Neves       |
| 13      | Francisco Otaviano              | Visconde de Taunay     | Sergio Paulo Rouanet          |
| 14      | Franklin Távora                 | Clóvis Beviláqua       | Miguel Reale                  |
| 15      | Gonçalves Dias                  | Olavo Bilac            | Pe. Fernando Bastos de Ávila  |
| 16      | Gregório de Matos               | Araripe Júnior         | Lygia Fagundes Telles         |
| 17      | Hipólito da Costa               | Silvio Romero          | Afonso Arinos de Mello Franco |
| 18      | João Francisco Lisboa           | José Veríssimo         | Arnaldo Niskier               |
| 19      | Joaquim Caetano                 | Alcindo Guanabara      | Marcos Almir Madeira          |
| 20      | Joaquim Manuel de Macedo        | Salvador de Mendonça   | Murilo Melo Filho             |
| 21      | Joaquim Serra                   | José do Patrocínio     | Roberto Campos                |
| 22      | José Bonifácio, o Moço          | Medeiros e Albuquerque | Ivo Pitanguy                  |
| 23      | José de Alencar                 | Machado de Assis       | Jorge Amado                   |
| 24      | Júlio Ribeiro                   | Garcia Redondo         | Sábato Magaldi                |
| 25      | Junqueira Freire                | Barão de Loreto        | Alberto Venancio Filho        |
| 26      | Laurindo Rabelo                 | Guimarães Passos       | Marcos Vinícios Vilaça        |
| 27      | Maciel Monteiro                 | Joaquim Nabuco         | Eduardo Portella              |
| 28      | Manuel Antônio de Almeida       | Inglês de Sousa        | Oscar Dias Corrêa             |
| 29      | Martins Pena                    | Artur Azevedo          | Josué Montello                |
| 30      | Pardal Mallet                   | Pedro Rabelo           | Nélida Piñon                  |
| 31      | Pedro Luís                      | Luís Guimarães Júnior  | Geraldo França de Lima        |
| 32      | Porto-Alegre                    | Carlos de Laet         | Ariano Suassuna               |
| 33      | Raul Pompéia                    | Domício da Gama        | Evanildo Bechara              |
| 34      | Sousa Caldas                    | J.M. Pereira da Silva  | João Ubaldo Ribeiro           |
| 35      | Tavares Bastos                  | Rodrigo Octavio        | Candido Mendes de Almeida     |
| 36      | Teófilo Dias                    | Afonso Celso           | João de Scantimburgo          |
| 37      | Tomás Antônio Gonzaga           | Silva Ramos            | Ivan Junqueira                |
| 38      | Tobias Barreto                  | Graça Aranha           | José Sarney                   |
| 39      | F.A. de Varnhagen               | Oliveira Lima          | Roberto Marinho               |
| 40      | Visconde do Rio Branco          | Eduardo Prado          | Evaristo de Moraes Filho      |